



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Gaio Nascimento Miller

**A condição do (sub)desenvolvimento para a América
Latina e a ofensiva neoliberal no final do século XX:
desenvolvimentismo, neoliberalismo e o caso do Chile
(1973-1990)**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Fernando Maia

Rio de Janeiro,
dezembro de 2024

A todos os povos oprimidos e explorados que foram saqueados de suas histórias, culturas e identidades em nome de um projeto violento, criminoso e decadente que persiste até hoje.

Agradecimentos

Aos meus pais, Olegário e Isabella, e às minhas irmãs Marcela, Camila e Fabíola que sempre torceram, ajudaram e acreditaram em mim desde que me entendo por gente. À Vera, Noêmia, Juçara, Ricardinho, Larissa e tantos queridos da minha família por parte de pai e mãe que estão comigo desde antes mesmo de eu nascer.

À minha namorada e companheira Sara, que esteve ao meu lado desde o início desse projeto até sua conclusão, e com quem divido a sorte de um amor tranquilo e lindo há mais de um ano.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e estiveram comigo, nas boas e nas ruins, durante todos esses anos. Vocês foram essenciais na minha jornada: os de sempre do Recanto, da Three Days, da PUC, e os do CARI e da Atlético.

Aos meus professores, ou melhor, mestres da vida: da escola, Godinho, Luís, Daniel, Júlio, Kox, os alvinegros Juliana, Leandro e Gisa, entre tantos outros que marcaram minha vida. Da música, Humberto e Rodrigo que me deram as ferramentas pra que eu descobrisse, apreciasse e produzisse arte na forma que eu mais admiro. Da PUC-Rio, agradeço primordialmente ao meu orientador Fernando Maia, que abraçou este projeto desde o início e me deu todas as ferramentas necessárias para que eu pudesse desenvolvê-lo; aos professores do IRI Ricardo Oliveira, Mônica Herz, Andrea Hoffmann, Isa Mendes, Victória Santos, Paula Sandrin, Maria Elena e João Daniel; e do Dep. de História, Mário Miranda, Larissa Corrêa e Eduardo Wright. Por vocês, sempre defenderei a Educação.

Por fim, agradeço ao glorioso Botafogo de Futebol e Regatas, atual Dono da América, Campeão Brasileiro e minha maior paixão desde que me entendo por gente. Não existem palavras capazes de mensurar o sentimento de conciliar o maior momento da história do clube do coração com o final da graduação, mas sou grato por cada instante dessa trajetória. Sou herdeiro de uma paixão infinita e vou torcer até o fim da minha vida, não me abalo independente do que digam: apaixonado e enlouquecido. Esperem sentados a rendição, nossa vitória não será por acidente.

Resumo

MILLER, Gaio Nascimento. **A condição do (sub)desenvolvimento para a América Latina e a ofensiva neoliberal no final do século XX: desenvolvimentismo, neoliberalismo e o caso do Chile (1973-1990)**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse trabalho de monografia tem como objetivo analisar a centralidade do conceito de desenvolvimentismo para o pensamento social da América Latina entre os anos 1950 e 1960 até seu declínio com a ofensiva neoliberal no continente nas décadas de 1980 e 1990, com ênfase no caso da ditadura no Chile (1973-1990) e seus impactos na região. Para atingir tal objetivo, faço uso da abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos de Reinhart Koselleck que busca relacionar as mudanças no campo semântico e linguístico com as mudanças no campo político e social da história social, com ênfase no estudo dos conceitos e suas rupturas/continuidades ao longo da história de forma síncrona e diacrônica. Além disso, mobilizo os aportes da Teoria Decolonial e da Teoria da Dependência para estabelecer uma análise crítica do conceito de desenvolvimentismo, situando-o em relação aos paradigmas da Modernidade/Colonialidade e do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Palavras-chave

América Latina; Desenvolvimentismo; História dos Conceitos; Chile; Neoliberalismo

Sumário

1. Introdução.....	6
1.1. Abordagem teórico-metodológica da História dos Conceitos.....	8
1.1.1. A metodologia da história dos conceitos.....	11
1.1.2. Conceitos básicos e contraconceitos assimétricos.....	13
1.2. A condição do (sub)desenvolvimento para a América Latina e a história dos conceitos.....	18
2. A trajetória do conceito de América Latina.....	20
2.1. A origem do nome: o panlatinismo francês, a Nossa América e a ameaça do Norte.....	21
2.2. Hispanoamérica ou Latinoamérica? Arielismo, a questão indígena e a condição criolla.....	26
2.3. O conceito de Latin America produzido nos Estados Unidos: a oficialização de um nome e de uma imagem.....	32
3. O (sub)desenvolvimento da América Latina: o conceito de desenvolvimentismo.....	44
3.1. Modernidade e Colonialidade do Saber: do progresso ao desenvolvimento.....	45
3.3. Subdesenvolvimento, imperialismo e dependência: crítica do desenvolvimentismo.....	69
3.4. América Latina, subdesenvolvimento e a ofensiva neoliberal.....	75
4. De laboratório a modelo para a América Latina: a ofensiva neoliberal no Chile (1973-1990).....	78
4.1. Desenvolvimento, democratização e o imaginário revolucionário: Chile entre 1950 e 1973.....	79
4.2. O giro ideológico: golpe, segurança nacional e a ofensiva neoliberal.....	87
4.3. De laboratório a modelo: Consenso de Washington e o caso chileno para a América Latina.....	93
4.4. Considerações finais sobre o caso do Chile.....	98
5. Conclusão.....	101
6. Referências bibliográficas.....	105

“Alguém que vi de passagem numa cidade estrangeira lembrou os sonhos que eu tinha e esqueci sobre a mesa, como uma pêra se esquece dormindo numa fruteira”.

Milton Nascimento / Ronaldo Bastos. *Um gosto de sol*, 1972

1. Introdução

Esse trabalho de monografia tem como objetivo analisar a centralidade do conceito de desenvolvimentismo para o pensamento social da América Latina entre os anos 1950 e 1960 até seu declínio com a ofensiva neoliberal no continente nas décadas de 1980 e 1990, com ênfase no caso da ditadura no Chile (1973-1990) e seus impactos na região. Para atingir tal objetivo, faço uso da abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos de Reinhart Koselleck que busca relacionar as mudanças no campo semântico e linguístico com as mudanças no campo político e social da história social, com ênfase no estudo dos conceitos e suas rupturas/continuidades ao longo da história de forma síncrona e diacrônica.

A partir dessa abordagem, faço no capítulo 1 uma análise da trajetória do conceito de América Latina como nome para o continente e do conjunto de sentidos e significados atribuídos a ele, que traz consigo uma perspectiva de oposição assimétrica temporal, racial e cultural que se manifesta em termos de diferenciação tanto externa (a partir da Europa e posteriormente dos Estados Unidos em relação à América Latina, mas também de forma inversa pelos intelectuais latino-americanos em uma retórica anti-imperialista e de unidade continental) quanto interna (através da reprodução do mesmo arcabouço semântico de oposição assimétrica pelos intelectuais latino-americanos em relação aos povos não-brancos do continente). Na análise dessa trajetória, argumento que a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948 representou o marco de consolidação do conceito de América Latina enquanto nome oficial para o continente, no qual a semântica de diferenciação racial entre os povos da América Latina e dos Estados Unidos/Europa passa a ser concebida em termos socioeconômicos pela dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

No capítulo 2, recupero o marco da Cepal para analisar a forma pelo qual o desenvolvimentismo se tornou um conceito político e social básico, nos termos de Koselleck, para a América Latina entre os anos 1950 e 1960, na qual a condição do subdesenvolvimento se tornou inescapável para pensar o continente. Para tal, recupero as origens do arcabouço semântico do desenvolvimentismo desde o pensamento filosófico da Modernidade, em seu contexto eurocêntrico,

que tem como algumas de suas características as noções de progresso e o avanço civilizacional de um estágio tradicional rumo a um moderno, que teriam como fio condutor a razão e os avanços técnico-científicos. Na sequência, analiso como esse arcabouço semântico e político consolidado no século XX, na forma do estudo dos estágios de desenvolvimento das sociedades e da teoria da modernização, se consolidou na América Latina nos anos 1950 e 1960 a partir do desenvolvimentismo e da condição do subdesenvolvimento.

No caso do pensamento desenvolvimentista latinoamericano, também trago como marco de início dele a criação da Cepal e a elaboração da teoria cepalina do desenvolvimento, formulada inicialmente por Raul Prebisch. A partir disso, argumento que o desenvolvimentismo se tornou conceito básico para pensar a América Latina nesse período, analisando tanto a obra de autores que defendiam essa corrente quanto de autores críticos a ela. Por fim, argumento que a centralidade do desenvolvimentismo e de seu arcabouço semântico no continente entrou em declínio a partir da ofensiva neoliberal das décadas de 1980 e 1990, da qual o Chile é o caso central a ser analisado aqui.

No capítulo 3, por sua vez, apresento o estudo de caso do Chile, entre os anos de 1973 e 1990, período em que durou a ditadura militar no país iniciada pelo golpe de 11 de setembro de 1973 orquestrado por Augusto Pinochet e que depôs o presidente democraticamente eleito Salvador Allende. Inicialmente, apresento contexto político e social anterior ao golpe militar, com destaque para o pensamento social chileno entre os anos de 1950 e 1973, situando o país no contexto mais amplo do debate desenvolvimentista em vigor na América Latina.

Na sequência, busco analisar como a mudança política no país após o golpe – de um governo democrático orientado para o socialismo para a primeira experiência neoliberal no continente imposta de forma autoritária – também se deu em aspectos conceituais e linguísticos, com a imposição da agenda econômica neoliberal a partir do grupo de economistas conhecidos como Chicago Boys junto à agenda política autoritária e corporativista da Doutrina de Segurança Nacional.

Dessa forma, analiso no capítulo como o Chile, enquanto primeiro “laboratório de teste” do neoliberalismo e de seu arcabouço conceitual – economia de mercado e austeridade fiscal, por exemplo – no contexto interno do país, também representou o “modelo” a ser seguida pelo resto da América Latina

através do Consenso de Washington de 1989. Ou seja, busco mostrar como a mudança conceitual e social do arcabouço do desenvolvimentismo para o neoliberalismo na América Latina teve como primeiro modelo o Chile, antes da difusão mais ampla do neoliberalismo no continente entre as décadas de 1980 e 1990. Considero, portanto, que a centralidade do conceito de desenvolvimentismo entre os anos 1950 e 1960, teve na ofensiva neoliberal iniciada no Chile o seu processo de declínio, consolidando assim o arcabouço semântico-político do neoliberalismo como central na América Latina a partir da difusão de sua agenda política e econômica através do Consenso de Washington em 1989.

1.1. Abordagem teórico-metodológica da História dos Conceitos

A história dos conceitos, ou *Begriffsgeschichte* no original em alemão, é a abordagem teórico-metodológica estabelecida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, que através de uma metodologia própria colabora com o campo da história social ao mobilizar a reflexão acerca dos conceitos políticos básicos. Diferente das palavras, que remetem a um sentido e indicam um conteúdo específico, os conceitos exigem um certo nível de teorização e abstração em sua compreensão posto que carregam consigo um conjunto de sentidos, sendo portanto um dos objetivos da história dos conceitos indagar a partir de quando determinados conceitos resultam de processos de teorização (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Essa problemática é relevante para a história dos conceitos, pois aqui não se define os conceitos somente enquanto fenômeno linguístico, mas também como indicativos imediatos de algo que se situa para além da língua; índices sociais. Partindo da hipótese de que um conceito é sempre concomitantemente Fator (*Faktor*) e Indicador (*Indikator*), Koselleck argumenta que um conceito sempre se relaciona com aquilo que se quer compreender, trazendo consigo uma relação necessariamente tensa entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido (p. 136), definindo portanto o conceito como algo com dimensão histórica e impacto material na realidade, não se restringindo somente ao campo da semântica.

Outra perspectiva central para a abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos é a ruptura que Koselleck faz com a tese comum entre historiadores da Época Moderna de que a formulação teórica/abstrata de um conceito se relacionaria a uma situação concreta única. Essa tese, segundo a qual não seria possível pensar uma história dos conceitos – posto que esse caráter único (*Einmaligkeit*) do uso da língua impossibilitaria uma perspectiva diacrônica de análise histórica (1992, p. 138) – é rechaçada pelo autor quando este estabelece que os conceitos ganham novas conotações no decorrer do tempo histórico: por mais que um conceito num recorte temporal remeta a uma situação concreta única, é possível verificar que os sentidos atribuídos a esse mesmo conceito podem assumir conotações diferentes de acordo com a variação temporal:

“A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente. [...] Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, onde seu caráter único (*einmalig*) é articulado ao momento de sua utilização” (KOSELLECK, 1992, p. 138)

Essa compreensão acerca da temporalização (*Verzeitlichung*) dos conceitos dialoga com a metáfora do período do *Sattelzeit* (tempo de sela, numa tradução mais literal) elaborada por Koselleck a partir do contexto alemão, que se refere ao conjunto de mudanças no vocabulário político e social entre 1750 e 1850 associadas às mudanças tecnológicas e sociopolíticas da virada para a Era Moderna.

Desse contexto, surgiu um crescente número de novos conceitos políticos e sociais orientados para um futuro novo e distinto de quaisquer experiências prévias, sendo estes pré-conceitos modernos que antecipam experiências inversamente proporcionais às experiências passadas. Koselleck argumenta que essa mudança se deu pois, com a crescente complexificação das interações na Era Moderna, estas se tornaram menos acessíveis à experiência pessoal direta, o que fez com que os conceitos modernos se tornassem necessariamente mais abstratos e menos descritivos (KOSELLECK, 2006b, p. 99). A temporalização, por sua vez, se dá pelo fato de que muitos desses conceitos modernos são enquadrados dentro de um horizonte ou filosofia da história específicos, sendo compreendidos dentro de etapas de desenvolvimento

temporal que se articulam na projeção de uma história futura intrinsecamente diferente da passada.

Para além da temporalização, Koselleck também estabelece outras três características associadas a esses novos conceitos modernos: 2) Democratização (*Demokratisierung*): os vocabulários políticos e sociais, antes restritos aos círculos especializados das elites intelectuais passam a ser transmitidos a audiências cada vez maiores e se tornam mais recorrentes na linguagem comum; 3) Crescente grau de ideologização (*Ideologisierung*): os conceitos políticos e sociais, antes específicos e particularistas, se tornam cada vez mais genéricos em referência social e abstratos em significado, ganhando a forma de “-ismos” que podem ser mobilizados facilmente por grupos e/ou movimentos que almejam ganhar mais seguidores; e 4) Politização (*Politisierung*): os conceitos modernos, devido aos seus altos graus de ideologização e adesão na linguagem comum, tornam-se suscetíveis a serem utilizados para fins políticos situados além do campo linguístico, isto é, “como armas por classes, estratos e movimentos antagônicos”. (RICHTER, 2006, p. 45)

Dessa forma, ao levar em consideração tanto o caráter único do uso pragmático da língua quanto a imprescindibilidade da semântica para a comunicação linguística (*Sprachhandlung*) e para o uso da língua, Koselleck estabelece a compreensão de que, por mais que o uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*) seja sempre sincrônico e relacionado a uma situação específica, neste sempre estarão contidas forças diacrônicas que se expressam pela semântica e se mantêm no campo da *Sprachpragmatik* por meio de estruturas profundas de continuidade.

Ou seja, o argumento de que todo ato de fala constitui uma singularidade histórica não se reproduz na história dos conceitos, pois quando as gerações posteriores se apropriam de um conceito antigo, estas provocam uma alteração no espectro de possíveis significados transmitidos por esse conceito, ou seja, “a singularidade histórica dos atos de fala, que parecia tornar qualquer história dos conceitos impossível, na verdade cria a necessidade de se reciclar as conceituações passadas” (KOSELLECK, 2006b, p. 101). Isso leva, portanto, a um dos argumentos centrais da história dos conceitos, de que a diacronia está contida

na sincronia por meio de temporalidades diversas que não podem ser alteradas (1992, p. 141), tornando-se necessário levar em consideração tanto a sincronia quanto a diacronia quando se propõe a escrever uma história dos conceitos.

Feitos esses apontamentos iniciais acerca da história dos conceitos, torna-se necessário tratar dos aportes metodológicos dessa abordagem teórica e de sua relação com o campo da história social, conforme estabelecido em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006).

1.1.1. A metodologia da história dos conceitos

No capítulo 5 de *Futuro Passado*, Koselleck (2006) apresenta o enfoque teórico da história dos conceitos e sua metodologia própria de análise, estabelecendo também de que forma se dá sua relação com a abordagem teórica da história social. A metodologia da história dos conceitos, ao passo que é dotada de uma autonomia própria, se estabelece também como perspectiva complementar da história social, surgindo como crítica tanto à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas a um campo semântico constitucional, quanto à perspectiva essencialista atribuída a história das ideias enquanto conjunto de grandezas constantes capazes de se articular em diferentes formas históricas sem alterações em sua essência.

Por mais que tanto a história social quanto a história dos conceitos compreendam como relevante a consideração do tempo histórico e do espaço em que um conceito é utilizado, assim como a comunidade linguística na qual ele está inserido, a história dos conceitos se constituiu como um método especializado de crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político, partindo de uma perspectiva sincrônica e diacrônica de análise para, ao tratar conjuntamente o espaço e o tempo, obter uma maior precisão metodológica em sua análise (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Dessa forma, ao analisar a história de um conceito, este é separado do seu contexto situacional para que seus diferentes significados atribuídos ao longo do tempo sejam agregados em uma análise histórica conjunta, para que assim se compreenda de que forma este conceito pode ser utilizado como indicador de

transformações políticas e sociais de profundidade histórica. Para isso, faz-se uso da perspectiva diacrônica mencionada anteriormente:

“Exatamente quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos sob uma perspectiva rigorosamente diacrônica, a relevância histórica e social dos resultados cresce. Por quanto tempo permaneceu inalterado o conteúdo suposto de determinada forma linguística, o quanto ele se alterou, de modo que, ao longo do tempo, também o significado do conceito tenha sido submetido a uma alteração histórica? É apenas por meio da perspectiva diacrônica que se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas. As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado” (KOSSELLECK, 2006, p. 105)

Essa perspectiva diacrônica reflete na insuficiência da análise etimológica de um termo para compreender a história do processo de conceituação do fenômeno associado a ele, tornando necessário expandir a análise dos campos semânticos para também levar em consideração fatores como expressões sinônimas, antagônicas e neologismos associados a esse conceito (KOSSELLECK, 2006, p. 113) – sendo as expressões antagônicas, ou conceitos antitéticos assimétricos, o foco da próxima subseção. Dessa forma, ao levar em consideração as transformações, permanências e inovações na compreensão de um conceito ao longo de um tempo histórico, torna-se possível compreender a série de significados e usos atribuídos a ele no tempo determinado pela análise (p. 107).

Essa distinção metodológica feita por Koselleck se ancora no argumento já abordado aqui de que os conceitos sociais e políticos trazem consigo uma exigência concreta de generalização ao mesmo tempo em que são polissêmicos. Dessa forma, uma vez que os conceitos se constituem enquanto vocábulos que concentram uma multiplicidade de significados, a história dos conceitos põe em evidência a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes, tornando possível identificar a “simultaneidade da não-simultaneidade” que pode estar contida em um conceito (p. 115).

Nessa perspectiva, a identificação da “simultaneidade da não-simultaneidade” de um conceito dialoga diretamente com os objetivos deste capítulo inicial. Uma vez que se compreende a simultaneidade contida no

argumento de que a afirmação da identidade latinoamericana se deu pela sua diferenciação em relação a uma identidade antagônica, a não-simultaneidade dessa simultaneidade repousa no fato de que essa diferenciação se deu inicialmente por perspectivas raciais e passou a incorporar perspectivas socioeconômicas conforme o desenvolvimento se tornou um conceito básico para compreender a América Latina, como será argumentado no decorrer do capítulo.

Para compreender essa relação de oposição entre o conceito de América Latina e seus pares assimétricos, assim como a centralidade ocupada pelo conceito de desenvolvimento na esfera conceitual da América Latina quando essa oposição passa a adotar uma perspectiva socioeconômica, torna-se necessário analisar as noções de “conceitos antitéticos e assimétricos” e de “conceitos básicos” estabelecidas por Koselleck ao longo de sua obra.

1.1.2. Conceitos básicos e contraconceitos assimétricos

A partir distinção entre palavra e conceito, Koselleck apresenta a noção de conceitos políticos básicos enquanto o resultado de um processo semiótico de longa duração e que abarca diversas experiências multiformes e contraditórias, apresentando o conceito como algo que engloba uma esfera de significados que vão além do sentido de um termo específico. Do conjunto de conceitos políticos e sociais que emergem com o *Sattelzeit*, contudo, existem tipos de conceitos que se diferenciam do geral por constituírem uma parte inescapável e insubstituível do vocabulário político e social de sua época (KOSELLECK, 2006b, p. 103). Esse conjunto específico de conceitos, que são indispensáveis para a formulação de qualquer tema urgente em seu recorte histórico, são definidos por Koselleck como conceitos básicos (*Grundbegriffe*).

Devido à sua indispensabilidade no uso comum da língua para a formulação de temas relevantes em seus contextos históricos, os conceitos básicos são altamente controversos, posto que todas as formas de discurso entre grupos conflitantes acerca de temas de sua época dependem dos mesmos conceitos básicos compartilhados nesse tempo histórico, fazendo com que os conceitos básicos sejam o eixo central em torno do qual os argumentos giram nos discursos em que eles estão inseridos. Dessa forma, para fazer a análise de um conceito inserido em um determinado discurso não basta apenas conhecer o contexto

linguístico do discurso no qual o conceito básico está inserido, mas é necessário conhecer também o contexto extra-linguístico no qual esse mesmo conceito circulou, acompanhado das mudanças e continuidades em sua carga semântica no decorrer dessa trajetória (KOSELLECK, 2006b, p. 104).

Tendo em vista as continuidades e as mudanças associadas aos significados dos conceitos básicos no decorrer de suas trajetórias históricas, é possível investigá-las a partir de outras duas formas: pela análise onomasiológica de seus conceitos paralelos (pensando no conceito de América Latina por exemplo, teríamos *Hispanoamérica* e *América Espanhola* como alguns exemplos de conceitos paralelos a ela) ou pela análise semasiológica de seus conceitos opostos (também pensando em América Latina, podemos considerar as oposições Latino/Anglo-Saxão e Americano/Latino-Americano). Esses dois caminhos se tornam úteis para a história dos conceitos, pois, quando um termo se torna um conceito básico, este pode tanto substituir um conceito paralelo a ele quanto se converter no oposto do seu significado anterior (KOSELLECK, 2006b, p. 105). Assim, os conceitos básicos carregam consigo um conjunto de significados controversos e diversos que aparecem e reaparecem conforme se transformam no decorrer do tempo histórico:

“Nenhuma ação política, nenhum comportamento social, pode ocorrer sem um estoque mínimo de conceitos básicos que persistiram durante longos períodos; que subitamente apareceram, desapareceram e apareceram; ou que foram transformados rápida ou lentamente. Tais conceitos devem, por esta razão, ser interpretados de modo a pôr em ordem os seus múltiplos significados, as suas contradições internas e suas aplicações variáveis nas diferentes camadas sociais” (KOSELLECK, 2006b, p. 103)

Assim, a análise comparada dos conceitos e termos que circulam no mesmo campo de disputa semântica e política se torna uma estratégia metodológica eficiente para a história dos conceitos, uma vez que os conceitos básicos acumulam significados de longa duração no decorrer de suas trajetórias que não se limitam a quaisquer mudanças políticas ou sociais, mas carregam consigo um amplo arcabouço semântico que é aplicável a diversos cenários distintos ao longo do tempo (2006b, p. 106.).

A estratégia da análise dos conceitos opostos apresentada anteriormente, por sua vez, passa pela compreensão da noção de contraconceitos assimétricos estabelecida por Koselleck em *A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos e assimétricos*, capítulo 10 de *Futuro Passado* (2006). Neste capítulo, o autor demonstra a importância dos conceitos para a constituição e delimitação de unidades de ação politicamente eficazes, tanto quanto estas utilizam conceitos para a própria constituição e delimitação quanto para atribuir significados a outras unidades de ação. Quando os conceitos são utilizados por um grupo para atribuir um significado depreciativo e negativo a outro grupo, que não se aplica no sentido contrário, estes ganham a forma de conceitos antitéticos e assimétricos — que, por sua vez, formam pares de conceitos opostos e assimétricos.

Koselleck argumenta que um grupo designado por um “nós” só consegue se constituir como uma unidade de ação politicamente eficaz se, além de um nome, ele possui conceitos que o delimitam. Isto é, conceitos que determinam esta unidade de ação pela sua própria delimitação, que nesse sentido também exclui aqueles que não estão incluídos nela: “O conceito não serve apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos ou sociais” (p. 192). Da mesma forma, os conceitos podem ser utilizados pelas unidades de ação para atribuir significado a outras unidades. Assim, conceitos que possuem uma generalidade concreta podem ser empregados de forma transferível entre grupos distintos, implicando num reconhecimento mútuo entre eles.

Contudo, Koselleck chama atenção para o fato de que certas unidades de ação podem se apropriar desses conceitos generalistas até torná-los em singulares, reclamando exclusivamente para si a universalidade associada a esses conceitos e rejeitando comparações. A partir desse processo, são constituídos os conceitos opostos que discriminam os excluídos que não se encaixam nessa universalidade, anulando portanto o reconhecimento mútuo antes associado aos conceitos universalizantes. Desse processo, Koselleck identifica os conceitos opostos e assimétricos como sendo aqueles que, ao serem utilizados para constituir uma unidade de ação própria, também constituem uma denominação oposta e desigual para uma outra unidade de ação que se almeja excluir e rejeitar da própria universalidade:

“Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém de maneira desigual. Assim como a vida cotidiana, também a linguagem da política se baseia nessa figura básica dos conceitos opostos assimétricos.” (KOSELLECK, 2006, p. 193)

Dada essa circunstância, torna-se necessário estudar não somente os conceitos isolados, mas os pares conceituais que se articularam historicamente de tal forma que atribuíram uma leitura dualista das condições históricas, sendo necessário distinguir os conceitos do passado em si das estruturas semânticas associadas a eles que persistem no decorrer do tempo (p. 194). Essa distinção se faz necessária pois a eficácia política dos conceitos antitéticos consiste na elaboração de critérios que rejeitem a posição adversária e geram divisões históricas que, em sua linguagem conceitual, se confundem com a história política – mesmo posteriormente ao contexto histórico no qual os pares conceituais assimétricos se articularam: “A estrutura dos conceitos antitéticos não depende apenas das palavras com que os pares de conceitos se formam. As palavras podem mudar e, mesmo assim, a estrutura da argumentação assimétrica continua”. (KOSELLECK, 2006, p. 195).

Sendo assim, os conceitos opostos e assimétricos se enquadram na perspectiva da história dos conceitos pois eles são historicamente transmissíveis, ao passo que seus pares conceituais se projetam além de seus contextos históricos e seus efeitos/significados se modificam com o decorrer do tempo, atribuindo rupturas e continuidades aos seus velhos significados:

“A história nunca se identifica com seu registro linguístico nem com sua experiência formulada, condensada oralmente ou por escrito, mas também não é independente dessas articulações linguísticas. Nossos conceitos antitéticos, portanto, confirmam tanto a repetitividade quanto a novidade das situações a que se referem. Mas essas situações sempre são, ao mesmo tempo, algo diferente do que pode dar a entender a auto-apreensão linguística” (KOSELLECK, 2006, p. 196)

Entre os diferentes tipos de pares conceituais opostos e assimétricos existentes, Koselleck enfatiza aqueles que se constituem enquanto conceitos binários com pretensões universais, estabelecendo uma análise histórico-conceitual de três pares conceituais específicos notáveis da História: helenos e bárbaros; cristãos e pagãos; e humanos e não-humanos. De forma geral,

os contraconceitos assimétricos consistem em pares compostos por um conceito positivo, que assume a identidade do grupo que nomeia, e por um negativo que corresponde à inversão semântica do elemento positivo. A relação entre ambos elementos é assimétrica pois, enquanto o pólo positivo (Eu) define o negativo (Outro) como negação de sua auto-imagem, o Outro não se reconhece nessa definição. Ou seja, a definição atribuída ao outro se caracteriza como uma ofensa, insulto e/ou privação (FERES JR, 2004, p. 38).

João Feres Jr (2004), historiador brasileiro que será retomado no decorrer desse trabalho, mobiliza a noção de contraconceitos assimétricos de Koselleck para, em síntese crítica com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, estabelecer uma tipologia das formas de desrespeito para a condução de sua tese. Feres Jr. parte da tipologia tripartite das formas de desrespeito de Honneth (maus-tratos físicos; negação de direitos a uma pessoa; e depreciação do estilo de vida individual ou grupal) para interpretar os pares de contraconceitos assimétricos analisados por Koselleck.

Por considerar a narrativa histórica de Koselleck acerca dos três pares conceituais notáveis (helenos x bárbaros; cristãos x pagãos; humanos x não-humanos) como específica ao recorte nacional alemão, Feres Jr. suspende o caráter universal dessa semântica e propõe a noção de oposições assimétricas, que será mobilizado nessa pesquisa. A oposição assimétrica consiste em uma das formas semânticas que o desrespeito pode assumir quando articulado através da linguagem, sendo considerada pelo autor uma das mais radicais, posto que o Eu vê no Outro somente reflexões invertidas da sua própria auto-imagem (2004, p. 41).

Dessa forma, Feres Jr. estabelece três tipos de oposições assimétricas, com base nos três pares conceituais apresentados por Koselleck: oposições assimétricas culturais, temporais e raciais. Além disso, o autor afirma que certas expressões são capazes de denotar mais de uma forma de desrespeito, constituindo portanto uma traduzibilidade das formas de oposição assimétrica que deve ser analisada caso a caso.

Tal compreensão acerca dos contraconceitos assimétricos elaborada por Feres Jr, a partir da noção de oposições assimétricas, será fundamental junto à

noção de conceitos políticos básicos para a mobilização semântica e político-social dos conceitos que serão trabalhados neste trabalho, sobretudo os conceitos de América Latina, desenvolvimentismo e neoliberalismo.

1.2. A condição do (sub)desenvolvimento para a América Latina e a história dos conceitos

A abordagem da história dos conceitos, por sua vez, será utilizada como marco teórico-metodológico deste trabalho devido ao objetivo central de analisar como o conceito político e social de desenvolvimentismo se tornou central para o pensamento social da América Latina entre os anos de 1950 e 1960, sobretudo a partir do paradigma do (sub)desenvolvimento, e sua relação com o arcabouço semântico do conceito de América Latina consolidado entre os séculos XIX e XX.

No capítulo seguinte, a história dos conceitos será mobilizada sobretudo a partir das noções de conceitos básicos e oposições assimétricas para analisar o arcabouço conceitual do conceito de América Latina elaborado e disputado desde o contexto das independências até o marco da criação da CEPAL em 1948. Nessa análise, buscarei analisar como oposições assimétricas entre americano/europeu, latino/saxão, América Latina/América do Norte, constituem um arcabouço semântico de oposições assimétricas temporais, culturais e raciais que diferenciam os povos, culturas e Estados da América Latina em relação aos da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

Esse conjunto de significados de diferenciação e inferiorização com base na raça/cultura, que eu me refiro como diferenciações raciais, se constitui como elemento central do conceito de América Latina, que no decorrer de sua trajetória foi elaborado como uma “identidade” que se afirma ao se opor a outra a partir de elementos raciais e racistas: seja externamente, na relação de reafirmação e oposição entre Europa/Estados Unidos e América Latina, ou internamente, pela diferenciação entre brancos/europeus e não-brancos (indígenas, pretos e mestiços) no seio da elite intelectual crioula que buscava definir sua identidade latino-americana, mas reivindicava sua matriz europeia.

No capítulo, elaboro o argumento central de que o arcabouço semântico do conceito de América Latina, marcado pelo aspecto de diferenciação racial, passa a ser concebido em um aspecto de diferenciação socioeconômica no século XX a partir da criação da CEPAL em 1948. Isto pois esse período marca a ascensão do paradigma do (sub)desenvolvimento como relação de oposição assimétrica que se tornou indissociável do conceito de América Latina para reafirmar sua inferioridade em relação à Europa e sobretudo os Estados Unidos. Recuperando os aportes de Koselleck, analiso esse aspecto semântico da simultaneidade da não-simultaneidade no aspecto de diferenciação e inferiorização racial que se mantém no conceito de América Latina mesmo quando este passa a ser mobilizado em termos de diferenciação socioeconômica através da condição do subdesenvolvimento.

Além disso, nos capítulos posteriores, a história dos conceitos será mobilizada para analisar a relação entre a mudança semântico-conceitual da centralidade do conceito de desenvolvimentismo no pensamento político e social da América Latina nos anos de 1950 e 1960 para o conceito de neoliberalismo entre as décadas de 1980 e 1990; e a mudança político-econômica e social promovida nesta época, tendo em vista o contexto da Guerra Fria, de um contexto de conquistas políticas e sociais para as classes trabalhadoras e marginalizadas com governos reformistas e democráticos – alguns com perspectiva revolucionária, como a Unidade Popular no Chile – para um contexto de difusão do arcabouço político e conceitual do neoliberalismo para a América Latina como um todo nas décadas de 1980 e 1990 e que se mantém como padrão da atual ordem internacional liberal.

2. A trajetória do conceito de América Latina

Por que América Latina? O que, e quem, esse nome – esse conceito – representa? Da colonização às independências, das independências até hoje, essas são questões que permeiam o imaginário dos países que compartilham a herança da colonização europeia e do imperialismo norte-americano, nesta América situada ao sul dos Estados Unidos. Durante os quinhentos anos que sucederam o desembarque da primeira caravela na costa do Novo Mundo, novas subjetividades e materialidades foram constituídas e expulsaram da História – agora Moderna – o mundo que existia nessas porções de terra conquistadas durante a colonização: assim foi inventada a Europa, assim foi inventada a América.

Nos processos de independência da América, até então Espanhola (Portuguesa, no Brasil), as perguntas que abriram essa seção passaram a ser levantadas no seio das elites hispano-americanas de forma decisiva: qual nome será dado a esse conjunto de novos países que compartilham essa mesma herança colonial? Além disso, o que mais os une? Qual é a identidade coletiva que representa esse conjunto de países e pessoas? De Simón Bolívar a José Martí, a questão do nome próprio e da identidade associada a ele originou uma trajetória de debates e disputas até a consolidação do nome América Latina no século XX.

Em *A Invenção de Nossa América: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina* (2023), o sociólogo argentino Carlos Altamirano explora esse debate, não a partir de uma busca essencialista pela “consciência latino-americana” em si, mas pelo objetivo de se compreender como, a partir do contexto do declínio do domínio colonial espanhol e da ascensão dos movimentos de independência, se estabeleceu uma disputa intelectual sobre o que deveria ser uma identidade compartilhada entre os povos dessas ex-colônias (2023, p. 30). Através da abordagem da história intelectual, portanto, ele busca compreender como essa identidade se construiu e reconstruiu desde então, nessa “entidade que se chamará primeiro americana, depois hispano-americana e mais tarde latino-americana” (2023, p. 26).

Dessa forma, nas seções seguintes eu busco recuperar a trajetória do conceito de América Latina a partir da história intelectual da identidade latino-americana estabelecida por Altamirano, tendo como foco os debates acerca do nome próprio situados no capítulo *Que América Somos?* do livro. O objetivo

dessa abordagem é identificar o conjunto de sentidos que o nome América Latina projeta para a identidade que este busca nomear – isto é, a dimensão histórica e o impacto material que o conceito de América Latina impôs à forma que a “identidade” dos povos e países desse subcontinente passou a ser compreendida e projetada por e para eles – e como esse conjunto de sentidos, em suas continuidades e descontinuidades temporais, culminou na elevação do conceito de “desenvolvimento” a conceito básico para compreender a América Latina no século XX – tópico este que será retomado no final do capítulo e mais aprofundado no capítulo 2.

2.1. A origem do nome: o panlatinismo francês, a Nossa América e a ameaça do Norte

A questão do nome próprio, que efervesce no contexto pós-independências, foi durante toda sua trajetória uma temática quase restrita aos setores intelectuais das elites *criollas* no continente que, agora libertas da metrópole, tentavam descobrir a própria identidade e, como principal atribuição de quem detém domínio sobre algo, nomeá-la (ALTAMIRANO, 2023, p. 34). Da incerteza sobre qual seria o nome justo para representar tal consciência continental, o nome América Latina esteve em constante disputa com outras denominações, como América do Sul, Hispano-América e Indoamérica, até sua consolidação internacional no século XX. Para situar o surgimento dessa denominação e os elementos conceituais que esta carrega e projetou para a concepção mais comum acerca da identidade dos povos da América Latina, é necessário retornar ao Velho Continente.

O surgimento da concepção de uma América latina, mesmo que tendo sido alvo de debates entre intelectuais durante o século XX, é consensualmente atribuído à dimensão ideológica do projeto imperialista francês vigente na década de 1860 e promovido por Napoleão III: o panlatinismo francês. Essa ideia, cujo principal teórico fora o sansimonista Michel Chevalier tem origem no discurso racialista de que a Europa estaria dividida em duas matrizes étnicas – a latina e a teutônica (anglo-saxã e germânica) – e que seria tarefa da povo francês liderar os demais povos da raça latina como forma de balancear a supremacia anglo-saxã

(ALTAMIRANO, 2023, p. 42) – o que inclui a América, considerada anglo-saxônica no norte e latina no sul:

“Assim, há a Europa Latina e a Europa teutônica; [...] Esta é protestante, a outra é católica. Uma se serve de idiomas nos quais predomina latim, a outra fala línguas germânicas. Os dois ramos, latino e germânico, reproduziram-se no Novo Mundo. A América do Sul é, como a Europa meridional, católica e latina. A América do Norte pertence a uma população protestante e anglo-saxã” (CHEVALIER, 1980 *apud* ALTAMIRANO, 2023, p. 43-44)

Construiu-se, portanto, uma imagem dos povos da América do Sul a partir da compreensão da latinidade, revelando uma caracterização que pouco se assemelhava à real composição étnica dos povos da região (2023, p. 44). A compreensão da latinidade da América, contudo, ia em direção oposta ao dualismo Europa-América que fora central no contexto das lutas pela independência. Essa mudança foi possível pois, segundo o intelectual uruguaio Arturo Ardao, a crescente ameaça representada pelo expansionismo norte-americano e o avanço das doutrinas raciais europeias do século XIX fez com que a Europa latina se mostrasse como um possível vínculo solidário frente às ameaças representadas pelos Estados Unidos (ALTAMIRANO, 2023, p. 39).

Apesar da origem europeia desse nome e da dissonância entre a ideia de latinidade e os povos que viviam nesta América, o nome América Latina passou a ser incorporado também por autores hispano-americanos que viveram na Europa e entraram em contato com noções do panlatinismo francês. Este foi o caso do jornalista colombiano José María Torres Caicedo, que viveu em Paris e, segundo Ardao, teria sido o responsável pelo batismo do nome América Latina enquanto expressão do nascimento de uma consciência continental (ALTAMIRANO, 2023, p. 45). Radicado em Paris e em contato com o latinismo, Torres Caicedo diante do contexto do expansionismo norte-americano compreendia o anti-imperialismo como inerente ao conceito de América Latina, ao mesmo passo que reutilizou os preceitos racialistas da latinidade para justificar sua posição (p. 47). Isto pois, ao apresentar os Estados Unidos como uma antítese de potencial expansionista à proposta de construção de identidade da América Latina, ele o fez a partir dos critérios de diferenciação étnica e cultural entre os povos de origem latina e os de origem saxônica – por exemplo, a ideia de que a América do Norte é protestante e a Latina católica.

Essa compreensão do conceito, mesmo trazendo consigo as contradições francesas anteriores, teve grande apoio de parte das elites criollas que, apesar de serem contrárias aos interesses expansionistas dos EUA, reivindicavam para si a ascendência europeia proveniente da colonização (ALTAMIRANO, 2023, p. 48). Identifica-se, portanto, o papel de parte das elites criollas na popularização da compreensão de América Latina elaborada por Torres Caicedo, segundo a perspectiva trazida pelo autor.

A partir de contribuições do filósofo e historiador chileno Miguel Rojas Mix, Altamirano mostra que além de Torres Caicedo, o autor chileno Francisco Bilbao também se baseou no latinismo francês para compreender a ideia de América Latina, sendo este e Torres Caicedo os primeiros a empregar a expressão, ambos antes de 1861 (2023, p. 49). Tendo sido influenciado pela concepção espiritualista da latinidade do filósofo francês Lamennais, Bilbao entendeu a dicotomia latinista das duas raças como sendo entre a saxônica materialista e a latina espiritualista – apesar de ter abandonado esta perspectiva de América Latina posteriormente (ALTAMIRANO, 2023, p. 54).

Diante do avanço imperialista dos EUA na segunda metade do século XIX, essa concepção de Bilbao serviria não só para afirmar uma identidade latinoamericana, mas também para se reafirmar diante do avanço da contraposição norte-americana. Dessa forma, para Rojas Mix a ideia de América Latina estabelecida por Bilbao era intrinsecamente anti-imperialista em todos os sentidos: tanto ianque quanto francês. No entanto, apesar do caráter anti-imperialista, este não encerrava o teor racialista intrínseco ao nome:

“De onde provinha essa crença que atribui aos latinos uma excelência que os destacava diante de outras raças: desinteresse em contraste com o espírito de lucro, atitude sensível voltada mais para o social que para o individual, maior inclinação para a arte do que para o comércio, etc.? Esses títulos de nobreza espiritual constituíam tópicos do discurso panlatinista” (ALTAMIRANO, 2023, p. 65).

Assim, identifica-se que, tanto em Torres Caicedo e Bilbao, a tentativa de construir uma consciência continental a partir do nome América Latina remonta às premissas racialistas do panlatinismo francês, destoando da realidade factível da região. No entanto, enquanto Torres Caicedo se manteve adepto do latinismo e continuou reivindicando o nome América Latina, Bilbao renunciou ao termo ao conceber a incompatibilidade entre o critério anti-imperialista atribuído pelo mesmo e esta noção imperial francesa (p. 49). A

incompatibilidade dessa latinidade com a identidade das populações desta América também se demonstrou na pesquisa de Vicente Romero acerca da validade sociológica do nome América Latina, que evidenciava que até 1850, menos de $\frac{1}{5}$ da população hispano-americana poderia ser etnicamente considerada enquanto latina (ROMERO, 2014 *apud* ALTAMIRANO, 2023, pp. 56-57). Esta discrepância aponta novamente para o restrito círculo intelectual em que este debate era central e o nome América Latina possuía seus adeptos: os integrantes da elite criolla que, identificados e seduzidos pelo pensamento europeu vigente do século XIX e trouxeram esta influência para nosso lado do Atlântico: “um pequeno mundo cujos integrantes provinham da elite intelectual, política e social de seus países. Amavam a capital francesa e admiravam seus poetas e seus pensadores.” (ALTAMIRANO, 2023, p. 57). A dimensão colonial e racial do nome América Latina, portanto, não poderia ser separada dele.

O historiador mexicano Mauricio Tenorio-Trillo, crítico das premissas racialistas do panlatinismo e de suas conotações imperialistas, reforça essa relação ao afirmar que “a ideia de uma parte latina da América representou uma [...] guinada moderna de uma velha ideia imperial” pois, ao passo que a compreensão de Bilbao acerca da América Latina remetia a uma lógica de superioridade dos descendentes da romanidade, tornou-se “praticamente impossível não transmitir conotações raciais e imperiais quando se articula o conceito de América Latina” (TENORIO-TRILLO *apud* ALTAMIRANO, 2023, p. 66) pois, a valorização das “virtudes” latinas desta América, mesmo quando postas em oposição aos Estados Unidos, remonta ao racismo presente na invocação das virtudes romanas em oposição aos povos bárbaros (p. 68).

Para além disso, a própria ideologia do panlatinismo em si não se construiu em torno de um nacionalismo propriamente dito que buscasse vincular todas as nações/povos latinos, mas de um projeto imperial que tinha a França como a potência responsável por liderar as demais nações latinas – com destaque para as recém-criadas repúblicas de Nossa América, como aponta João Feres Jr: “na agenda política desse imperialismo, a submissão das ex-colônias ibéricas no continente americano ao domínio e influência franceses figurava com destaque” (2005, p. 53).

Dessa forma, uma primeira dimensão em que se pode conceber o sentido atribuído ao conceito de América Latina é a da sua definição a partir da

diferenciação em relação a uma outra identidade oposta, expansionista e ameaçadora, que deve ser combatida. Isto é, a América Latina inicialmente se define pela sua oposição ao colonialismo europeu (sobretudo em relação à Espanha nas lutas de independência) e posteriormente ao imperialismo norte-americano. E essa diferenciação, ao ser articulada pelo conceito de América Latina, mesmo com seu caráter anti-imperialista em relação aos EUA, assume conotações raciais e étnicas ao ser feita pela oposição latino/saxônico, atribuindo os estereótipos raciais/culturais da latinidade aos povos que viviam na América latina: em outras palavras, uma doutrina racial e expansionista criada para pensar o contexto europeu (latinismo) que é projetada para as Américas, como se estas fossem o subproduto da colonização europeia.

Essa dimensão racialista herdada do latinismo francês se torna intrínseca ao pensamento de diferenciação entre a identidade da “nossa” América e da “outra” América, mantendo-se como uma constante durante a trajetória conceitual do termo América Latina. Para Tenorio-Trillo, mesmo com dois séculos de reencarnações semânticas, cada uma delas representava o renascimento desta mesma crença racial – nomeada por ele como Lei de Bilbao (p. 64).

Tendo em vista a abordagem teórica da história dos conceitos, é possível associar essa concepção de durabilidade do conceito de América Latina com a análise diacrônica e sincrônica dos conceitos teorizada por Koselleck: o conceito de América Latina, dada a sua durabilidade no espaço de experiência posterior às independências no subcontinente latino-americana, passou por mudanças, disputas e “reencarnações” quando se analisa sincronicamente – isto é, o conceito dentro de um recorte temporal específico –, contudo, ao analisá-lo diacronicamente, é possível perceber que o caráter de oposição assimétrica nós/eles está sempre presente na mobilização do conceito: inicialmente frente à Europa, se consolida frente aos Estados Unidos. Esta oposição constante durante toda a trajetória do sentido de identidade atribuído ao conceito de América Latina frente aos Estados Unidos – que, conforme argumento no decorrer deste capítulo, é uma diferenciação que se dá majoritariamente em conotações raciais até meados do século XX – é central para a definição do que se entende como América Latina (2023, p. 65).

Para além da projeção externa dessa diferenciação racial, contudo, é possível identificar que esta também se projetou internamente, quando pensamos

na definição da identidade de um latino-americano pelas elites criollas, isto é, no dilema da condição criolla: europeus, americanos, ou indígenas? Essa dimensão, que pode ser articulada com os conceitos de colonialidade a partir da perspectiva decolonial de autores do grupo Modernidade/Colonialidade como Aníbal Quijano, se torna central para pensar o conceito de América Latina quando este entra em conflito direto com o conceito de Hispano-América a partir da virada do século XX e o declínio do domínio espanhol neste lado da América.

2.2. Hispanoamérica ou Latinoamérica? Arielismo, a questão indígena e a condição criolla

Diante da disputa conceitual pelo termo que pudesse nomear o sentido coletivo atribuído aos povos e países da nossa América, o principal nome defendido além de América Latina foi o de Hispano-América. Este termo foi reivindicado em momentos diferentes até a consolidação do nome América Latina, mas foi na virada do século XIX para o XX que Hispano-América teve seu principal ressurgimento – e, assim como América Latina, apoiada em premissas das doutrinas latinistas.

Altamirano aponta que, desde a derrota da França para a Prússia em 1870, o discurso panlatinista teria perdido sua força na França e consequentemente no nosso lado do Atlântico. Para Leslie Bethell (2009), contudo, já havia desde a década de 1860 em Nossa América uma rejeição à *latinidad*, devido às mobilizações expansionistas¹ tanto da França quanto da Espanha, que passaram a ser vistas de forma negativa assim como os Estados Unidos. Com a rejeição do latinismo nesse período, tanto pela sua associação com valores rejeitados pelas elites intelectuais hispano-americanas quanto pela sua ligação com a Europa Latina, outras nomenclaturas como *América Española* e *Hispanoamérica* passaram a contestar o conceito de América Latina:

“Foi por esse motivo que alguns preferiam se considerar parte da *América Española*, *Hispanoamérica*, ou simplesmente *América del Sur*, mais do que ‘América Latina’: para eles, ‘latinidad’ representava o conservadorismo, o antiliberalismo, antirrepublicanismo, catolicismo e, não menos importante,

¹ Especificamente, a intervenção francesa no México (1861), o apoio dado a Maximiliano até sua execução (1867), a anexação de Santo Domingo pela Espanha (1861-1865), a guerra da Espanha com o Peru pelas Ilhas Chincha (1864-1866) e a guerra entre Espanha e Chile que resultou no bombardeio de Valparaíso (1865-1866) – Ver: BETHELL, 2009, p. 292.

ligações com a Europa Latina, que inclui a França e a Espanha” (BETHELL, 2009, p. 292)

Apesar dessa rejeição à Europa Latina na década de 1860, Altamirano aponta que cerca de quatro décadas depois, no contexto da Guerra Hispano-Americana de 1898, em que se marcou o declínio do domínio espanhol nas Américas, a exaltação latinista foi retomada nos debates intelectuais da América Latina – agora, em novas disposições.

Em vez do discurso panlatinista francês dominante até 1870, pregava-se dessa vez um latinismo que reivindicava uma matriz hispânica, pondo-se em solidariedade com a Espanha em conflito. Essa exaltação latinista/hispanista ecoou entre políticos e escritores da América Hispânica, situando o novo foco dessa agitação ideológica não em Paris, mas nas capitais das repúblicas hispano-americanas (ALTAMIRANO, 2023, p. 70). Exemplo dessa mobilização foi o Congresso Literário Hispano-Americano de 1892, que reuniu escritores dos dois lados do Atlântico em Madri sob o objetivo de formar as bases para uma grande confederação literária visando manter o elo cultural e fraternal destes povos que compartilham a língua espanhola (p. 71).

Essa mescla de exaltação latinista e hispanista na virada do século teve sua maior expressão no arielismo – isto é, a expressão do latinismo presente no ensaio *Ariel* (1900), de José Enrique Rodó. Tendo constituído o credo de boa parte dos escritores hispano-americanos de sua época, *Ariel* representou a mensagem que proclamava a raiz latina dos povos hispano-americanos, sendo estes provenientes de uma linhagem de valores espirituais que deveriam ser enaltecidos diante da “*nordomania*”, como sendo essa tendência a imitar o Norte. (2023, p. 17). Nessa concepção de latinidade espiritualista herdada da tradição greco-latina, Rodó reuniu os dois lados do Atlântico em um mesmo universo linguístico e cultural: “o mundo hispânico, com seu lado europeu e seu lado americano” (2023, pp. 70-71).

A mistura entre latinismo e hispanismo, contudo, encontrou seu fim quando estes dois eixos entraram em conflito diante da disputa entre América Latina e Hispano-América. o segundo termo dotava de uma adesão maior, estando presente em registros desde as independências e sendo defendido por membros da elite intelectual hispano-americana na virada do século XX, como José Martí que identificava a “*Nuestra América*” como sendo a Hispânica (pp. 72-73). Enquanto

a América Latina remete a uma herança francesa mobilizada em critérios étnicos/racistas contra o expansionismo norte-americano, Hispano-América reivindica uma herança gloriosa dos conquistadores espanhóis, identificando uma hispanidade presente tanto no seu lado europeu quanto americano – e ainda distinto e em oposição à América do Norte.

Rodó, por exemplo, afirmou em 1910 que a nomenclatura América Latina não era necessária para se referir à afinidade de raça entre os sul-americanos, pois uma unidade muito mais íntima pode ser evidenciada pela afirmações de “íbero-americanos” e “hispano-americanos”, por remeterem à “raça heroica e civilizadora” que se fragmentou em duas nações europeias – sendo inclusive um nome próprio para se referir também ao Brasil, posto que o termo “Hispania” remete ao nome geográfico dado à Península Ibérica que também incorpora Portugal (RODÓ *apud* ALTAMIRANO, 2023, p. 72). Esse mesmo argumento também fora defendido pelo filólogo espanhol Ramón Menéndez Pidal, que se posicionou contrariamente à propagação do “neologismo” América Latina por 1) a expressão Hispano-América ser suficiente para se referir à região dada a origem geográfica do termo “Hispania” (mencionada anteriormente); e por 2) a expressão América Latina ter sido inventada no exterior em dois focos difusores, a França e os EUA, que violentam os fatos históricos ao incorporar a dimensão de uma raça latina que não seria coerente para definir a ascendência dos países sul-americanos (p. 73).

A reivindicação da herança espanhola, contudo, não teve um sentido fixo ao longo dos anos entre as elites políticas e intelectuais da Nossa América. No contexto das independências na América Espanhola, por exemplo, os projetos de união continental tiveram como objetivo a defesa das independências e a resistência às ambições imperiais europeias, inclusive as da Espanha (p. 74). O resgate dessa herança espanhola viria com a ascensão dos EUA enquanto potência continental e novo foco de ameaça imperialista:

“Quando a ameaça à soberania desses países proceder da nascente política norte-americana de hegemonia continental, a noção de Hispano-américa se tornará corrente. A identidade política hispano-americana ganhou então valor e sentido opostos ao espírito de cobiça que se identificava com a outra América, a do norte” (ALTAMIRANO, 2023 p. 74).

Dessa forma, o resgate do hispano-americanismo enquanto resposta ao expansionismo americano, indicado também anteriormente com a deflagração

da Guerra Hispano-Americana, incorporou na sua afirmação de identidade a oposição ao “espírito” identificado no Norte. Essa oposição teve em sua formulação a herança do previamente mencionado discurso panlatinista – sobretudo a partir da perspectiva presente na Lei de Bilbao: a de uma raça espiritualizada e coletivista no Sul oposta a uma raça materialista e individualista ao Norte.

No entanto, ao mesmo passo em que a identificação das elites intelectuais criollas com o lado espanhol/europeu da sua herança cultural projetou uma diferenciação racial/étnica externa com os Estados Unidos, esta identificação também projetou uma diferenciação racial no campo interno: a ideia de uma identidade hispano-americana, herdada do hispanismo e da reivindicação europeia por parte das elites criollas hispano-americanas, se afirma também pela rejeição dos americanos “não-brancos” e “mestiços”, sobretudo indígenas e negros. Esse racismo e falso nacionalismo anti-imperialista defendido por estas elites foi alvo de crítica do sociólogo e ativista peruano José Carlos Mariátegui, que, diante da discussão acerca da identidade nacional e continental da nossa América nos anos 1920 e 1930, apresentou a centralidade da questão indígena para pensar até que ponto essa identidade coletiva representa os povos da nossa América.

No ensaio *Lo nacional y lo exótico* (1924), Mariátegui parte do contexto peruano para criticar a abordagem “nacionalista” vigente no país, que busca dissociar o nacional de quaisquer ideias tidas como “exóticas”. Ele aponta que esse nacionalismo (*peruanidad*), tido como inadequado para a realidade nacional, é constituído sobretudo a partir das elites intelectuais criollas (MARIÁTEGUI, 2018, p. 55), e se consolida como o produto de uma matriz ocidental, sendo portanto uma ficção: interpreta-se as lutas pela independência como parte do legado ocidental dos ânimos das revoluções burguesas (sobretudo a Francesa) e a construção nacional como algo que rejeita sua matriz indígena e se constitui por uma perspectiva europeísta (p. 57). Isto é, uma nação (no caso do Peru) que não se define pelos valores comuns de um povo, mas pela diferenciação racial: “Porque aquí el nacionalismo no brota de la tierra, brota de la raza” (MARIÁTEGUI, 2018, pp. 59-60).

Essa perspectiva de diferenciação racial atribuída ao nacionalismo peruano por Mariátegui, que enfatiza a dimensão europeizante e a rejeição ao indígena da mesma, também é projetada em crítica à construção de uma

identidade continental. Este é o caso do ensaio *La Unidad de America Indo-Española* (1924), em que Mariátegui aborda a questão da unidade continental na América Hispânica – segundo ele, América Indo-Espanhola –, partindo desde o contexto das revoluções de independência até a época do autor, em que passa a existir uma diferenciação entre as nações americanas, ainda que se preservem questões comuns. Mariátegui aponta que, de fato, tais nações compartilham uma matriz única: a conquista espanhola, responsável pela destruição de culturas e agrupamentos autóctones, que uniformizou a fisionomia étnica, política e moral da Hispano-América (MARIÁTEGUI, 2018, p. 61). Dessa imposição cultural, assim como pela miscigenação, surgiram os setores das elites criollas que, dando origem a novas nacionalidades no continente, promoveram os ideais americanistas e de unidade continental frente à Espanha no contexto das lutas pela independência.

“La generación libertadora sintió intensamente la unidad sudamericana. Opuso a España un frente único continental. Sus caudillos obedecieron no un ideal nacionalista, sino un ideal americanista. Esta actitud correspondía a una necesidad histórica. Además, no podía haber nacionalismo donde no había aún nacionalidades. La revolución no era un movimiento de las poblaciones indígenas. Era un movimiento de las poblaciones criollas, en las cuales los reflejos de la Revolución Francesa habían generado un humor revolucionario” (MARIÁTEGUI, 2018, p. 62).

Ao argumentar que esse humor revolucionário da geração libertadora se esgotou nas gerações seguintes – que passaram a defender uma postura mais nacionalista que americanista –, Mariátegui mostra que a trajetória única dessas novas nações passou a se diferenciar conforme uns se desenvolveram mais rápido que os outro, principalmente naquelas em que pesou o fator da imigração europeia (2018, p. 62) e apontou para a falta de cooperação entre os países hispano-americanos como principal fator para a dispersão entre esses países (p. 63).

Assim, Mariátegui descredibiliza o debate sobre o surgimento de uma cultura genuinamente americana em sua época, evidenciando que a busca pela identidade do homem hispano-americano se enquadra como uma questão central somente na vida intelectual das elites criollas hispano-americanas, posto que são essas que circulam as mesmas ideias e sentimentos sobre uma cultura continental compartilhada (2018, p. 65). Isto é, encontra-se uma vasta literatura acerca do

pensamento hispano-americano, mas que não vincula todos seus povos – somente suas elites intelectuais:

“Es absurdo y presuntuoso hablar de una cultura propia y genuinamente americana en germinación, en elaboración. Lo único evidente es que una literatura vigorosa refleja ya la mentalidad y el humor hispano-americanos. Esta literatura – poesía, novela, crítica, sociología, historia, filosofía — no vincula todavía a los pueblos; pero vincula, aunque no sea sino parcial y débilmente, a las categorías intelectuales” (MARIÁTEGUI, 2018, p. 65-66).

Dos povos deixados de fora da identidade atribuída à Hispano-América, Mariátegui destaca a centralidade da questão indígena em *El problema del indio* (1928), novamente partindo do caso do Peru. Em discordância com as perspectivas vigentes em sua época sobre essa questão – como as perspectivas racistas/étnicas de inferioridade racial e morais/éticas, assim como as soluções legais/administrativas e pedagógicas – ele atribui a economia como principal aspecto da questão indígena, sobretudo a partir do problema da terra (MARIÁTEGUI, 2018, p. 77). Nessa análise, ele reforça o ponto de que as independências foram mobilizações criollas que não representaram mudanças significativas para os indígenas: pelo contrário, a nova aristocracia latifundiária criolla manteve seus direitos sobre a terra e manteve o indígena desapossado, tal como durante o domínio espanhol:

“La feudalidad criolla se ha comportado, a este respecto, más ávida y más duramente que la feudalidad española. [...] La servidumbre del indio, en suma, no ha disminuido bajo la República. Todas las revueltas, todas las tempestades del indio, han sido ahogadas en sangre. A las reivindicaciones desesperadas del indio les ha sido dada siempre una respuesta marcial” (MARIÁTEGUI, 2018, p. 80).

É possível perceber, portanto, a crítica de Mariátegui à concepção de uma identidade coletiva associada aos povos desta América, posto que este era um assunto restrito às elites intelectuais criollas que, sem representar a totalidade de seus povos – ainda oprimidos e excluídos desta identidade compartilhada – reivindicam sob o nome de Hispano-América uma identidade eurocentrada que, mesmo anti-imperialista diante dos EUA, se enxerga mais como europeia que americana; mais hispânica que indígena. Diante dessa crítica exposta por Mariátegui, é possível evidenciar o duplo movimento de diferenciação racial presente no debate acerca do nome próprio entre as elites intelectuais criollas, que se projeta tanto externamente frente aos Estados Unidos quanto internamente,

frente à toda população não-branca do continente, tanto pela perspectiva de uma América Latina quanto por uma Hispano-América.

No capítulo *Condição Criolla, Identidade Americana* (2023), Altamirano analisa esse dilema entre as elites criollas acerca do tema da identidade americana, desde as diferentes historiografias acerca da trajetória do termo *criollo* e de suas conotações até os debates em si acerca da identidade americana. Dessa análise, é possível relacionar o dilema entre a reivindicação anti-imperialista da identidade americana por um lado e da herança europeia frente às “raças inferiores” com o sentido de diferenciação racial intrínseco ao conceito de América Latina – neste caso América Latina enquanto o conceito consolidado que nomeia esse sentido de identidade coletiva anteriormente em disputa, como com Hispano-América. Isto é, a diferenciação racial no campo externo enquanto um sentido anti-imperialista e racialista de afirmação da identidade coletiva dos povos da Nossa América em oposição aos valores a Europa e dos EUA; e no campo interno enquanto a rejeição da população não-branca enquanto parte da identidade associada à Nossa América, sendo esse sentido de identidade moldado portanto pela herança e pela influência europeia.

Essa dupla diferenciação racial pode ser analisada também a partir da Perspectiva da Colonialidade do Poder, elaborada principalmente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que tem como principal eixo estruturante a concepção de raça. Esse diálogo será realizado no capítulo 2, contribuindo com a análise da trajetória do conceito de desenvolvimento enquanto chave para compreender a América Latina.

2.3. O conceito de Latin America produzido nos Estados Unidos: a oficialização de um nome e de uma imagem

No que tange à trajetória do conceito de América Latina enquanto sentido atribuído à percepção de uma identidade comum aos povos desse subcontinente, objeto desse capítulo inicial, nesta subseção busco analisar o papel central dos Estados Unidos tanto na consolidação de *Latin America* enquanto nomenclatura oficial para se referir à esta região internacionalmente, quanto na atribuição do conteúdo pejorativo e negativo associado a essa denominação, pautada pela oposição assimétrica em termos raciais, culturais e temporais entre

Latin Americans/Americans identificada por João Feres Jr. Diante desses objetivos, busco argumentar como as noções de atraso/progresso, infantilidade/maturidade e primitivo/civilizado são uma constante na oposição assimétrica entre *Latin America/America*, que permanece presente quando essa diferenciação ganha contornos socioeconômicos na metade do século XX com a consolidação da CEPAL em 1948 e a ascensão do debate desenvolvimentista na América Latina. Isto é, a oposição racial, cultural e temporal assimétrica agora sintetizada – e suavizada – enquanto oposição socioeconômica assimétrica entre desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Retomando a definição de conceito elaborada por Koselleck, estes se caracterizam por carregarem consigo um conjunto de sentidos que exigem um certo nível de teorização e abstração para serem compreendidos. Dessa forma, é essencial para a história dos conceitos identificar quais são os processos de teorização que culminam na elaboração de um conceito e o conjunto de sentidos associado a ele; isto é, no caso desta subseção, indagar quais processos de teorização resultaram na consolidação do conceito de *Latin America*, e qual carga semântica foi atribuída a essa concepção. Essa indagação se faz relevante pois, para além de fenômenos linguísticos, os conceitos se articulam enquanto indicativos imediatos das mudanças sociais, sendo o conceito portanto algo com dimensão histórica e impacto material na realidade, situando-se também para além do campo linguístico (KOSELLECK, 1992, p. 136). Isto é, além de Indicador (*Indikator*), o conceito também é Fator (*Faktor*) dentro das relações que ele cobre:

“Enquanto os conceitos têm capacidades políticas e sociais, sua função e performance semânticas não são unicamente derivadas das circunstâncias sociais e políticas às quais eles se referem. Um conceito não é simplesmente indicativo das relações que ele cobre; é também um fator dentro delas” (KOSELLECK, 1985, *apud* JASMIN & FERES JR, 2006, p. 26)

Em outras palavras, trata-se de pensar “as relações recíprocas entre continuidades, mudanças e inovações nos significados e nas aplicações dos conceitos políticos e sociais de um lado, e as transformações estruturais de larga escala no governo, na sociedade e na economia por outro” (RICHTER *apud* JASMIN & FERES JR, 2006). Dessa forma, essa subseção buscará evidenciar, tanto a partir da análise geopolítica quanto linguística/conceitual, o papel decisivo dos Estados Unidos tanto na consolidação da América Latina enquanto

nomenclatura oficial para a região, quanto na carga semântica associada a esse conceito, que também se tornou a oficial para dar sentido e se referir aos países e povos situados ao sul dos Estados Unidos.

Tanto o conceito de América Latina quanto de América Hispânica, conforme demonstrado nas seções anteriores, carregaram consigo uma carga semântica anti-imperialista e de diferenciação perante um Outro invasor no decorrer de suas trajetórias históricas, sendo os Estados Unidos a principal representação desse Outro invasor e expansionista. Sobretudo nas elaborações conceituais de *Hispanoamérica* e de *Nuestra América* – as principais entre o final do século XIX e início do XX para se referir ao sentido coletivo atribuído aos povos e repúblicas desse subcontinente –, as afirmações de identidade coletiva associadas a essas nomenclaturas tinham intrínseco a elas um forte antiamericanismo carregado pelo arielismo de Rodó, situando uma definitiva oposição entre Hispano-América e Estados Unidos – a outra América. Para compreender a centralidade do antiamericanismo na carga semântica desses conceitos, é necessário retomar a atuação geopolítica dos Estados Unidos perante as novas repúblicas ao sul do Rio Grande para a consolidação dessa oposição entre as duas Américas.

Em *O Brasil e a ideia de “América Latina em perspectiva histórica* (2009), o historiador inglês Leslie Bethell retoma o debate conceitual acerca da ideia de América Latina para analisar a trajetória histórica dessa “ideia” a partir das movimentações geopolíticas dos Estados Unidos após as independências na América Latina, tendo como foco da análise o Brasil perante esse contexto histórico e conceitual. Deixando de fora a análise do caso brasileiro presente no texto, que não consta como objetivo da presente pesquisa, Bethell assim como Altamirano afirma que os principais catalisadores da hostilidade dos intelectuais hispano-americanos perante os EUA e seus projetos, entre 1880 e a Segunda Guerra Mundial, foram a Guerra Hispano-Americana de 1889 e, mais especificamente, o caso da intervenção em Cuba (2009, p. 299).

Por mais que o conceito de Duas Américas opostas já existisse anteriormente entre autores hispano-caribenhos, sobretudo na ideia de *Nuestra América* elaborada pelo prosador revolucionário cubano José Martí, foi nesse contexto que esse conceito teve uma grande repercussão entre a juventude da América Espanhola devido ao sucesso do já comentado *arielismo* decorrente das

obras de Rodó, que alertava sobre o *peligro ianque*, representado pela oposição entre a *nordomania* e o *espíritu* dos americanos latinos. (p. 299).

Nesse contexto do final do século XIX, ao nos deslocarmos para a outra América, é possível encontrar as marcas do início dessa oposição entre ambas, mas projetada desta vez pelo vizinho do norte. É nesse contexto que surge, por parte dos políticos estadunidenses da época e com destaque para o então presidente Thomas Jefferson, a ideia de um “Hemisfério Ocidental” republicano e independente da Europa – rejeitada por políticos como John Quincy Adams, que se opunha à união continental por motivos deterministas, racistas e estereotipantes – enquanto primeira manifestação de uma união continental encabeçada pelos EUA e que se consolida com a criação do Pan-americanista.

Com a ascensão dos EUA enquanto potência na virada do século e seu crescente investimento nas Américas, surge também a ideia de uma superioridade norte-americana em relação aos vizinhos “latinos” e, conseqüentemente, um “paternalismo” dos EUA em relação às demais repúblicas. Dessa relação assimétrica é que surge o Pan-americanismo, inicialmente um projeto de James G. Blaine que buscava “promover o comércio e o investimento estadunidense na região, criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias” (BETHELL, 2009, p. 296).

As Conferências Pan-Americanas, por sua vez, foram o marco inicial do projeto pan-americanista, tendo sido a primeira realizada entre 1889 e 1890, em Washington D.C. Desde o início, houve a suspeita e a desconfiança dos governos hispano-americanos perante esse novo interesse no hemisfério por parte dos EUA, que poderia revelar uma vocação expansionista, tendo a Argentina como principal desafiante a essa hegemonia norte-americana e o Brasil como o mais favorável ao pan-americanismo. O ápice da tensão entre os países nesse contexto se deu com a Conferência em Havana (1928), na qual se discutiu a intervenção na Nicarágua em 1926 e conseqüentemente o imperialismo norte-americano. Dado o auge do teor anti-americanista nessa Conferência por parte dos países hispano-americanos, Bethell aponta que foi após essa conferência que os Estados Unidos e sua política externa passaram a focar mais seriamente na América Latina como um todo.

É também na década de 1920 que, segundo Bethell, o conceito de *Latin America* começa a ser empregado, apesar de seu uso ter ganhado mais força entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Por mais que a expressão *Latin America* em si já pudesse ser encontrada em documentos oficiais dos EUA desde os anos 1890, é somente a partir desse contexto posterior que a expressão se torna mais recorrente. Isto pois, é precisamente nos anos 1930 que a preocupação com a ascensão internacional do fascismo faz com que os EUA promovam novamente um projeto de solidariedade pan-americana e unidade no hemisfério a partir da Política de Boa Vizinhança. É nesse contexto que, em 1940, é criada a *Office for the Coordination of Commerce and Cultural Relations between the American Republics*, que no ano seguinte passa a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Durante a Segunda Guerra Mundial, a OCIAA foi responsável pela criação de um programa que, através do cinema, da rádio, da música e da palavra impressa buscava seduzir o público latino-americano, aproximando-o culturalmente dos Estados Unidos (p. 307).

Também durante a Segunda Guerra foi criado o *Ethnogeographic Board* (EB), que tinha como intuito estabelecer uma estrutura de organização de políticas e pesquisas para os EUA. Foi o EB que começou a separar o mundo em continentes, criando os Estados Unidos e a América Latina – nem Hemisfério Ocidental, nem Américas, nem América do Norte e América do Sul (p. 308). Quanto à América Latina, esta foi apresentada como uma das regiões mais coesas (em termos de cultura, religião, língua, história, política e economia e sociedade), tendo as diferenças nítidas entre América Espanhola e Brasil ignoradas – essa descrição generalizante e homogeneizadora acerca da América Latina ocupa um papel central na elaboração semântica do Outro Latino-Americano por parte dos Estados Unidos que será analisada mais à frente na subseção.

Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, essa visão oficial dos EUA acerca da América Latina (enquanto 20 repúblicas ao sul do Rio Grande), influenciou outros governos, instituições multilaterais, ONGs, fundações e universidades tanto nos EUA quanto na Europa a adotarem essa perspectiva, consolidada academicamente com a ascensão dos *Latin American Studies* e geopoliticamente com a criação da CEPAL em 1948, a primeira organização internacional responsável pela América Latina. Consolida-se internacionalmente, portanto, a diferença entre as duas Américas:

“A América Latina como um todo era vista não só como diferente dos Estados Unidos, mas também como uma região problemática, e fazia parte do então chamado “Terceiro Mundo” – econômica, social e culturalmente atrasado, politicamente violento e instável” (BETHELL, 2009, p. 308).

Nesse contexto pós-guerra, a América Latina se tornou importante para os EUA tanto por motivos econômicos (comércio e investimentos) quanto geopolíticos (segurança), mas especialmente pelo fato de ela constituir o maior bloco de votos na Assembleia Geral da ONU nesse contexto de surgimento da organização (p. 309). Por mais que após a Doutrina Truman e o início da Guerra Fria os EUA terem deixado a América Latina de lado para focar em questões globais (Europa, Oriente Médio e Ásia), a Revolução Cubana de 1959 mudou completamente esse panorama, resultando diretamente na proposta de criação da Aliança para o Progresso em 1961 pela Administração Kennedy.

Mesmo que essa aproximação em termos de cooperação tenha se esgotado novamente após a resolução da Crise dos Mísseis, manteve-se a prontidão do vizinho do Norte para intervir direta ou indiretamente sempre que fosse necessário – o que se revelou verdadeiro com as intervenções e golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos em todo o continente. Com as intervenções e ditaduras militares, mais uma vez o sentimento de pertencimento coletivo e anti-imperialismo associado ao conceito de América Latina emergiu, sobretudo entre as esquerdas do continente. Segundo o autor, isso também se demonstrou verdadeiro entre autores e intelectuais brasileiros:

“Alguns, a maioria de esquerda, até começaram a se identificar com a ‘América Latina’. Não era só uma questão de afinidade ideológica e solidariedade com seus colegas hispano-americanos durante a Guerra Fria. Era na maior parte das vezes consequência de anos de exílio no Uruguai (até o golpe de Estado lá em 1972), Chile (até o golpe em 1973), México e Venezuela durante a ditadura militar brasileira.” (BETHELL, 2009, p. 312)

Essa adesão foi particularmente verdadeira entre autores como Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado (sobretudo pela influência da CEPAL e de Raul Prebisch), Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos (em parte influenciados pelo autor alemão André Gunder Frank), Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Apesar disso, a maioria dos intelectuais brasileiros continuou a separar o Brasil da América Latina (pp. 312-313).

Esse panorama histórico, apesar de evidenciar sequências históricas que atribuem sentido ao anti-americanismo e o papel dos EUA na consolidação da nomenclatura América Latina enquanto oficial para denotar a região, não esgota o debate conceitual acerca do sentido atribuído a essa Outra América por parte dos Estados Unidos, tampouco evidencia o caráter também de diferenciação racial em termos de oposição assimétrica entre o Americano e o Latino-Americano. É a partir desse questionamento que o professor e cientista político brasileiro João Feres Júnior escreve sua tese de doutorado *A História do conceito de Latin America nos Estados Unidos* (2005) que, além de levantar o panorama histórico desse processo, utiliza dos aportes teórico-metodológicos da história dos conceitos para, em diálogo com outras teorias, responder a essas perguntas acerca do conceito de *Latin America* e da oposição assimétrica entre *American/Latin-America* intrínseca à carga semântica desse conceito.

No prefácio e no capítulo inicial de sua tese, Feres Jr. aponta argumenta que a definição de *Latin American* no inglês americano, tanto na linguagem comum quanto nos textos especializados, a denota como o oposto de uma auto-imagem glorificada da América, resultando assim numa assimetria fundamental entre a percepção do Eu coletivo americano e do Outro latino-americano (2005, p. 10). Desse argumento inicial, o autor estabelece portanto o conceito de América como oposto assimétrico ao de Latin America. Na sua abordagem metodológica, Feres Jr. mobiliza tanto a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth e a história dos conceitos de Koselleck para elaborar a tipologia das formas de desrespeito. Como apresentado na seção metodológica da presente pesquisa, Feres Jr. mobiliza os pares de contraconceitos assimétricos de Koselleck e as três formas de desrespeito de Honneth para elaborar a tipologia de oposições assimétricas que se dividem em três tipos: culturais, temporais e raciais (2005, p. 42)

No capítulo 2, Feres Jr. traça a trajetória do conceito de *Latin America*, afirmando que este só começou a ser utilizado em inglês na última década do século XIX segundo o Oxford English Dictionary (OED) (2005, p. 51). Retomando a oposição assimétrica Latino/Anglo-Saxão presente na formulação inicial do conceito América Latina, o autor argumenta que esta é uma diferenciação pautada no conceito de raça, pois tanto na versão em espanhol quanto em francês do termo (*Amérique Latine* e *Latinoamérica*), “a percepção das

diferenças entre Latino e Anglo-Saxão era fundamental, sendo que na versão francesa o conceito de raça desempenhou um papel marcante nessa diferenciação” (p. 55).

Apesar disso, o autor demonstra que o principal termo utilizado pelos falantes do inglês para se referir à outra América e seus povos – até o início do século XX e a tradução de Latin America para o inglês – era *Spanish America*. Feres Jr argumenta que, desde o início do uso da expressão, esta já carregava consigo uma carga semântica pejorativa, pois referências pejorativas às “coisas espanholas” já eram comuns na língua inglesa devido à Lenda Negra² (pp. 56-57). Dessa forma, o sentimento anti-espanhol nos EUA em relação à Espanha também se projetou para as colônias espanholas na América, persistindo mesmo após as suas independências (p. 57). Desde o início dessas manifestações de desprezo, estas já eram constituídas na forma de oposições assimétricas, posto que as características negativas atribuídas aos espanhóis em geral correspondiam univocamente a uma característica positiva da auto-imagem americana, tendo como exemplos os pares católico/protestante, ignorante/educado, supersticioso/racional e preguiçoso/proativo, sendo estas oposições elaboradas sobretudo a partir de assimetrias culturais (2005, pp. 58-59).

Por mais que essas manifestação se constituíssem na forma de oposições culturais assimétricas, foi a partir da introdução de elementos raciais que o horizonte de expectativas projetado sobre os hispano-americanos se modificou no inglês: por mais que os maus hábitos culturais atribuídos ao catolicismo pudessem ser solucionados culturalmente, quando os maus hábitos passam a ser atribuídos a uma inferioridade racial não há mais a possibilidade de solução. Nesse segundo caso, “restam somente medidas que possam controlar seus corpos, exemplo: segregação, controle reprodutivo, deportação, controles migratórios e extermínio” (FERES JR, 2005, p. 59). Por mais que a questão racial fosse somente posta indiretamente diante das oposições culturais mais explícitas

² Sentimento anti-espanhol muito forte por parte dos habitantes da Grã-Bretanha e de outros países europeus provocado pelas disputas religiosas do século XVI e pelo poder da Coroa Espanhola junto com o terror inspirado pela Real Armada: "um dos elementos mais correntes da Lenda Negra são relatos dos maus-tratos e crueldades perpetradas pelos colonizadores espanhóis no Novo Mundo, que muitas vezes eram usados de maneira comparativa para elogiar a 'ordem' e 'justiça' da colonização inglesa" (FERES JR, 2005, pp. 56-57)

nesse momento inicial, aos poucos a oposição racial foi se consolidando enquanto central.

O elemento racial se tornou central a partir da intensificação do debate expansionista promovido nos EUA com a anexação do Texas em 1845, tendo sido o principal instrumento retórico para afirmar a inferioridade dos mexicanos e dos hispano-americanos em geral durante a Guerra Mexicana (p. 62). É nesse momento em que a “generalidade e homogeneidade” da atribuição do Outro americano mencionada anteriormente é enfatizada: as categorias raciais atribuídas ao Outro hispano-americano eram marcadas pela falta de especificidade, tendo como característica mais marcante o simples fato de eles não serem brancos: “Enquanto o Eu coletivo identifica-se como branco, projeta sobre o Outro uma categoria genérica e abrangente de não-branca, exprimida através de uma diversidade de categorias raciais: mestiços, índios, espanhois, negros, etc” (FERES JR, 2005, p. 62). O autor por sua vez argumenta que a inferiorização racial do outro serve de base para dois tipos de expectativas: condenar a história da América Espanhola ao eterno fracasso e rechaçar qualquer projeto futuro de incorporação dos povos marcados pela mistura racial à união americana (p. 64).

Para além da diferença racial, soma-se a essa diferenciação o argumento da Providência Divina na Guerra Mexicana, devido à influência da Doutrina do Destino Manifesto. Foi por essa doutrina que se acrescentou na elaboração do Outro hispano-americano o terceiro tipo de oposição assimétrica, a temporal – isto é, a dimensão do “atraso” civilizacional e o fardo do americano “avançado” em levar a civilização a esses povos (FERES JR, 2005, p. 65). Assim, a oposição temporal se articula com a racial, posto que os povos atrasados o são devido a sua inferioridade racial. Dessa forma, a América Espanhola era representada na língua inglesa pelas três formas de oposição assimétrica, em uma representação que não se restringia aos políticos e funcionários do governo dos EUA, mas também entre intelectuais, acadêmicos e viajantes (p. 68-69).

Com a incorporação do conceito de *Latin America* para o inglês no final do século XIX, este herdou do seu predecessor *Spanish America* grande parte de sua carga semântica, tendo em vista a recorrência das imagens e termos pejorativos associado a *Latin America* durante o século XX. (FERES JR, 2005 p. 72). Para confirmar sua tese, Feres Jr. analisou o trabalho de John J. Johnson

acerca das charges pejorativas sobre a América Latina publicadas em revistas e jornais de elite nos EUA, em que se confirmava a presença abundante dos três tipos de oposição assimétrica no material examinado, com destaque para o arquétipo *Greaser*³, que se torna a representação dominante da Latin America a partir do segundo quarto do século XX, que representava tanto a oposição assimétrica cultural quanto temporal, sendo o contraste entre o progresso material e moral dos americanos e de seus vizinhos o principal elemento dessas representações (2005, p. 73-74).

Uma das principais contribuições que se pode destacar desse trabalho analítico é a presença da articulação entre tempo e raça nas noções de infantilidade e idiotia atribuída aos latino-americanos. Ao passo em que os latino-americanos são majoritariamente representados como infantis (imagem de criança, por exemplo) ou desprovidos de inteligência diante dos americanos adultos e cultos, essa assimetria se manifesta tanto em termos temporais (de um estado primitivo/atrasado para um estado civilizado/moderno) quanto em termos de inferioridade racial, isto é, a incapacidade de se “civilizar” e “amadurecer” devido às limitações de sua própria natureza:

“Infantilidade e idiotia podem funcionar como referências temporais ao primitivismo e ao atraso, mas também podem ser associadas à inferioridade racial, o que é corroborado pelo fato de os personagens infantis serem representados com a pele escura ou preta” (FERES JR, 2005, p. 74).

A articulação entre raça e tempo, dessa forma, rompe com o aspecto da providência divina presente na Doutrina do Destino Manifesto e atribui à representação da *Latin America* percepções seculares de progresso e desenvolvimento, sendo portanto o argumento da inferioridade racial justificado pela distância temporal entre o latino-americano atrasado/primitivo e o americano moderno/civilizado. Essa associação entre inferioridade racial e a percepção secular de progresso/desenvolvimento é fundamental para a inserção do conceito de desenvolvimento no arcabouço conceitual da América Latina, que será explorado em momento posterior deste trabalho.

Assim, Feres Jr. demonstra que a raça se consolida enquanto elemento irredutível para a descrição do Outro, tomando como base a pesquisa de opinião

³ “Um tipo de pele escura, descalço, bigodudo, com um grande sombrero e roupas camponesas ou andrajosas, em uma palavra, o estereótipo do mexicano preguiçoso” (FERES JR, 2005, p. 73)

do *Office of Public Opinion Research* (1940) acerca das características de centro e sul-americanos segundo os americanos, evidenciando que a percepção negativa dos latino-americanos também se verificava na linguagem comum, posto que todos adjetivos mais escolhidos eram negativos, com a exceção de “amigável”, e correspondiam aos três tipos de oposição assimétrica: “pele escura” (assimetria racial; generalização da qualidade de não ser branco); “irascível”, “emotivo”, “religioso”, “preguiçoso”, “ignorante”, “suspeito”, “sujo”, “orgulhoso” e “habilidoso” (assimetrias culturais, mas que podem ser lidas como consequências da inferioridade racial); “atrasado”, “religioso” e “ignorante” (assimetrias temporais que denotam retardamento e não pertencimento ao presente, isto é, povos pré-secularização e subdesenvolvidos) (2005, p. 75-76).

Apesar da presença dos três tipos de oposição assimétrica, Feres Jr. alerta para o fato da assimetria racial poder ser atribuída a todas essas características, consolidando-se como elemento irreduzível para a descrição do outro:

“Todas as características culturais são potencialmente traduzíveis em inferioridade racial [...]. Por outro lado, características raciais não podem ser expressas como produto exclusivo da cultura ou do atraso. Ou seja, a tradução não funciona igualmente em todos os sentidos” (FERES JR, 2005, p. 76)

Dessa forma, Feres Jr. conclui que o par *American/Latin American* se encaixa na definição de contraconceitos assimétricos de Koselleck, pois “o nome de um povo [Americans] tornou-se o contraconceito para todo o resto, que foi reunido sob um nome coletivo que era simplesmente negativo [Latin Americans]” (2005, p. 77). Novamente a questão da atribuição generalizante se faz presente: como forma de estabelecer a carga negativa associada ao Outro, atribui-se conscientemente um contraste consciente entre um nome específico que é definido por uma classificação genérica (KOSELLECK apud FERES JR, 2005, p. 77), cuja única atribuição é ser o espelho negativo de outro nome que se almeja exaltar. E essa atribuição conceitual, que surge em um escopo reduzido de políticos, intelectuais e acadêmicos, também se torna parte da linguagem comum como um todo no país, pondo-se em concordância com os quatro aspectos de um conceito moderno estabelecidos por Koselleck: temporalização, democratização, ideologização e politização.

Em outras palavras, o conceito de *Latin America* se enquadra temporalmente, passou por um processo de democratização ao passo de ser parte da linguagem comum, e possui um crescente grau de ideologização e politização ao passo que foi utilizado como instrumento retórico para justificar tanto uma superioridade norte-americana quanto seus projetos expansionistas em si, evidenciando o impacto tanto linguístico-semântico quanto político-social do conceito de *Latin America*.

Dessa forma, ao conciliar ambos aspectos da trajetória do conceito de *Latin America* elaborado nos EUA, tanto em perspectiva histórica quanto em sua análise linguística e conceitual, é possível verificar o papel crucial desempenhado pelos Estados Unidos na adesão da nomenclatura de América Latina como a oficial para se referir a este subcontinente, sendo adotado tanto no discurso político quanto acadêmico com a criação da CEPAL e a consolidação dos Latin American Studies. Somado a isso, destaca-se o papel do vizinho do Norte em exportar a caracterização assimétrica e negativa da América Latina e de seus povos para o resto do mundo: da mesma forma que se dissemina internacionalmente a nomenclatura, também se dissemina a carga semântica atribuída a ela.

Desse duplo movimento, o ponto-chave a ser analisado no capítulo seguinte desta pesquisa é identificar como a diferenciação racial, elemento constante na trajetória do conceito de América Latina até então, passou a ser concebida em termos de diferenciação socioeconômica a partir da ascensão do conceito básico de desenvolvimento para compreender a América Latina a partir de meados da metade do século XX com a criação da CEPAL e a ascensão do debate desenvolvimentista tanto nos países latino-americanos quanto externamente, com destaque para os *Latin American Studies* realizados nos EUA. O crucial dessa mudança, na realidade, são suas permanências: isto é, como a dimensão de oposição assimétrica racial está inserida na diferenciação socioeconômica, posto que esta se articula em oposições assimétricas temporais (atraso/moderno, primitivo/civilizado e subdesenvolvido/desenvolvido) e que, como já visto anteriormente, há uma relação entre a secularização das noções de progresso e desenvolvimento e as hipóteses de inferioridade racial atribuídas ao “atraso” das repúblicas e povos da América Latina.

3. O (sub)desenvolvimento da América Latina: o conceito de desenvolvimentismo

Feito o panorama acerca da trajetória do conceito de América Latina, desde seu surgimento na segunda metade do século XIX até sua consolidação internacional com a criação da Cepal em 1948 e a ascensão dos *Latin American Studies* na segunda metade do século XX, este capítulo tem como objetivo analisar como o arcabouço conceitual do desenvolvimentismo tornou a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento indissociável do conceito de América Latina nesse período tendo como marco a criação da Cepal e o início dos debates desenvolvimentistas que foram centrais para o continente sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960. A partir disso, apresento o argumento de que, ao se tornar indissociável da América Latina, a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento trouxe consigo o arcabouço semântico anterior de diferenciação racial baseada em oposições assimétricas associadas ao conceito de América Latina, mas agora sob a perspectiva de uma diferenciação socioeconômica pautada na oposição assimétrica associada à noção de (sub)desenvolvimento.

Para estabelecer esse panorama, o capítulo será dividido em dois momentos de análise histórico-conceitual. Primeiro, irei demonstrar como a categoria de desenvolvimento emerge como um conceito político e social a partir do pensamento filosófico da Modernidade, em seu contexto eurocêntrico, que tem como algumas de suas características as noções de progresso e o avanço civilizacional de um estágio tradicional rumo a um moderno, que teriam como fio condutor a razão e os avanços técnico-científicos.

Para fazer essa articulação, me baseio tanto nas obras de autores que defendem tais perspectivas, desde Immanuel Kant até Walt Rostow, quanto nas de autores que as criticaram, como Karl Lowith – que associou tais noções a uma secularização do pensamento cristão – e principalmente aos aportes teóricos da Perspectiva da Colonialidade do Poder, de Aníbal Quijano, e o consequente debate decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade, buscando associar tais perspectivas modernas àquilo que Quijano aponta como o “Mito Fundacional da Modernidade”, para assim argumentar que a compreensão do infinito progresso

humano rumo a um estágio superior, intrínseco ao conceito de desenvolvimento, traz consigo oposições assimétricas temporais e raciais que viriam a legitimar o pensamento racista do darwinismo social que separa as sociedades humanas entre raças inferiores/tradicionais/primitivas e raças superiores/modernas/civilizadas. Ainda diante desse objetivo, recupero a compreensão acerca da Modernidade estabelecida também por Koselleck, principalmente a partir da metáfora do *Sattelzeit* defendida pelo autor e de demais argumentos acerca da mudança semântica e política dos conceitos modernos que serão retomados no decorrer do capítulo que segue.

Após isso, irei analisar como o conceito político e social de desenvolvimento chegou na América Latina e veio a se consolidar como central no espaço de experiências e no horizonte de expectativas latino-americano a partir do debate desenvolvimentista no continente que teve seu auge entre os anos 1950 e 1960, tendo como marco de seu início a Cepal e a problemática do subdesenvolvimento. Desse debate, serão analisadas as obras tanto de autores defensores do desenvolvimentismo cepalino e de outras vertentes do desenvolvimentismo, como Celso Furtado, Raúl Prebisch e Álvaro Vieira Pinto, quanto de autores críticos ao desenvolvimentismo, como Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, da Teoria Marxista da Dependência.

Não se tem aqui como objetivo analisar e comparar a eficácia socioeconômica e política de tais abordagens, mas sim a forma que o desenvolvimentismo enquanto conceito fundamental para identificar a América Latina tornou indissociável do conceito de América Latina a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. Para tal, busco evidenciar como o conceito de (sub)desenvolvimento foi articulado polissemicamente pelos diferentes grupos mencionados acima e de que forma o arcabouço semântico da Modernidade apresentado na seção anterior ainda se fez presente em tais articulações.

3.1. Modernidade e Colonialidade do Saber: do progresso ao desenvolvimento

Para compreender como o (sub)desenvolvimento se tornou indissociável do conceito de América Latina na segunda metade do século XX, principalmente a partir do desenvolvimentismo, é necessário analisar a trajetória

do conceito de desenvolvimento anterior a esse momento para compreender o arcabouço semântico que o envolve, assim como as motivações políticas e sociais que circularam nos debates em torno desse conceito. Apesar de este ser um conceito polissêmico que circulou em diferentes momentos históricos, é a partir da virada da Modernidade e do pensamento iluminista em seu contexto europeu – englobando, por exemplo, desde as filosofias da ciência e da história até a Teoria da Modernização, sobretudo a partir das noções de progresso e evolução social – que o desenvolvimento se consolida enquanto um conceito político e social, nos termos de Koselleck, para analisar e dar sentido às mudanças políticas e sociais desse momento histórico.

Oliveira e Gómez (2010) argumentam que a consolidação do conceito de desenvolvimento, enquanto arcabouço semântico-teórico e área de estudo, se deu através de três arranjos teóricos e normativos centrais: a ideia de progresso, que se consolida na época do Iluminismo de forma mais substancial entre os séculos XVII e XVIII; a noção de evolução social, que une a ideia de progresso e a concepção de evolução biológica e estabelece diferentes estágios de evolução das sociedades humanas; e a Teoria da Modernização, que dá rigor técnico-científico à comparação entre as diferentes sociedades humanas e estabelece etapas pré-definidas de desenvolvimento que, univocamente, têm o Ocidente como modelo de civilização a ser alcançado pelas demais sociedades, sendo uma corrente teórica que surge no século XIX, mas que se consolida no século XX – dessa vez, com o debate mais centrado nos Estados Unidos do que na Europa.

Antes de examinar esses três elementos, é preciso recuperar os aportes teóricos acerca da Modernidade, tanto de Koselleck quanto primordialmente de Aníbal Quijano através da Perspectiva da Colonialidade do Poder, visando atribuir à análise histórico-conceitual uma dimensão crítica da Modernidade, buscando estabelecer um diálogo com a Teoria Decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade, do qual Quijano fez parte. Esse diálogo visa situar o que se compreende aqui enquanto Modernidade, contexto no qual o desenvolvimento primeiro emerge enquanto conceito político social até a consolidação do desenvolvimentismo no século XX.

Reinhart Koselleck, além da abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos, também estabelece no âmbito da teoria/filosofia da história

a sua própria teoria da modernidade estabelecida no decorrer de sua obra, sendo esta concepção da modernidade compreendida enquanto o período entre os séculos XVIII e XX da história europeia, centrada sobretudo no contexto da cultura alemã da qual o autor fez parte. Azevedo e Duarte (2012) apontam dois aspectos centrais da teoria da modernidade de Koselleck: a história da emergência da noção de “tempo histórico” e o argumento das consequências sociopolíticas extremas do uso de filosofias da história para legitimar programas de ação política universalizantes a partir do século XVIII, que em sua maioria traziam consigo a dimensão da aceleração do tempo e da crítica ao passado enquanto fatores desencadeadores das crises da modernidade.

Restringindo-nos ao primeiro aspecto para os fins desta pesquisa, partimos da tese de Koselleck de que a experiência temporal e a ideia de história sofreram uma transformação decisiva no contexto da cultura alemã entre 1750 e 1850, período de transição entre a primeira modernidade (*frühe Neuzeit*) e a modernidade propriamente dita (*Neuzeit*).

Koselleck argumenta que, nesse período de transição, a principal mudança política reside na obsessão com o “tempo”, observada linguisticamente na criação de novos conceitos e neologismos com qualidade temporal e na ressignificação de conceitos antigos que passaram a exibir um fator temporal. Esse processo de temporalização dos conceitos – demonstrado anteriormente na pesquisa enquanto um dos quatro elementos dos novos conceitos políticos e sociais que emergem na Modernidade, junto à democratização, crescente grau de ideologização e politização⁴ – culminou na descoberta/invenção dos “tempos históricos”, que representou um novo conceito de tempo próprio da modernidade, pelo qual o tempo adquire qualidade histórica ao se dinamizar como uma força da própria história (AZEVEDO; DUARTE, 2012, p. 73).

Essa ruptura promovida pelo novo conceito de tempo representou uma forma de compreender o passado e o futuro na história: diferente do *topos* histórico vigente anteriormente *historia magistra vitae* – que consiste em conceber o passado histórico como “guia” para se orientar no presente em relação ao futuro –, a progressiva separação entre as experiências do passado e as expectativas do futuro, em decorrência da aceleração das mudanças e da obsessão com o tempo, fez com que o passado se tornasse cada vez menos útil para lidar

⁴ Ver capítulo 1

com um futuro cada vez mais imprevisível. Diante desse contexto, os autores argumentam que o conceito de progresso foi a primeira categoria empregada para se compreender essa nova experiência temporal: além de representar uma secularização das expectativas cristãs do futuro, o progresso passa a ser empregado como um singular coletivo (*Kollektivsingular*), isto é, um metaconceito globalizante que sintetizava as experiências novas da vida europeia desde o século XVI em um movimento único e universal de progresso humano (p. 74-75).

Dessa forma, a ideia de progresso passa a orientar a consciência filosófica europeia do final do século XVII para compreender a contemporaneidade do não-contemporâneo em sua época moderna a partir da ordenação diacrônica e hierárquica dos vários tempos em um mesmo movimento linear e universal sintetizado pela ideia de progresso, passando a enquadrar a própria história nesse processo, que passa a ser compreendida como um “percurso estruturado de desenvolvimento, que se inicia na barbárie e se orienta na direção de um futuro luminoso” (p. 75). Dessa forma, os autores apontam para o diálogo de Koselleck com a tese de Karl Lowith, que concebe a ideia de progresso como sendo a secularização do pensamento escatológico cristão acerca do futuro.

Diante dessa concepção do tempo histórico a partir da ideia de progresso, consistindo em orientar a ação presente pela expectativa universalizante por um futuro melhor – os “fins” da história, assim por se dizer – e pela ruptura com o passado ultrapassado e insuficiente para conceber o presente, Koselleck demonstra como a aceleração do tempo se tornou o núcleo da experiência moderna, orientada pela crítica histórica:

“A aceleração do tempo, a separação progressiva das dimensões temporais, que é o núcleo da experiência moderna do tempo, alienava e relegava o passado a uma alteridade crescente, obrigando-o a ser reconstruído pela crítica histórica – ‘em sua crescente alteridade, ele [o passado] tornou-se um objeto especial da ciência histórica crítica’ (KOSELLECK 2006, p. 81)” (AZEVEDO; DUARTE, 2012, p. 77).

Assim, Koselleck evidencia a aproximação entre o historicismo e a ideia de progresso ao argumentar que a elaboração crítica do passado se baseia na mesma circunstância que pôs em marcha o progresso que se projetava para o futuro, sendo esta a separação entre o passado e o futuro, que dá origem à noção de tempo histórico e caracteriza a experiência da modernidade (AZEVEDO; DUARTE, 2012, pp. 77-78). A representação linguística dessa mudança, como

apresentada anteriormente, se deu tanto pela resignificação de conceitos já existentes que passaram a ser temporalizados, quanto pela criação de novos conceitos e neologismos dotados de um fator temporal – sendo estes novos conceitos representados principalmente pelos –ismos, dos quais o conceito de desenvolvimentismo, foco deste trabalho, se enquadra entre eles.

Posto assim, a concepção acerca da modernidade feita por Koselleck já antecipa um dos três arranjos teóricos cruciais para a consolidação do conceito de desenvolvimento apresentados por Oliveira e Gomes, a ideia de progresso. Além disso, apesar de distintas, alguns elementos da teoria da modernidade de Koselleck dialogam com a teoria de Aníbal Quijano acerca da modernidade presente na Perspectiva da Colonialidade do Poder, sobretudo no que tange à universalização do movimento histórico com base na experiência europeia enquanto objetivo final para todas as demais sociedades humanas a partir da noção de progresso – mas em Quijano com uma perspectiva crítica que evidencia outros fatores determinantes como a raça/racismo, o eurocentrismo e o capitalismo.

Em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005), Quijano estabelece o conceito de colonialidade do poder para, a partir da perspectiva decolonial da modernidade/colonialidade, argumentar que a Modernidade enquanto nova etapa histórica só foi possível através da sua articulação direta com a colonização das Américas, possibilitando uma nova forma de divisão internacional do trabalho a partir do capitalismo mundial e de novas perspectivas ideológicas e culturais de se pensar o mundo – sobretudo a partir da redefinição das identidades constitutivas desse novo mundo, tendo como principais motores a ideia de raça e o eurocentrismo. Ao estabelecer esse argumento, o autor demonstra tanto como essa nova etapa histórica e suas categorias se forjaram no cerne da Europa enquanto centro do sistema-mundo, e como estas novas identidades se projetaram para o resto do mundo – a não-Europa, a periferia –, para na sequência examinar a experiência histórica da América Latina.

Segundo o autor, a ideia de raça foi mobilizada enquanto categoria mental da modernidade, posto que essa ideia se tornou a elaboração teórica da naturalização das relações de dominação características dessa nova época, naturalizando portanto uma nova divisão racial do trabalho (p. 118) que, a partir

do capitalismo mundial, se constituiu enquanto um novo padrão de dominação/exploração em termos de raça/trabalho, associando a branquitude social com o salário e com os postos de administração colonial e as demais identidades ao caráter de explorado/dominado. (p. 119). Essa associação entre a ideia de raça e o novo padrão mundial de poder é fundamental para compreender como o capitalismo mundial se consolidou a partir das perspectivas de colonialidade e eurocentrismo, uma vez que este novo padrão naturaliza a diferenciação racial, além de produzir novas identidades para as raças dominadas, inferiorizando-as e justificando a exploração das mesmas com base nessa falsa diferença natural.

Quijano demonstra que é a partir do evolucionismo e do dualismo, enquanto elementos centrais do eurocentrismo, que essa diferenciação se consolida, uma vez que a produção de novas identidades raciais pautadas na colonialidade produziram um novo padrão cognitivo no qual se constituiu um dualismo Europa/não-Europa, pelo qual o não-europeu sempre é inferior e primitivo, ao passo que o evolucionismo se constitui enquanto mito fundacional da Modernidade, apontando um caminho linear e unidirecional iniciado no estado de natureza e que somente se consolida com a sociedade moderna europeia – atribuindo, portanto, a qualquer outro tipo de sociedade um caráter inferior, ultrapassado.

Dessa forma, é possível identificar que o mito fundacional da Modernidade apresentado por Quijano, em sua orientação eurocêntrica, se estabelece também a partir de oposições assimétricas, sobretudo temporais e raciais, que justifica a superioridade europeia a partir de dualismos que apresentam noções de atraso e inferioridade, como primitivo/moderno e bárbaro/civilizado, atribuindo portanto um caráter científico e racional a essa visão de mundo que se torna dominante na Modernidade a partir da colonialidade do poder – nos termos de dominação econômica e política, por exemplo – mas sobretudo a partir da colonialidade do saber: a partir da dominação física, estabelece-se também a dominação cultural e acadêmica, atribuindo caráter natural e científico ao pensamento europeu, que passa a ser o norte de todas as demais civilizações, que deveriam seguir seu modelo para se modernizarem.

Além disso, Quijano analisa como a colonialidade do saber, ancorada no etnocentrismo colonial e na classificação racial universal, também influenciou

o debate acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina, principalmente a partir da Teoria da Modernização:

“Desde logo, a resistência intelectual a essa perspectiva histórica não tardou em emergir. Na América Latina, desde fins do século XIX, mas se afirmou sobretudo durante o século XX e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada com o debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Como esse debate foi dominado durante um bom tempo pela denominada teoria da modernização, em suas vertentes opostas, para sustentar que a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-européias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da européia ou ocidental” (QUIJANO, 2005, p. 122).

Dessa forma, é possível dialogar a perspectiva da colonialidade do poder com a história dos conceitos, uma vez que Quijano também estabelece que esse período representou uma “mudança histórica verdadeiramente enorme que afeta não somente a Europa, mas o conjunto do mundo” (p. 124), sendo portanto o elemento básico da nova subjetividade da Modernidade a percepção de mudança histórica, levando à ideia do futuro que está presente nos conceitos políticos e sociais modernos definidos por Koselleck, que se constituem enquanto a dimensão semântico-linguística dessa percepção de mudança histórica. Uma vez estabelecidos esses aportes teóricos, é possível retomar o argumento de Oliveira e Gómez acerca dos três arranjos normativos e centrais da Modernidade que possibilitaram a consolidação do conceito de desenvolvimento.

O primeiro deles, a ideia de progresso, já foi apresentada aqui no contexto das filosofias da história e dos historicismos a partir da teoria da modernidade de Koselleck, mas em Oliveira e Gómez essa ideia é retomada a partir da perspectiva das filosofias da ciência, apresentadas como o campo pelo qual a ideia de progresso se desenvolveu no contexto Iluminista dos séculos XVII e XVIII e se tornou a base fundamental do pensamento moderno, posteriormente servindo também como uma das principais bases de sustentação da noção de desenvolvimento (2010, p. 50). Os autores recuperam o argumento de autores anteriores a eles, como Robert Nisbet e John Bury, para demonstrar como a ideia de progresso – enquanto a compreensão do conhecimento como algo cumulativo e progressivo – nesse contexto se disseminou para além do campo do conhecimento, mas também ao campo político, social e econômico como um todo.

O progresso, nesse contexto, passa a ser concebido como uma lei que move a sociedade humana rumo ao progresso desta como um todo, sendo esse progresso compreendido no século XVIII como a possibilidade da melhoria das condições de vida humana através da tecnologia, da ciência e da organização social. Isto é, uma compreensão unilinear do tempo de um estágio inferior rumo a um superior, na qual termos como “etapas”, “avanços” e “desenvolvimento” atribuem à ideia de progresso uma perspectiva evolucionista (OLIVEIRA; GOMÉZ, 2010 p. 51-52).

A perspectiva evolucionista presente na ideia de progresso ganha novos contornos a partir da teoria da evolução social que, apesar de anterior, se consolida no contexto da teoria darwinista da evolução na natureza. Oliveira e Gómez apresentam o argumento de Bury (1955) de que a partir da publicação de *A Origem das Espécies* de Darwin, iniciou-se um novo momento na ideia de progresso, que passou a ter a questão da evolução como um de seus principais pontos, sendo a noção de evolução social resultante do trabalho conjunto das ideias de progresso e de evolução na natureza (2010, p. 53). Entre as premissas da teoria da evolução social, destaca-se a compreensão da mudança enquanto algo natural, direcional, imanente, contínuo e necessário, derivando de causas uniformes. Com base no trabalho de Nisbet (1969), os autores apontam a imanência como sendo o ponto central de toda a teoria da evolução social, que afirma que a mudança e o desenvolvimento são inerentes à sociedade (OLIVEIRA; GOMÉZ, 2010, pp. 53-54).

Diante da ideia de progresso e da teoria da evolução social que se consolidam no cenário europeu no século XVIII, é a partir do desenvolvimento do método comparativo de análise que, através do tratamento comparativo dado a instituições e culturas, o Ocidente passou a ser concebido como a referência de todas as demais sociedades humanas no século XIX. Diante dessa tomada do Ocidente enquanto o ponto de referência para toda a humanidade, termos como “civilizado”, “moderno” e “desenvolvido” passam a ser cruciais para dar sentido e classificar as diversas sociedades e culturas do mundo com base na sua posição no fio condutor unilinear do progresso humano:

“O método comparativo servira não somente para o estabelecimento de comparações entre as sociedades, mas também um julgamento sobre o desenvolvimento do próprio mundo ocidental, contrastando os elementos que já eram

considerados modernos com aqueles subjugados como retrógrados. Assim, percebe-se que o método comparativo é de extrema importância no processo de consolidação do pensamento desenvolvimentista, e está ancorado fundamentalmente na aceitação da ideia de que há uma tendência evolutiva na vida humana, ou seja, as sociedades inevitavelmente progridem” (OLIVEIRA; GÓMEZ, 2010, p. 55)

No entanto, apesar do aspecto eurocêntrico apresentado nas ideias de progresso e evolução social devido à influência do desenvolvimento do método comparativo, é a partir da consolidação da Teoria da Modernização que esse conjunto de ideias que envolvem um pensamento unilinear, processualista e universalista acerca do rumo das sociedades humanas, desde as filosofias da história e da ciência, tendo o mundo europeu/ocidental como o estágio mais avançado e exemplar para as demais sociedades desse fio condutor, ganham um suposto rigor técnico-científico que legitima o seu embasamento racista e eurocêntrico, culminando nos diferentes modelos de desenvolvimento e modernização a serem seguidos de forma universal por todas as sociedades ditas atrasadas e/ou primitivas.

Conforme Gómez e Oliveira (2010) apontam, o conceito de modernização, que emerge de forma mais substancial no final do século XIX e se consolida em meados do XX, se refere ao suposto processo de evolução que as sociedades passam desde um estágio mais primitivo rumo a um mais avançado, tendo a dicotomia assimétrica e temporal tradicional/moderno como uma das principais bases de sustentação desse conceito. Diretamente ligada às ideias de progresso e de evolução social, a noção de modernização que se difunde no pensamento teórico do século XX compartilha entre a maior parte de seus autores o ideal iluminista que concebe o progresso como o motor da humanidade (p. 56), sendo esse progresso espelhado no molde da civilização ocidental moderna.

Os autores apresentam como exemplos desse pensamento teórico autores como Émile Durkheim, que diferencia as sociedades modernas e primitivas com base na divisão do trabalho; Talcott Parsons, que difundiu na sociologia a perspectiva funcionalista e a ideia de estágios evolutivos na sociedade humana, sendo estes primitivo, arcaico e moderno; e sobretudo Walt Rostow e a concepção dos estágios de desenvolvimento da sociedade com base nas dimensões econômicas da vida social, sendo este último autor um dos

principais a influenciar as dicotomias de desenvolvimento e subdesenvolvimento para caracterizar as sociedades tidas como modernas e atrasadas (OLIVEIRA; GOMÉZ, 2010).

Com base nessa tradição e tendência dos teóricos da modernização, Oliveira e Gómez identificaram como movimentos básicos dessa teoria 1) a identificação e diferenciação de tipos de sociedades entre elas; 2) a especificação da forma que as sociedades se modernizam, destacando os principais fatores para o desenvolvimento; e 3) generalizações sobre como é mantida a coesão das sociedades modernas, comparando os estágios de modernização nas diferentes sociedades (p. 60). Dessa forma, a teoria da modernização trouxe para a concepção do progresso unilinear e evolutivo das sociedades herdado do Iluminismo um maior rigor analítico, tendo as ciências sociais e a política como meios de sua consolidação técnico-científica. Através do discurso americano sobre a modernidade, contrastado com a ideia de tradição, a dicotomia moderno/tradicional traz consigo a dimensão de uma oposição assimétrica entre ambos conceitos, conforme apresentado na definição de João Feres Jr., sendo portanto a teoria da modernização hoje predominante decorrente do discurso americano.

Em outras palavras, o discurso do desenvolvimento, oriundo da teoria da modernização, é pautado no modelo de organização social ocidental originado na Europa e consolidado no século XX com o discurso americano, que marginaliza outras interpretações sobre a sociedade e suas mudanças, atribuindo ao seu modelo um caráter único e universal para todas as demais sociedades. Gómez e Oliveira destacam do predomínio desse sistema de conhecimento a relação saber/poder, uma vez que “as concepções de desenvolvimento ao longo da história podem ser entendidas como uma manifestação de poder, como um exercício de hegemonia, que reproduz certos discursos em detrimento de outros” (2010, p. 61).

Esse argumento pode ser relacionado diretamente com o conceito de colonialidade do saber estabelecido por Quijano, que traz consigo a ideia de que o domínio colonial e de poder da Europa, além da dimensão capital e do trabalho, também se constituiu pela construção de novas inter-subjetividades e de um processo de re-identificação histórica dos povos e sociedades. Tendo concentrado todas as formas de controle subjetividade, cultura e de produção de

conhecimento, a colonialidade produziu novas identidades que, disseminadas pelo desenvolvimento político, cultural e intelectual, construiu novas verdades – novas identidades geoculturais – uma vez que esse processo se somou à repressão das formas de produção de conhecimento, sentidos e subjetividades das populações colonizadas, impondo por sua vez a cultura dos dominadores como uma nova hegemonia cultural (QUIJANO, 2005, p. 121).

Essa hegemonia cultural se relaciona portanto com a associação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal dos povos, fazendo com que os europeus se enxergassem enquanto naturalmente superiores às demais sociedades, impondo tal concepção como verdade científica, resultando na produção do mito fundacional da versão eurocentrista da Modernidade desde o século XVIII, concebido por Quijano como sendo as ideias de progresso e de sentido único e universal da humanidade:

“Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim, todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não-europeu/ pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou ‘modernizará’” (QUIJANO, 2005, p. 129).

Dessa forma, é possível associar a trajetória do conceito de desenvolvimento com o panorama dualista e eurocêntrico da colonialidade do saber produzidas desde as ideias de progresso e evolução social até a consolidação da teoria da modernização e, conseqüentemente, a consolidação do conceito de desenvolvimento e da construção do desenvolvimento enquanto área de estudo (GÓMEZ; OLIVEIRA, 2010). Segundo Gómez e Oliveira, os principais elementos da sociologia do desenvolvimento consistem na representação do desenvolvimento como um tipo particular de mudança social que, assim como a modernização, delimitam os pontos de início e fim desse processo de mudança e trazem consigo dicotomias como tradicional/moderno que implicam uma ideia de evolução. sendo portanto o desenvolvimento uma noção que trata das mudanças sociais com base na ideia de evolução de uma sociedade primitiva para a sociedade moderna (2010, p. 65).

O desenvolvimentismo, por sua vez, se torna um conceito básico no século XX uma vez que esse modelo de pensamento sobre o desenvolvimento se tornou o discurso dominante do século, sobretudo após a Segunda Guerra

Mundial, representando por sua vez um contínuo debate conceitual e político entre as diferentes perspectivas acerca do desenvolvimentismo (OLIVEIRA; GOMÉZ, 2010, p. 66), mas que trazem consigo um mesmo paradigma de ideias e arcabouço político-conceitual. Destaca-se por sua vez a divisão sistemática do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, evidenciando a centralidade do desenvolvimento no imaginário social e político do pós-guerra e a ascensão do desenvolvimento enquanto discurso capaz de modernizar as sociedades.

Restringindo o debate acerca do desenvolvimentismo e dos arranjos teóricos e normativos que o antecedem, como a Teoria da Modernização, ao debate continental acerca do conceito de América Latina e sua relação direta com a condição do subdesenvolvimento a partir do século XX, é necessário retomar o argumento de João Feres Jr. acerca da consolidação do conceito de *Latin America*, desta vez relacionando-o com o imperativo da modernização apresentado pelo autor no capítulo 3 de sua tese. O autor relaciona a consolidação do conceito científico de *Latin America* com a consolidação institucional e profissional dos *Latin American Studies*, cujo principal motor enquanto discurso sociocientífico foi a teoria da modernização (FERES JR, 2004).

A literatura sociocientífica sobre *Latin America* teve seu início no começo do século XX, até a Segunda Guerra Mundial, com destaque para o foco da *Hispanic American Historical Review* (1918), que fora o único periódico de divulgação de estudos acadêmicos sobre o *Outro Americano da América* (OAA) durante quase cinquenta anos, segundo João Feres Jr.: “A tentativa de se elaborar teorias sociocientíficas que tomam o OAA como um todo amadureceu apenas na década de 1950. Antes disso, livros sobre o OAA eram em geral compêndios de casos sobre países individuais (MARTZ, 1965)” (2004, p. 86).

Foi apenas durante a Guerra Fria que os estudos de área adquiriram um alto nível de profissionalização e organização institucional, tendo em vista a expansão sem precedentes do poder e influência internacionais dos Estados Unidos após a vitória na Segunda Guerra, que criou uma demanda interna crescente por conhecimento especializado de outras áreas do mundo (FERES JR, 2004, p. 86-87). Apesar disso, até a Revolução Cubana de 1959, a América Latina era considerada com razoavelmente segura em relação a ameaças de invasão comunista, recebendo portanto uma baixa prioridade na agenda da política

externa estadunidense até então: “De 1945 a 1955, Latin America recebeu apenas 2% dos recursos despendidos pelos EUA em ajuda externa não-militar” (p. 87). Essa falta de interesse governamental também refletiu nos meios acadêmicos, segundo o autor.

Contudo, essa tendência foi revertida após a Revolução Cubana, da qual Feres Jr. cita o exemplo da criação do Committee on Latin American Studies (1959) pelo American Council of Learned Societies e o Social Science Research Council, recebendo ajuda financeira adicional de entidades como a Ford Foundation e a Carnegie Corporation (JOHNSON, 1964 *apud* FERES JR., 2010). Essa tendência de crescimento dos cursos de *Latin American Studies*, que dobrou de 1958 para 1969, foi constante em todo o espectro de disciplinas, exceto em sociologia, na qual o número aumentou quatro vezes. Dessa forma, Feres Jr argumenta que, uma vez que a constituição de um empreendimento científico como tal só é possível pela sua consolidação profissional e institucional (como a criação de periódicos, conferências, financiamento e etc), não se pode falar de *Latin America* como conceito científico antes da consolidação dos Latin American Studies (2010, p. 88).

A investigação científica do conceito de *Latin America*, por sua vez, deveria começar pela identificação dos textos produzidos a partir de 1959. Diante desse foco de investigação científica, Feres Jr. aponta a questão central dessa situação, da qual também antecipa a resposta: qual seria a teoria/enfoque predominante durante a ascensão dos Latin American Studies por volta de 1959? A resposta consensual da literatura secundária do autor aponta para a teoria da modernização. (FOSTER-CARTER, 1976; KAHL, 1976; CARDOSO, 1977; BERGER, 1995; KLÁREN, 1966)” (FERES JR., 2010, p. 89).

Para analisar a Teoria da Modernização, Feres Jr. a relaciona ao clamor por cientificismo nas ciências sociais após a Segunda Guerra do movimento nomeado como revolução comportamental. Com a adoção da perspectiva científica, influenciada pela filosofia da ciência de Karl Popper, os behavioristas defendiam o rigor científico em só considerar as teorias abertas à falsificação de testes empíricos, assim como acompanhavam declarações de neutralidade em relação a valores. Apesar dessa defesa da neutralidade, o crescimento do cientificismo acompanhou o aumento do envolvimento de cientistas sociais americanos com programas e instituições governamentais (2010, p. 90) desde a

Segunda Guerra, tendo no começo da Guerra Fria o início de uma batalha ideológica e geopolítica por parte dos Estados Unidos, excedendo as capacidades burocráticas do Estado americano e se expandindo também através da demanda pela renovação do sistema universitário (p. 91-92); isto é, corresponder às metas da batalha ideológica americana através da universidade.

Outro exemplo de envolvimento entre cientistas sociais e o governo americano apontado por Feres Jr. foi o caso da Office of Strategic Services (OSS, que viria a se transformar na Central Intelligence Agency – CIA) que empregou acadêmicos, como Walt Rostow – um dos principais autores a empregar as dicotomias de desenvolvimento e subdesenvolvimento para as sociedades, como já abordado aqui –, sete presidentes da American Historical Association, os filósofos da Escola de Frankfurt Franz Neumann, Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse, entre outros (2004, p. 92).

Feres Jr. portanto relaciona esse discurso sociocientífico com os imperativos de ação política do governo dos Estados Unidos desde a Guerra Fria, que se destaca na defesa do Presidente Truman (1949) de um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de relações democráticas justas – ou um eufemismo para capitalismo, segundo Feres Jr. – cuja chave de produção seria a utilização mais ampla e eficaz dos conhecimentos técnico-científicos modernos (ESCOBAR, 1995 *apud* FERES JR., 2010, p. 93). A concepção tripartite de divisão do mundo defendida por Truman se relaciona com a nova percepção acerca da questão da pobreza após a Segundo Mundial – segundo Feres Jr., a ameaça do comunismo após a guerra se tornou a razão pela qual a pobreza passou a ser vista como um problema e uma ameaça para as áreas centrais do capitalismo.

A proposta de auxílio através de programas de desenvolvimento, portanto representa o início da linguagem do desenvolvimento que viria a se tornar um dos principais elementos da agenda política americana na Guerra Fria, iniciada nos anos 1940 com Truman e atingindo seu ápice na administração Kennedy (LATHAM, 2000 *apud* FERES JR. 2004, p. 94): “Apesar de algumas exceções, o termo ‘desenvolvimento’ não era usado em economia, sociologia ou ciência política até meados dos anos 40. (ESCOBAR, 1995)”. No âmbito da linguagem, as oposições assimétricas socioeconômicas e temporais moderno/primitivo se consolidam enquanto centrais nessa geografia política

defendida por Truman – em termos socioeconômicos, o próspero diante do miserável; em temporais, o moderno contra o primitivo, o tradicional, o atrasado.

Posta essa análise, Feres Jr sintetiza o argumento de que a teoria da modernização surgiu como uma tentativa de produzir um discurso sociocientífico para tratar dessa agenda de política externa da Guerra Fria, tendo o problema do desenvolvimento e do desenvolvimento no Terceiro Mundo como seu tema essencial, carregando sua linguagem com a perspectiva do cientificismo comportamental (2004, p. 94).

A partir desse panorama acerca da trajetória da consolidação do desenvolvimento enquanto conceito político e social no contexto do Iluminismo e da disseminação das ideias de progresso e evolução social, até sua consolidação e legitimação sociocientífica enquanto conceito e discurso político através do conceito básico de desenvolvimentismo no século XX, é possível examinar como esse discurso e modelo de pensamento e organização social originado em um contexto europeu e eurocêntrico passou a ser disseminado enquanto uma verdade científica universalmente aplicada às demais sociedades humanas, deslegitimando e apagando suas formas próprias de organização cultural e política. A partir dessa imposição política e linguística de uma hegemonia cultural consolidada pelos dispositivos de conhecimento da colonialidade do poder – conforme os aportes de Quijano – é possível relacioná-la com a mudança linguística e semântica dos conceitos modernos conforme analisados por Koselleck, no que tange também ao fator da temporalização que emerge nesses conceitos.

A qualidade de temporalização presente nos conceitos modernos – que se relacionam com o pensamento filosófico europeu unilinear e universal pautado nas ideias de progresso e evolução social desde a Modernidade até sua consolidação científica no século XX, e disseminada enquanto programa político e ideológico através do desenvolvimentismo e dos programas de desenvolvimento a partir de meados dos anos 1940 – também serve enquanto uma das bases semântico-conceituais para o teor evolutivo e dualista do pensamento eurocêntrico definido por Quijano, sendo as qualidades de oposições assimétricas temporais, conforme apontadas por Feres Jr., uma das principais para separar os tipos existentes de civilização, sendo essa forma de assimetria também relacionada com as de raça (inferior e imaturo / superior e adulto), de cultura

(tradicional e atrasado / civilizado e moderno) e a socioeconômica (desenvolvido/subdesenvolvido).

A partir dessa amarra conceitual entre a consolidação científica do conceito de *Latin America* e do conceito de *desenvolvimentismo* – desde as suas concepções originais até a sua consolidação através da Teoria da Modernização e a consolidação dos discursos políticos e acadêmicos acerca do problema do subdesenvolvimento e a centralidade da América Latina nesse debate – é possível argumentar, considerando o arcabouço semântico-político desses conceitos a partir da abordagem teórica da história dos conceitos somada às análises de Feres Jr e de Quijano, que a condição do subdesenvolvimento se tornou indissociável do conceito de América Latina a partir da consolidação semântico-política do conceito de desenvolvimentismo no século XX. Com base nesse argumento, na seção seguinte busco examinar como a consolidação do conceito de América Latina se relacionou com a ascensão do pensamento desenvolvimentista no continente entre os anos 1950 e 1960, a partir da criação da Cepal em 1948, tendo como foco central da análise o Brasil e o Chile.

3.2. Desenvolvimentismo na América Latina e a condição do (sub)desenvolvimento

A consolidação da América Latina enquanto nomenclatura oficial para designar os povos e países ao sul dos Estados Unidos e enquanto conceito para atribuir significado a esses povos coincidiu com a emergência do desenvolvimentismo enquanto chave conceitual e política para identificar esta América Latina, tendo como marco desse movimento político-conceitual – para os fins deste trabalho – a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948. A escolha desse marco não busca omitir outros fatores que influenciaram essa mudança semântico-política, tampouco considera inexistente um debate anterior acerca do desenvolvimento no continente, mas busca enfatizar que foi a partir do debate político promovido por essa organização que a temática do subdesenvolvimento se tornou o problema na ordem do dia para ser enfrentada por intelectuais e políticos na América Latina, tendo como primeiro nome desse enfoque político da Cepal o economista argentino Raúl

Prebisch, que em *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1948) inaugura o debate sobre o (sub)desenvolvimento no continente a partir do conceito de centro-periferia.

Além de Prebisch, outro autor fundamental na elaboração e disseminação de uma Teoria do Desenvolvimento para a América Latina, também situado no contexto da Cepal, foi o economista brasileiro Celso Furtado, que se consolidou sobretudo no Brasil como principal nome da ideologia do desenvolvimento, ou desenvolvimentismo. Furtado contribui para a teoria do subdesenvolvimento periférico ao, aplicando o método histórico-estrutural, definir o desenvolvimento como o impulso pela melhoria das condições de vida das sociedades nacionais por meio de atividades produtivas, sendo por sua vez o subdesenvolvimento uma etapa desvinculada do desenvolvimento, um processo histórico autônomo, em que a condição histórico-estrutural dos países latinoamericanos provocou um tempo rítmico menos dinâmico a suas economias, criando uma condição de dependência em relação aos países desenvolvidos (VIEIRA, 2012, p. 233).

Marcelo Milano Falcão Vieira também atribui à obra de Furtado a influência das noções iluministas de progresso, posto que Furtado considera o desenvolvimento como inerente à capacidade humana, sendo o homem o agente transformador do mundo e, portanto, quem configura o progresso:

“O progresso, portanto, não surge necessariamente da ‘lógica da história’, mas está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível pelo sentido comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades” (FURTADO *apud* VIEIRA, p. 235).

Furtado por sua vez, além de seu papel intelectual, foi fundamental para a aplicação política do desenvolvimentismo cepalino no Brasil na década de 1950, tendo influenciado o Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Governo Vargas, participando da construção do Plano de Metas do Governo Kubitschek e tendo ajudado a criar a Sudene em 1959, além de ter sido ministro do Planejamento de João Goulart em 1962, quando elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento (VIEIRA, 2012).

Na compreensão do desenvolvimentismo cepalino, o atraso econômico latino-americano se justificaria pelo desenvolvimento desigual entre

os países ditos centrais e os periféricos, pois nas relações econômicas entre os dois tipos de países a periferia levaria uma desvantagem considerável devido à deterioração dos termos de troca dos seus produtos, gerando uma subordinação da mesma ao centro. Dessa forma, o pensamento cepalino ia em oposição ao pensamento liberal vigente que defendia as vantagens comparativas promovidas pelo livre mercado:

“A Cepal evidencia que essa suposta vantagem comparativa culminou em um desenvolvimento desigual e periférico na história da América Latina, e que a única forma de solucionar o problema seria pela industrialização substitutiva de importações, que permitiria à periferia incorporar em sua economia outros setores produtivos” (TRASPADINI; STEDILE, 2022, p. 39)

Dessa forma, enxergava-se como formas de solução do desenvolvimento a industrialização planejada pelo Estado, buscando uma autonomia produtiva que reduzisse a disparidade entre as economias periféricas e centrais. Essas ideias influenciaram em governos em todo o continente, sobretudo no Brasil, que, durante o Governo João Goulart, possuía um alto grau de inserção de intelectuais cepalinos, como o caso de Furtado mencionado anteriormente (TRASPADINI; STEDILE, 2022, p. 42). De forma mais ampla, o desenvolvimentismo pautou o debate do pensamento social brasileiro entre os anos 1950 e 1960, sobretudo entre intelectuais vinculados ao pensamento cepalino, mas também do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, que no contexto nacional representou o principal centro intelectual de pensamento social e político que viria a defender uma abordagem nacional-desenvolvimentista para o Brasil.

Munteal, Ventapane e Freixo (2006) argumentam que, apesar de os anos 1930 e 1960 terem sido um período de intensa efervescência intelectual no Brasil e que ampliava a participação de forças democráticas, até o final da década de 1940 esse pensamento foi marcado por uma visão messiânica da intelectualidade brasileira, que adotava para si uma perspectiva salvacionista e missionária em relação ao Brasil. Foi somente a partir da década de 1950 que o subdesenvolvimento se tornou a questão central para o pensamento intelectual do país, sobretudo a partir do conceito de subdesenvolvimento elaborado na Cepal, com destaque para o papel de Celso Furtado, e da criação do IBESP em 1952 (que

em 1955 se desdobrou no ISEB) enquanto principal campo de formulação de uma perspectiva nacionalista para o país no contexto da Guerra Fria, tendo o acréscimo da ideologia do desenvolvimento à explicação estrutural dos problemas brasileiros.

Nesse segundo momento, a pesquisa do campo intelectual brasileiro se voltou para a dualidade antigo/moderno e para as resistências eternas à mudança, tendo como seu horizonte de ação a defesa do papel do Estado como principal agente da modernização e da democratização do país, trazendo consigo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista para o Brasil, considerando a industrialização como o caminho para superar o subdesenvolvimento e conduzir o país à emancipação e à plena soberania (MUNTEAL *et al*, 2006, p. 20). O ISEB, por sua vez, trouxe consigo a perspectiva de estabelecer um arcabouço intelectual voltado para a ação política, tendo como perspectiva central o nacional-desenvolvimentismo, então em consonância com a perspectiva modernizadora e industrializante do projeto nacional de Juscelino Kubitschek, mas que posteriormente se aproximou do campo da esquerda durante o governo Goulart e se posicionou ao lado das organizações progressistas em defesa das reformas de base (p. 24). Álvaro Vieira Pinto, diretor do Instituto nesse segundo momento, entre 1962 e a deposição pelo golpe de 1964, foi um dos autores que buscou definir a ideologia do desenvolvimentismo nacional, sobretudo a partir do texto *Ideologia e desenvolvimento nacional*, publicado originalmente em 1956.

Pronunciado pelo autor em um dos primeiros momentos de criação do ISEB e posteriormente publicado como texto, Pinto versa sobre a necessidade de se compreender o desenvolvimento enquanto um processo que, para se tornar real e guiado de forma adequada, deve ganhar a forma de uma ideologia. Rompendo com a tradição intelectual messiânica anterior, Pinto afirma que essa ideologia deve ser expressada pelas massas, através das massas e para as massas, transpondo a possibilidade de sucesso de uma ideologia do desenvolvimento para a sua penetração da consciência das massas (2006). Essa concepção dialoga com o arcabouço semântico moderno do desenvolvimento apresentado na seção anterior, posto que ele parte de uma perspectiva idealista influenciada pelo pensamento racional e pelas ideias de modernização, apresentando as noções de progresso, razão, processos e tomada de consciência como intrínsecas ao

arcabouço conceitual da ideologia do desenvolvimento defendida pelo autor. Isto é, o caminho para o desenvolvimento estaria diretamente conectado com a tomada de consciência das elites intelectuais e das massas em romper com uma visão do Brasil atribuída externamente por uma ideologia propriamente nacional:

“A rigor, não se tem o direito de chamar as massas de incultas, mas antes lhes conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa. Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os seus setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a sua oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência de sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral” (PINTO, 2006, p. 73).

Da mesma forma que a filosofia kantiana mobiliza a ideia de um período de transição, de Esclarecimento, no qual o sujeito precisa tomar ação, ter uma tomada de consciência, para sair do seu estágio de menoridade, Pinto apresenta que a inteligência brasileira tinha uma visão de Brasil enquanto objeto, herdada da colonização. Desse estágio semicolonial que enxerga o Brasil como objeto, surge o espanto ao, quando se passa a conceber o Brasil enquanto sujeito, em perceber a complexidade do caso brasileiro e que destoa completamente da imagem de Brasil até então imposta sobre o país. A saída da menoridade vem desse reconhecimento, que impõe a necessidade de se repensar o Brasil:

“A falta de uma tomada de consciência objetiva da nossa realidade, por parte de nossos melhores homens, privava-os de visão histórica segura e global, desvirtuando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que contribuiu para o atraso do nosso processo de desenvolvimento” (PINTO, 2006, p. 71).

Além disso, a concepção metafísica da saída da menoridade se manifesta também na necessidade de que haja uma ideologia normativamente e racionalmente ancorada na realidade enquanto forma de conduzir o país ao desenvolvimento: isso pois, da mesma forma que a ideia é para o sujeito o caminho da tomada de consciência e saída da menoridade, a ideologia desempenha o papel da tomada de consciência para as massas como um todo, que tanto produz quanto se alinha com essa ideologia.

Dessa forma, a concepção da Ideologia do Desenvolvimento por Pinto define o desenvolvimento como um processo que se articula através de uma unidade que determina o caminho da ação, propondo-se a pensar o caso brasileiro como uma totalidade na qual todas as esferas de atuação são pensadas de forma

conjunta e articulada a um movimento uno e maior rumo ao desenvolvimento, constituindo portanto o desenvolvimentismo como um movimento orgânico que tem a ideologia do desenvolvimento como seu fio condutor rumo ao progresso do país. Mediante essa concepção acerca do desenvolvimentismo, que o concebe enquanto movimento social, político e econômico conduzido em prol da ideologia do desenvolvimento conforme definido por Pinto, torna-se necessário compreender como essa ideologia do desenvolvimento, em seu âmbito nacional brasileiro, se relaciona com o contexto internacional de produção acadêmica e intelectual em torno do desenvolvimento, vide a Teoria da Modernização, e com o contexto histórico da Guerra Fria – isto é, a inserção do desenvolvimentismo no debate acerca da miséria, da subversão, da ameaça comunista e da democracia.

Mirian Limoeiro Cardoso, em sua tese de doutorado *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil: JK-JQ* (1978), analisa a ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimentismo no Brasil, entre os governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, situando suas ideologias político-econômicas tanto internamente quanto externamente em sua relação com o contexto da Guerra Fria, da ameaça comunista contra a democracia e das necessidades do desenvolvimento capitalista. Em proximidade com o argumento de Feres Jr. apresentado na seção anterior, acerca da centralidade da questão da pobreza no contexto da Guerra Fria para o avanço da defesa do desenvolvimentismo no continente, Cardoso situa a ideologia do desenvolvimento (no contexto do governo JK) em conexão direta com os eixos pobreza, subversão, segurança e democracia.

Cardoso argumenta que o desenvolvimento capitalista se faz por meio da produção econômica e da produção ideológica. Sendo a segunda voltada para o crescimento e o fortalecimento da economia, ela é montada sob a dominância do campo ideológico político a partir dos aparelhos de Estado, no qual a ideologia econômica é central e todos os demais campos ideológicos (religioso, filosófico, científico, etc.) são marcados e construídos sob sua dominância (1978, p. 88). Isso posto, Cardoso compreende o desenvolvimento como prosperidade, sendo diretamente associado à paz como ordem e à grandeza como destino, constituindo portanto a rota de um país para superar o subdesenvolvimento e se posicionar ao lado dos demais povos avançados do mundo (p. 97).

Nessa perspectiva, Cardoso argumenta que uma das primeiras premissas da ideologia do desenvolvimento é que, apesar da pobreza, os países

subdesenvolvidos são democráticos e devem proteger essa democracia frente às ameaças externas para que se alcance o desenvolvimento – isto é, uma defesa da soberania pelo desenvolvimento (apresentada pela autora no esquema “soberania = prosperidade + democracia”) que influenciou a concepção de JK acerca de uma “teoria dinâmica do desenvolvimento”, marcada pela preservação da democracia através do combate ao pauperismo.

O esforço desenvolvimentista de Kubitschek, tendo o regime e a preservação da ordem como elementos chave de seu pensamento político, parte da ordem para se processar dentro dela e em nome dela, tratando portanto a pobreza como um problema econômico que origina um perigo político (a subversão) e que necessita de uma solução também econômica, traduzida por exemplo em investimento para a industrialização e cooperação internacional (p. 128)

Somada à defesa da democracia através do combate à pobreza, emerge um segundo eixo central da ideologia do desenvolvimento que consiste no combate à pobreza enquanto forma de se evitar o crescimento da subversão e, por seguinte, da influência comunista no continente. Isso se dá pois, segundo Cardoso, apesar de no plano da ideologia dominante a pobreza ser tratada apenas como um dado, esta adquire um aspecto político quando se passa a procurar a sua razão de ser. Na perspectiva do país subdesenvolvido, a dimensão política não aparece pela pobreza em si, mas na defesa da sua diminuição por meio do crescimento econômico (p. 126), enquanto no contexto global a pobreza desempenha um papel político por se conectar às questões de segurança continental e do mundo ocidental/capitalista como um todo pela relação pobreza/subversão, uma vez que a condição da pobreza poderia levar a uma situação potencialmente subversiva:

“De acordo com a ideologia desenvolvimentista o estado de miséria, em termos absolutos e relativos, conduz a uma situação potencialmente subversiva. [...] Assim, a luta contra a miséria (processo de desenvolvimento econômico) é o meio eficaz de conduzir a luta contra a subversão (segurança) e o desenvolvimento se faz em nome da segurança” (CARDOSO, 1978, pp. 159-160)

Durante a Guerra Fria, esse foco político na questão da pobreza se acentuou, uma vez que a pobreza, enquanto potencializadora da subversão, poderia se tornar em uma fonte geradora de insatisfação contra a ordem vigente e de aproximação com o comunismo, tornando o desenvolvimento enquanto

principal motor do combate à subversão. Assim, o problema da pobreza/subversão nos países subdesenvolvidos passa a afetar o mundo como um todo, tornando o desenvolvimento numa responsabilidade não somente deles, mas também dos países desenvolvidos diante da questão da segurança e da fidelidade ideológico-política na Guerra Fria, conciliada com a necessidade de ajuda dos países subdesenvolvidos perante os desenvolvidos

“Na guerra fria, a ação dos países subdesenvolvidos vinculados ao bloco ocidental deveria ser uma ação preventiva, de eliminação das fontes geradoras da insatisfação contra a ordem. Deste modo, uma ação contra a miséria, uma ação para o desenvolvimento, considerada como o único meio capaz de combater profundo à subversão” (CARDOSO, 1978, p. 130).

Cardoso aponta para o fato de que, uma vez que os povos dos países subdesenvolvidos tomam consciência da sua “precariedade” frente aos “povos adiantados”, esta desencadeia um profundo mal-estar social que se aproxima da intranquilidade política, fazendo com que o Governo se coloque de tal forma a impedir que essa intranquilidade seja canalizada, de forma organizada, em força perturbadora da ordem (p. 131). Assim, o desenvolvimentismo enquanto ideologia emerge como forma de impedir a implementação do comunismo através da defesa da democracia e do combate à miséria:

“Do [ponto de vista] desenvolvimentista, ‘a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração da ideologia anti-democrática. A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em todas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento [...]’. Se os elementos cristãos e os princípios democráticos em si mesmos não são suficientes para convencer, que o perigo político o seja” (KUBITSCHKEK *apud* CARDOSO, 1978, pp. 133-134)

A promoção do desenvolvimento se torna portanto uma questão de segurança, posto que a miséria passa a ser concebida como principal responsável pela aceitação de ideias subversivas, sendo abraçada enquanto bandeira pelo presidente Juscelino Kubitschek, que almejava livrar a América Latina “na medida do possível, do império trágico do subdesenvolvimento em tantas de suas zonas, o que equivale a dizer, da guerra fria, da ocupação inimiga” (KUBITSCHKEK *apud* CARDOSO, p. 136). Dessa forma, Cardoso define a ideologia do desenvolvimentismo como sendo um caso particular da ideologia do desenvolvimento em geral, colocando para a faixa do mundo compreendida pelos

países subdesenvolvidos as condições necessária para a sua integração mais dinâmica ao sistema capitalista (p. 150), tendo como sua suposição básica o seguinte esquema: a causa da democracia = defesa do mundo democrático = segurança continental = guerra ao comunismo = combate à miséria = luta pelo desenvolvimento.

A democracia, enquanto princípio, é central para esse esquema pois, esta se torna o elemento unificador entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, superando suas diferenças posto que tanto países subdesenvolvidos como desenvolvidos deveriam compreender a sua união como fundamental para a superação da crise e a defesa da democracia. Assim, Cardoso sintetiza a hipótese da sustentação da ideologia do desenvolvimento em: a causa da democracia = guerra ao comunismo = luta pelo desenvolvimento (p. 152). Democracia esta que – assim como assinalada por Feres Jr. em relação ao programa de desenvolvimento baseado em relações democráticas justas por Truman em 1949 e apresentada na seção anterior – revela-se enquanto um eufemismo para o capitalismo.

Dessa forma, é possível avaliar que a ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimentismo representaram, ao mesmo tempo que um esforço democrático em prol da melhoria das condições de vida dos povos situados na pobreza e na miséria nos países ditos subdesenvolvidos, uma continuidade do discurso sociocientífico ocidental em prol da modernização capitalista iniciada na Europa e consolidada nos Estados Unidos através da teoria da modernização. Apesar da busca pela melhoria das condições de vida da população através do nacional-desenvolvimentismo, a perspectiva do desenvolvimentismo encontrou suas limitações (e, portanto, seus críticos) uma vez que sua política, em consonância com o discurso sociocientífico ocidental da Guerra Fria, enxergava a superação da condição do subdesenvolvimento pelo desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente através da modernização capitalista – caminho este que, conforme será apresentado na próxima seção, seria impossível segundo os autores críticos ao desenvolvimentismo.

A seção seguinte, por sua vez, tem como objetivo trazer o outro lado, crítico, do debate acerca do desenvolvimentismo na América Latina, tendo entre seus principais representantes autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, evidenciando a centralidade

política e conceitual da questão do desenvolvimento na América Latina mesmo entre os seus críticos. Diante dessa perspectiva crítica ao desenvolvimento, irei também retomar o argumento acerca da persistência do arcabouço semântico de diferenciação racial baseada em oposições assimétricas associadas ao conceito de América Latina quando esta, sob a perspectiva de uma diferenciação socioeconômica, se torna indissociável da condição do subdesenvolvimento diante da consolidação do debate desenvolvimentista no continente e no mundo.

3.3. Subdesenvolvimento, imperialismo e dependência: crítica do desenvolvimentismo

O presente capítulo deste trabalho, até este momento, buscou demonstrar como o conceito político e social de desenvolvimento, em sua trajetória político-conceitual, ao se consolidar na América Latina através do desenvolvimentismo trouxe consigo o arcabouço semântico e político que, associado ao pensamento europeu iluminista dos séculos XVII e XVIII e ao discurso sociocientífico e modernizador ocidental dos séculos XIX e XX, trouxe consigo uma perspectiva eurocêntrica e universalista de diferenciação entre as sociedades humanas que, posto inicialmente em termos de oposições assimétricas temporais, anteriormente atribuídas aos povos da América Latina – ou *Latin America* – em termos de diferenciação racial, passou a ser concebida em termos de diferenciação socioeconômica através da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, tendo como marco principal dessa mudança a criação da Cepal em 1948. Isto é, a inferioridade da América Latina representada não em termos explicitamente racistas e culturais, mas pela condição econômica do subdesenvolvimento.

Uma vez feito demonstrado esse argumento, esta seção busca apresentar o “outro lado” do debate acerca do desenvolvimentismo na América Latina através da análise da obra de autores críticos à teoria do desenvolvimento. Além do simples intuito de apresentar uma perspectiva alternativa, esse esforço tem como objetivo reafirmar a centralidade do debate acerca do desenvolvimento na região, uma vez que o conceito básico de desenvolvimentismo e os demais termos/argumentos associados a ele são recuperados por estes autores críticos para que situem sua análise.

A principal corrente teórica que surge na América Latina para contrapor o desenvolvimentismo e a ideologia do desenvolvimento foi a Teoria da Dependência. Traspadini e Stedile (2022) afirmam que, na década de 1960, o pensamento de esquerda se dividia em quatro correntes ideológicas, sendo estas os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional, o foquismo, a Cepal e a Escola da Dependência (p. 31) – das quais iremos restringir nossa análise às duas últimas. Conforme exposto anteriormente no trabalho, a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, a partir dos conceitos de desenvolvimento desigual e relação centro-periferia, define a deterioração dos termos de troca para a periferia como elemento central da desigualdade entre os países, posto que esta seria a responsável por gerar uma subordinação e atraso para a periferia (p. 38), tendo portanto como solução deste problema a industrialização planejada pelo Estado, visando à substituição de importações e à incorporação da periferia em sua economia de outros setores produtivos (p. 39). Ou seja, uma perspectiva de desenvolvimento que não busca a superação do capitalismo, mas o desenvolvimento pleno deste nas periferias subdesenvolvidas.

Diante desse contexto de alta influência do pensamento cepalino no continente iniciado nos anos 1950, é na década seguinte que surge enquanto alternativa política ao desenvolvimentismo a Teoria da Dependência, dividida em duas vertentes principais: uma vertente weberiana/capitalista, representada por autores como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto, que defendia a possibilidade de se construir um desenvolvimento diferente e moderno de capitalismo avançado com base nas teses capitalistas do desenvolvimento integrado, atribuindo à falta de criatividade do empresariado nacional a causa da dependência e do atraso tecnológico no continente. Já a vertente marxista, a qual será enfatizada nesta seção, tinha entre seus principais nomes autores como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, e propunha o debate crítico acerca da impossibilidade de o desenvolvimento cepalino gerar nas economias um desenvolvimento menos desigual, tendo como fonte de argumentação as particularidades históricas da dependência latino-americana e a necessidade de se estabelecer a revolução como elemento central para a melhoria da condição de vida da classe oprimida:

“Os marxistas, com base no materialismo dialético e histórico, como método explicativo e de ação transformadora, e na teoria

do desenvolvimento do imperialismo, explicavam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda, baseada na superexploração do trabalho” (TRASPADINI; STEDILE, 2022, p. 45)

O debate acerca da dependência dos países ditos subdesenvolvidos, especificamente da América Latina, realizada pelos autores da TMD se situa em diálogo com a teoria do imperialismo de Vladimir Lênin presente em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (2021), sendo portanto importante compreender a formulação acerca do imperialismo feita por Lênin e, sobretudo, a argumentação do autor acerca do fenômeno da dependência e sua relação com o imperialismo capitalista, antes de estabelecer a análise central acerca da TMD e seus principais conceitos.

Lênin considera o imperialismo não como uma política de Estado em si, mas como o estágio superior do desenvolvimento do capitalismo, transitando da sua fase de livre concorrência para, conduzida pela concentração de capital em decorrência desta, a sua fase monopolista, sendo o imperialismo também definido por Lênin como o estágio monopolista do capitalismo (p. 113). Além da transformação da livre concorrência em monopólio – que passa a coexistir com a livre concorrência ao seu lado e acima dela, engendrando contradições severas – o desenvolvimento do capital financeiro é outro fator fundamental para a consolidação do imperialismo: o desenvolvimento da atividade bancária, ao intensificar o processo de concentração de capital e de formação de monopólios (p. 57) também estabelece as condições para o surgimento do capital financeiro enquanto resultando da fusão do capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas com o capital das associações monopolistas industriais (p. 114). O lucro enorme⁵ decorrente do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, possibilitou a consolidação da dominação da oligarquia financeira, segundo Lênin, que viria a caracterizar a etapa do imperialismo.

A concepção de Lênin acerca da dependência, por sua vez, se relaciona com o fenômeno da exportação de capital pelos países “avançados” para

⁵ Entre as operações que proporcionam essa lucratividade excepcionalmente alta, Lênin destaca a emissão de títulos enquanto um dos principais fatores na consolidação da oligarquia financeira (p. 77), e destaca também a especulação de terrenos nos subúrbios das grandes cidades, na qual o monopólio dos bancos se funde com o da renda da terra e o das vias de comunicação (p. 78)

os “atrasados” e, conseqüentemente, a compreensão da partilha do mundo enquanto política internacional do imperialismo: conforme a alta lucratividade do capital financeiro e dos monopólios conduz a um excedente de capital, este não se direciona para a melhoria das condições de vida das massas, mas para a exportação de capital para os países atrasados, acelerando portanto o desenvolvimento do capitalismo nesses países e constituindo uma sólida base para a exploração imperialista desses países (p. 88). Dessa forma, a atividade monopolista do capital, situado em sua dimensão interna, se expande também para o externo – para o mercado mundial – estabelecendo a constituição de cartéis internacionais:

“As associações monopolistas de capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas o mercado interno, no capitalismo, está inevitavelmente ligado ao externo. O capitalismo, há muito, criou um mercado mundial. E à medida que a exportação de capital foi crescendo e as relações com o estrangeiro e com as colônias [...] foram se expandindo, em todos os sentidos, o caso ‘naturalmente’ foi se aproximando de um acordo mundial entre elas, da constituição de cartéis internacionais” (LÊNIN, 2021, p. 91)

Em decorrência dessa dinâmica, Lênin afirma que o desenvolvimento do capitalismo monopolista e do capital financeiro está ligada com o agravamento da luta pela partilha do mundo, o que leva à condição dos Estados semicoloniais: o capital financeiro, devido à sua força tão grande e decisiva nas relações internacionais, tem a capacidade de subordinar Estados independentes politicamente, conduzindo-os à perda gradual de sua independência (p. 107). Por mais que a política colonial e o imperialismo em si já existissem antes desse estágio do capitalismo e do capitalismo em si, essas são essencialmente diferentes da política colonial do capital financeiro, posto que sua particularidade fundamental consiste na dominação sendo exercida pelas associações monopolistas dos grandes proprietários que têm a posse das colônias como sua única garantia de sucesso monopolista frente aos seus oponentes.

Dessa forma, a superestrutura econômica que se ergue sobre o capital financeiro, isto é, sua política e ideologia, intensificam a tendência às conquistas coloniais posto que o capital financeiro não é movido pela liberdade, mas pelo domínio. Diante disso, Lênin demonstra que a política internacional do capital

financeiro – a luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo – possibilitou a criação de inúmeras formas de dependência estatal: além dos dois tipos de países, as colônias e os que as possuem, se tornam típicas desse fenômeno os diferentes tipos de países dependentes financeiramente e diplomaticamente mesmo estes sendo formalmente independentes (p. 110). Ou seja, apesar de as relações de subordinação entre Estados sempre terem existido, é no imperialismo capitalista que esse tipo de relação se torna o sistema geral do capital financeiro mundial, marcado pela partilha do mundo (p. 111).

Ao estabelecer a partilha do mundo e a política colonial – e consequentemente o fenômeno da dependência – enquanto aspectos centrais da política internacional do imperialismo, Lênin demonstra, portanto, a centralidade do uso da força e da violência na resolução das contradições cada vez mais intensas entre as diferentes velocidades de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial, acentuadas pelo capitalismo financeiro:

“No terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, além da guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das ‘esferas de influência’ do capital financeiro?” (LÊNIN, 2021, pp. 123-124)

Lênin considera que qualquer outro fundamento para a partilha do mundo além da força – seja a força econômica geral, financeira, ou militar, por exemplo – é inconcebível no capitalismo (p. 145). Em sua própria análise acerca dos marcos de transição entre o “velho” capitalismo – de livre concorrência – e o “novo” capitalismo – monopolista e imperialista –, o autor estabelece como um dos principais marcos que deram início à era do imperialismo justamente uma guerra: a Guerra Hispano-Americana de 1898, que, segundo Lênin, foi a primeira guerra imperialista da história (p. 33).

A análise de Lênin acerca do imperialismo, por ter sido condicionada pelas limitações da censura czarista, foi restrita apenas aos aspectos econômicos do imperialismo. Contudo, esta forneceu a base sólida para se compreender como os rumos da política internacional sob o imperialismo – e consequentemente a disparidade no “desenvolvimento” nos países do centro e da periferia – em relação à dependência não se constituem enquanto limitações ou falhas na aplicação do desenvolvimento capitalista nas periferias, mas como a própria

forma pelo qual o capitalismo se desenvolve na sua fase imperialista, sendo portanto a dependência essencial para o funcionamento do capitalismo. Essa linha argumentativa é central para a Teoria Marxista da Dependência, que a mobiliza enquanto crítica à teoria do desenvolvimento.

Theotônio dos Santos (2012), por exemplo, afirma que a TMD buscou mostrar que a dependência era uma situação vivida pela América Latina em conjunto, e que o fenômeno do subdesenvolvimento representa não uma falha, mas uma parte integrante do processo de expansão do capitalismo mundial, sendo portanto o subdesenvolvimento o outro lado do desenvolvimento. Dos Santos também recupera a noção de oposição assimétrica temporal presente no conceito de desenvolvimentismo, ao afirmar nessa argumentação que a TMD rejeita a hipótese da teoria do desenvolvimento sobre os países periféricos serem povos atrasados que só poderiam evoluir a partir do contato com a civilização moderna e a replicação de seus modelos de desenvolvimento:

“Fomos mais modernos que os Estados Unidos e que muitos países europeus. Nós já éramos grandes centros econômicos, grandes centros tecnológicos e grandes centros de pensamento. [...] Nós tínhamos tecnologia avançada, exportamos produtos agrícolas para o mundo. A exportação de açúcar, por exemplo, era uma das exportações mais importantes da época e era produzida com a tecnologia mais avançada. Não éramos uma sociedade feudal que começava a se modernizar” (DOS SANTOS, 2012, p. 157)

Postas essas diferenças iniciais entre a teoria do desenvolvimento e a teoria da dependência, é necessário compreender o contexto histórico em que se estabelece esse debate político e conceitual. Ruy Mauro Marini, ao abordar o contexto desse debate, atribui aos processos de descolonização o impulsionamento dos estudos sobre o desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, com a descolonização, os povos dos países recém independentes tomaram consciência do abismo que os separava dos países centrais (2022, p. 261). Na sequência o autor destaca o papel central da Cepal na formulação de uma teoria desenvolvimentista que viria a se tornar hegemônica nos anos 1950.

Contudo, Marini demonstra que o desenvolvimentismo cepalino foi posto em cheque nos anos 1960 em meio ao contexto das graves crises econômicas em países latino-americanos que tiveram esforços de industrialização,

das perturbações políticas e do início das ditaduras militares no continente. Em meio a esse contexto se constituiu a teoria da dependência. Na obra de Marini, a dependência é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internalizaram, constituindo portanto o “mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (TRASPADINI; STEDILE, 2022, p. 49)

Dessa forma, a partir dos argumentos expostos acima acerca da Teoria Marxista da Dependência, com base na teoria do imperialismo de Lênin, tornam-se evidentes algumas das lacunas presentes na teoria do desenvolvimento que nortearam a economia política e o pensamento social latino-americano entre os anos 1950 e 1960. Uma vez que a ideologia do desenvolvimento carrega consigo as noções presentes no arcabouço semântico do conceito básico de desenvolvimentismo, mesmo ao propor soluções que visem a melhoria da condição de vida das massas trabalhadoras latino-americanas, estas se mostram insuficientes pois a base conceitual e política do desenvolvimentismo: 1) remete às ideias centrais da Modernidade europeia desde o Iluminismo, carregando portanto o viés dualista, evolucionista e eurocêntrico dessa linha de pensamento, conforme exposto na seção inicial deste capítulo; 2) possui sua base técnico-científica ancorada na teoria da modernização consolidada nos Estados Unidos e no cientificismo comportamental, que remete às noções de evolução social e comparação entre diferentes tipos de sociedade características do pensamento europeu do século XIX; e 3) e, por fim, traz consigo o arcabouço semântico de oposição assimétrica historicamente atribuído aos povos alheios aos centros europeus e norte-americanos, com destaque para a América Latina e a perspectiva de diferenciação racial constituída na formulação de seu nome e consolidada com o conceito de *Latin America*, que passa a ser concebida em termos socioeconômicos com a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento.

3.4. América Latina, subdesenvolvimento e a ofensiva neoliberal

Nestes termos, é possível compreender a centralidade do conceito de desenvolvimentismo no contexto latino-americano dos anos 1950 e 1960, uma

vez que a condição do subdesenvolvimento se tornou indissociável do conceito de América Latina neste período, servindo de base para a continuidade da semântica de inferioridade atribuída historicamente aos povos do continente em comparação com os povos “avançados” da Europa, inicialmente, e, posteriormente, sobretudo dos Estados Unidos. Apesar do potencial crítico da TMD em relação à ideologia do desenvolvimento, seu papel foi invisibilizado pela hegemonia da outra vertente da teoria da dependência, liderada por Fernando Henrique Cardoso, que se consolidou no debate acadêmico posterior ao pensamento desenvolvimentista e que contribuiu para o giro neoliberal no pensamento social latino-americano nas décadas de 1980 e 1990.

No capítulo seguinte, portanto, busco demonstrar a partir do caso do Chile como a centralidade do conceito de desenvolvimentismo e das perspectivas político-econômicas associada a eles foram destituídas pela ofensiva neoliberal iniciada durante a ditadura militar chilena, representando um giro ideológico-conceitual no pensamento social do país e posteriormente no da América Latina como um todo. O estudo de caso do Chile é fundamental para a pesquisa, pois o país após o golpe de 1973 se tornou a principal referência da liquidação do pensamento desenvolvimentista e das políticas associadas a ele no continente, sendo substituído pela Doutrina de Segurança Nacional e pela embrionária ideologia neoliberal, que teve no Chile seu primeiro teste.

4. De laboratório a modelo para a América Latina: a ofensiva neoliberal no Chile (1973-1990)

“Echaremos fuera al yanqui / y su lenguaje siniestro, / con la Unidad Popular / ahora somos gobierno. / La patria se verá grande / con su tierra liberada. / Porque tenemos la llave, / ahora la cosa marcha, / ya nadie puede quitarnos / el derecho de ser libres, / y como seres humanos / Podremos vivir en Chile”

(Inti-Illimani. *Canción Del Poder Popular*, 1970)

A condição do subdesenvolvimento, conforme analisado neste trabalho, se tornou indissociável do conceito de América Latina através da centralidade do conceito de desenvolvimentismo no pensamento social latinoamericano entre os anos 1950 e 1960. Contudo, entre os anos 1980 e 1990 na América Latina, o debate social e político-econômico centrado no conceito de desenvolvimento perdeu sua centralidade para a crescente ideologia neoliberal e o respectivo conceito de neoliberalismo.

Tendo em vista o debate conceitual e político estabelecido no decorrer desse trabalho – e sua relação com a continuidade da semântica de inferioridade atribuída historicamente aos povos da América Latina em comparação com os povos avançados do Norte Global – esse capítulo parte do estudo de caso do Chile durante a ditadura militar (1973-1990) e seus antecedentes para analisar como foi neste país que se deu o primeiro “laboratório de teste” da recém-criada ideologia neoliberal, a partir do grupo de economistas conhecidos como Chicago Boys, e que veio a se tornar o modelo de aplicação das recomendações político-econômicas neoliberais para o resto da América Latina através do Consenso de Washington (1989). Em outras palavras, retomando os aportes de Koselleck, analisarei como o neoliberalismo – e os termos de seu arcabouço semântico, como economia de mercado e austeridade – se tornou um conceito político básico que serviu para sustentar um conjunto de políticas sociais e econômicas no Chile durante o período da ditadura militar e que se tornaram modelo para o resto do continente.

Do caso chileno, busco analisar como a mudança política e social promovida pelo golpe de 1973 também se deu em aspectos conceituais e semânticos, tomando como base o eixo do pensamento social chileno no contexto anterior ao golpe (entre 1950 e 1973); desde a divisão mais ampla entre conservadores, democratas-cristãos e revolucionários, até a divisão mais específica dentro do pensamento progressista predominante do país (entre as vertentes marxistas, cepalinas e de bem-estar social). Essa análise será situada no escopo da relação entre a história social e a história dos conceitos, conforme apontada por Koselleck, no sentido de que mudanças políticas e sociais se articulam reciprocamente com as mudanças semânticas e linguísticas na sociedade.

O objetivo do estudo de caso, portanto, é analisar as relações entre as mudanças semântico-conceituais no debate social e político-econômico chileno no período anterior ao golpe de Estado, marcado pelo “Imaginário Revolucionário” que circundava o Chile e a centralidade do pensamento social crítico acerca das categorias do capitalismo dependente, do desenvolvimentismo e do dilema modernização/identidade até a implementação autoritária da agenda política e ideológica da Doutrina de Segurança Nacional em conjunto com a agenda econômica e conceitual do neoliberalismo aplicada pelos economistas de Chicago no Chile.

A partir desse objetivo, o estudo de caso do presente capítulo se propõe a: 1) identificar essa mudança semântica/conceitual e social no contexto chileno a partir do golpe de Estado de 1973 e da implementação das políticas neoliberais e autoritárias no país, levando em consideração o contexto anterior e posterior ao golpe; e 2) analisar como o caso chileno, enquanto “laboratório de teste” do neoliberalismo no contexto interno do país, representou também o “modelo” a ser seguido pelo resto da América Latina a partir do Consenso de Washington (1989). Isto é, mostrar como a mudança semântica/conceitual e política do arcabouço central do desenvolvimentismo para o neoliberalismo na América Latina teve como modelo de aplicação o caso do Chile, contribuindo para a difusão do neoliberalismo no continente entre as décadas de 1980 e 1990.

4.1. Desenvolvimento, democratização e o imaginário revolucionário: Chile entre 1950 e 1973

Antes de analisar a ofensiva neoliberal no Chile, promovida durante a ditadura militar chefiada por Augusto Pinochet iniciada em 1973, é necessário retomar o contexto anterior ao golpe para identificar os principais debates políticos e sociais que circularam tanto entre as classes políticas e intelectuais quanto entre as camadas mais populares, assim como identificar os principais conceitos mobilizados e disputados na elaboração desse debate – tanto por parte do campo progressista quanto do campo mais conservador no país. Diante dessa necessidade, essa subseção busca traçar tal panorama prévio acerca do contexto chileno no recorte entre 1950 e 1973 de forma mais ampla, mas sobretudo a partir de 1964.

Durante todo o recorte do século XX, principalmente entre os anos 1930 até 1973, o processo político e a organização social chilena foram marcadas pela modernização capitalista, com destaque para a busca pelo desenvolvimento socioeconômico e a democratização política. Durante essa trajetória, os projetos políticos de desenvolvimento socioeconômico das camadas populares do país atingiu seu auge a partir da década de 1960, radicalizando-se na década de 1970 com a eleição de Salvador Allende. Um período marcado, portanto, por uma tradição democrática em termos políticos (considerando as limitações de um país capitalista dependente) e principalmente a partir dos anos 1960 em termos sociais. (GARRETÓN, 2010; SEGOVIA, 2010).

Antes da eleição de Salvador Allende em 1970, o Chile esteve entre 1958-1964 sob o governo de Jorge Alessandri Rodriguez, que contou com o apoio do Partido Conservador e do Partido Liberal e manteve um governo de perfil tecnocrata, apoiado no empresariado, que apostou em um projeto modernizador liberal e não obteve sucesso, resultando no retorno da inflação, da crescente desvalorização da moeda e inúmeros protestos e greves. Diante do insucesso do governo, Alessandri chegou a cooptar políticos radicais para o gabinete ministerial, e consequentemente a pressão pela reforma agrária no país. Em 1963 foi aprovada uma reforma constitucional que, muito limitada, possibilitou o início do processo de reforma agrária no país (MIRANDA, 2014).

Frente às críticas ao governo de Alessandri e a insuficiência dessa reforma agrária, a eleição de 1964 foi marcada pela ascensão da Democracia Cristã enquanto alternativa nacional para o Chile. O Partido Demócrata Cristão, cujo líder e candidato foi Eduardo Frei, defendia em seu programa um modelo de

desenvolvimento sustentado pelo Estado e reformas estruturais que reduzissem os desequilíbrios econômicos e sociais do país, propondo uma “revolução em liberdade” (MIRANDA, 2014, p. 191). À direita, houve a coalizão Frente Democrático entre o governo, liberais, conservadores e radicais que, tendo como potencial candidato o radical Julio Duran, partia de um discurso anticomunista de oposição entre democracia e marxismo. Com a dissolução da Frente após os acontecimentos do *Naranjazo*⁶, seus membros passaram a apoiar incondicionalmente Frei contra a FRAP, mas aquele recusou o apoio da direita e se manteve independente até sua eventual eleição.

A Frente de Acción Popular (FRAP), por sua vez, foi a coalizão de esquerda que, assim como em 1958, teve Salvador Allende como seu candidato em 1964 e tinha entre seus participantes o Partido Comunista Chileno, o Partido Socialista, a Vanguardia Nacional del Pueblo, o Partido Democrático Nacional, entre outros. Mário Miranda (2014) argumenta que no contexto do pleito de 1964, o principal debate no país era a oposição entre democracia e comunismo, influenciado internamente pelo aumento da mobilização popular na política, com o estabelecimento do voto obrigatório em 1962, e externamente pelo contexto da Guerra Fria, que desembocou na formação de um imaginário revolucionário no país durante a década de 1960.

Marcado pela explosão de uma cultura de massas e o acirramento das tensões da Guerra Fria – sobretudo após os eventos da Revolução Cubana de 1959, Miranda (2014) argumenta que se constituiu no Chile um imaginário revolucionário marcado pelos desejos de mudança e de criação de um mundo mais justo, no qual o conceito de revolução se tornou indispensável ao vocabulário político da época – vide o caso da Democracia Cristã, que defendia a proposta de “revolução em liberdade” – e a simples propaganda anticomunista não dava mais conta dos valores democráticos, tendo os planos de desenvolvimento social como tentativa de superar esse panorama, dos quais se destaca a Aliança para o Progresso (1961).

⁶ Em eleição para a província de Curicó em março de 1964, o falecimento do deputado socialista Oscar Naranjo fez com que, de acordo com a lei eleitoral chilena, fosse realizada uma eleição extraordinária para que houvesse a substituição do parlamentar. Nessa eleição, foi eleito um candidato da FRAP, cujo resultado extraordinário teve impacto demolidor na Frente Democrático, culminando na desistência de Julio Duran à sua candidatura e na dissolução da Frente (ver: MIRANDA, 2014, p. 193)

Eduardo Déves (1999) argumenta que a década de 1950 representou um marcador de divisão do século no pensamento chileno que, no campo progressista, manifestava um interesse geral voltado para o futuro, tanto em termos de frustração quanto de esperança, que passou a constituir um sentido revolucionário, assim como analisado por Miranda. Junto ao conceito de revolução, Déves destaca que o principal conceito que se destaca no campo progressista para pensar a modernização do país e o contexto de mudanças é o desenvolvimento:

“El cambio se concibe más como ‘cambio de estructuras’ que como ‘modernización’ y para decir esto el concepto preferido es ‘desarrollo’. En otras palabras: existe un deseo de cambio estructural basado en la conciencia mucho más que una modernización basada en el cambio tecnológico y en la ciencia.” (DÉVES, 1999, p. 222)

O Partido Demócrata Cristão, fundado em 1957 após a ruptura da Falange Nacional entre as décadas de 1930 e 1950 com o conservadorismo, afirmava ser possível reconstituir os valores de um passado cristão no mundo moderno, assumindo o arcabouço conceitual da modernização como alternativa para o Chile e defendendo como propostas a democratização política e o desenvolvimento econômico, sendo influenciado pelo pensamento cepalino (p. 224). Uma vez que o discurso da Democracia Cristã se aproximava do programa da Aliança para o Progresso, o governo dos Estados Unidos financiou em milhões de dólares a sua campanha e forneceu apoio técnico e logístico ao PDC, tendo como destaque a “campanha do terror”: ampla campanha antiesquerdista na imprensa escrita, rádio e televisão que denunciava os “horrores” do socialismo real em oposição aos valores democráticos e de liberdade defendidos pelo PDC, mobilizando esta narrativa como forma de atacar o pensamento marxista. Além disso, promoveu-se um plano de “promoção popular” como forma de superar o subdesenvolvimento no Chile:

“O plano de ‘promoção popular’ se propunha a incorporar à vida social, política e econômica uma maioria de chilenos afastados pela pobreza, analfabetismo e má saúde. A integração da família e da comunidade ao processo de decisão política se constituiria em uma arma para acabar com a miséria e com o subdesenvolvimento nacional” (MIRANDA, 2014, p. 196)

Com a eleição de Frei, o modelo de governo adotado pelo PDC foi o de um “reformismo de avanzada” coerente e de pretensões globais que, com o

apoio de técnicos ligados a uma perspectiva desenvolvimentista, buscou transformar a realidade do país através da ação decisiva do Estado. Contudo, a partir de 1967 e com a alta inflacionária, o cenário nacional se alterou e aumentou o questionamento aos rumos do governo: o recém formado Partido Nacional (pela conversão dos partidos Liberal e Conservador em 1966) constituiu a principal oposição à direita, enquanto os partidos de esquerda buscaram ampliar sua inserção nas camadas populares para insistir na necessidade do socialismo como único modelo possível para o Chile e que não seria possível humanizar o capitalismo através de modelos reformistas e desenvolvimentistas (MIRANDA, 2014).

Destacam-se no projeto político da Democracia Cristã, portanto, elementos do arcabouço semântico e político do desenvolvimentismo, conforme analisados no capítulo anterior: democracia como eufemismo para capitalismo liberal em oposição ao comunismo, desenvolvimento social como forma de superar o subdesenvolvimento e, sobretudo, a presença de um paradigma conceitual entre a situação de atraso/inferioridade e a necessidade superar tal condição a partir da modernização, do progresso, do desenvolvimento.

O apoio dos Estados Unidos e a aproximação da Aliança pelo Progresso com o projeto de desenvolvimento da Democracia Cristã, por sua vez, evidenciam a relação entre os objetivos políticos e as elaborações conceituais da teoria da modernização e da ideologia do desenvolvimento aplicados à América Latina diante do contexto da Guerra Fria. A oposição entre democracia e marxismo, da qual se pode traduzir o eufemismo para capitalismo x marxismo, traz consigo o aspecto conceitual de uma oposição assimétrica, na qual o capitalismo é associado ao conceito polissêmico e aberto de democracia, e o marxismo é associada à ideia de ditadura/autoritarismo. Essa elaboração conceitual, por sua vez, é central para o discurso político anticomunista da direita chilena.

Déves argumenta que o pensamento de direita entre os anos 1950 e 1973 no Chile, em sua maioria, tinha como base o pensamento conservador-católico, postulando em termos econômicos o corporativismo e o neoliberalismo – o primeiro, em decadência, e o segundo em ascensão – e assumindo como posição política uma defesa da democracia e da não intervenção do Estado na economia (1999, p. 217). Além do Partido Nacional, destaca-se a

atuação de grupos “anti-esquerdistas” como Patria y Libertad e o gremialismo de Jaime Guzmán. Contudo, o autor destaca que nesse período predominou a identificação com o progressismo na cultura chilena, tanto nas ciências sociais quanto nas humanidades e nas artes, configurando um momento de decadência da direita: “la derecha, muy identificada con una sensibilidad reaccionaria y una mentalidad conservadora, va quedando huérfana de intelectuales, de creadores”, ao ponto em que “ser intelectual e identificarse con la derecha llega a ser de mal tono, por cierto hay excepciones” (DÉVES, 1999, p. 224-225).

No pensamento progressista, além do imaginário revolucionário mencionado anteriormente, se destaca a mentalidade de denúncia pela qual passou a se articular ideias e conceitos como dependência e antiimperialismo, assim como nacionalização e outras reivindicações. Déves argumenta que, a partir da década de 1950, surgiu uma nova onda progressista chilena caracterizada pela adoção do leninismo, do imaginário revolucionário, e que se combinou com o grupo surgido na década de 1960 de marxistas terceiro-mundistas e da categoria da dependência. É na década de 1960 portanto que chega ao auge o movimento cultural por mudança no Chile, de caráter antioligárquico, anti-passado, e com maior ênfase em identidade que em modernização, em uma defesa da América Latina, do latinoamericano, e da unidade latinoamericana marcada pela revolução continental (1999, p. 223).

Em termos econômicos, o pensamento progressista se dividiu em três pilares centrais: o marxismo, o pensamento cepalino e as propostas de bem-estar social (DÉVES, 1999). Entre os principais nomes, destaca-se o do economista Aníbal Pinto, diretor da Cepal entre 1960 e 1965, que criticou o desenvolvimento chileno como “casi deforme de su ‘cabeza’” indicando a carência de uma planificação adequada e de uma industrialização suficiente, além de apontar para a entrega dos setores mais produtivos aos interesses estrangeiros. Sobre tudo a partir de 1967, Déves aponta entre as características fundamentais do pensamento progressista do Chile, o sentimento de frustração que se desdobra em desespero e pensamento utópico; uma sensibilidade sacrificial, que colabora para a centralidade do conceito de revolução⁷; a importância atribuída ao Estado,

⁷ “Por cierto esta sensibilidad sacrificial es más coherente con la idea de ruptura total que con la idea de cambio pactado o gradual. Por ello, como se ha insistido, uno de los conceptos que más se manejan en el ámbito de la izquierda del periodo es 'revolución’” (DÉVES, 1999, p. 233)

presente no marxismo, no cepalismo e inclusive nas experiências ocidentais keynesianas; e uma maior ênfase no distributivo diante do produtivo.

Diante das tensões entre conservadores/nacionalistas, democratas-cristãos e o campo mais amplo da esquerda, Miranda afirma que foi no contexto das eleições presidenciais de 1970 que se consolidou o cenário de três forças: o Partido Nacional, que trazia como candidato o ex-presidente Jorge Alessandri Rodríguez; o PDC, com o menos moderado Radomiro Tomic (visto como socialista por alguns); e a ampliação da base social da frente de esquerda que – ao incorporar grupos como o Movimiento de Acción Popular (MAPU), a Acción Popular Independiente (API) e o Partido Social Demócrata (PSD) – formou a Unidade Popular, tendo Salvador Allende como candidato novamente (2014, p. 203).

O projeto de Allende rumo ao socialismo trouxe consigo uma rede de atores com um imaginário compartilhado que se identificava com as demandas do povo, articulando sobretudo o “popular”. Miranda argumenta, a partir da análise dos discursos dos principais meios de imprensa no Chile e seus respectivos posicionamentos em relação à eleição, que havia uma necessidade permanente de se associar os candidatos ao povo, ao “popular”, e de incorporar suas demandas aos seus respectivos programas, evidenciando a centralidade da mobilização popular no país enquanto fator decisivo para a eleição (2014, p. 211).

Diferente da Democracia Cristã, que almejava a revolução em liberdade em consonância com a orientação da modernização capitalista discutida anteriormente, Segovia (2010) afirma que o projeto da Unidade Popular ressaltou a necessidade de superar os limites do capitalismo dependente, recuperando por vez o debate acerca da dependência e do desenvolvimento em vigor no continente até então, e construir o socialismo como forma de superar os problemas econômicos e sociais do Chile (p. 124). Buscava-se, por vez, ir além das mudanças já alcançadas no governo de Frei: “Entre 1967 y 1970, la izquierda lograría posicionarse como la portadora de los deseos de cambio profundo, que harían suyos buena parte de los nuevos movimientos sociales surgidos durante el gobierno de Frei” (SEGOVIA, 2010, p. 124).

Esse processo de transição da dependência para o socialismo defendido pela UP implicava a mudança do poder das oligarquias para o povo, o deslocamento da hegemonia burguesa para a classe trabalhadora e a construção de

uma nova economia predominantemente socializada e planificada. Diferente das demais esquerdas latino-americanas, a “via chilena para o socialismo” buscou consolidar seu projeto político sem romper com o marco do regime democrático (GARRETÓN, 2010), respeitando-o: o processo deveria ocorrer de forma pacífica e com a garantia do respeito às práticas democráticas, ao pluralismo político e às liberdades cívicas.

Além da vitória via voto popular em 1970, a eleição de Allende precisou ser ratificada no Congresso Pleno, o que demandou um longo período de negociação entre a UP e os demais setores políticos, sobretudo o PDC (MIRANDA, 2014). Processo este que, entre a eleição e a ratificação, culminou em uma série de atentados terroristas promovidos por setores da oposição a Allende, inclusive apoiados pelos Estados Unidos, dos quais se destaca o atentado contra o Comandante em Chefe do Exército René Schneider em 1970, dois dias antes da ratificação, e que resultou em sua morte (p. 237).

Nesse contexto, é possível novamente identificar a relação entre as mudanças políticas sociais e as mudanças semânticas e conceituais conduzidas no campo linguístico, conforme defendido por Koselleck. Segovia (2010) argumenta que a tensão entre o processo histórico real e a sua elaboração ideológica nessa época afetou com força particular o conjunto das lideranças e organizações políticas chilenas, das quais ele destaca as movimentações dos três principais “caminhos” políticos do país: enquanto a esquerda se manteve no projeto político e ideológico do socialismo pela via chilena, a Democracia Cristã, entre 1970 e 1973 convergiu com a direita chilena e sustentou a ideia de que o aprofundamento das reformas de Allende conduziria ao totalitarismo.

Já a direita, sobretudo conservadora, defendia o discurso anticomunista de defesa da democracia contra o marxismo. Segundo o autor, tal discurso já lançava as bases de uma alternativa de poder ditatorial para o país – tendo como exemplo a extrema-direita militarista com respaldo estadunidense que buscava impedir o início do governo de Allende através da violência – e capaz de “frear” o avanço dos projetos de ampla participação popular e democrática vigentes dos últimos anos. Tal alternativa alcançou seu êxito a partir do golpe de 1973.

Feito o panorama do contexto político e social chileno do período anterior à eleição de Allende, a seção seguinte busca analisar o giro ideológico na

estrutura e organização política e social do Chile iniciada pelo golpe de 1973, marcado sobretudo pela adesão do bloco de poder à ideologia da segurança nacional no campo político e social, e pela ofensiva neoliberal na política econômica do país. A partir dessa análise, busco identificar a relação entre as mudanças políticas sociais e as mudanças semântico-conceituais no país a partir da transição de um contexto democrático e progressista de avanços socioeconômicos – marcados sobretudo pelo desenvolvimentismo, mesmo com suas limitações, e pela crítica do socialismo chileno ao capitalismo dependente – para um contexto autoritário marcado pela política econômica e pelo arcabouço conceitual do neoliberalismo, somado à Doutrina de Segurança Nacional.

4.2. O giro ideológico: golpe, segurança nacional e a ofensiva neoliberal

O governo de Salvador Allende, entre 1970 e 1973, promoveu políticas econômicas e sociais, sobretudo reformas, vinculados às demandas populares da classe trabalhadora chilena, como a nacionalização do cobre, a ampliação da reforma agrária, a estatização do sistema financeiro e da maioria das indústrias do país. Sobretudo, Allende reforçou a centralidade do Estado enquanto principal agente econômico do país, reduzindo e subordinando assim o setor privado. De tais medidas, somente a nacionalização do cobre teve respaldo unânime do Congresso, enquanto as demais – sobretudo as relacionadas à criação da área social da economia – não obtiveram apoio parlamentar, sendo feitas via medidas administrativas (SEGOVIA, 2010).

As políticas adotadas pelo governo de Allende, assim como a orientação ideológica de tais políticas, desencadearam uma forte oposição entre os setores da sociedade afetados ou contrários a elas, sobretudo as elites econômicas do país. Segovia (2010) afirma que tal tensão chegou a um nível crítico no final de 1972, em que a oposição – cuja polarização foi acentuada pela Guerra Fria – contou com forte apoio dos Estados Unidos e atingiu seu ápice no ano seguinte.

Em 11 de setembro de 1973, o governo de Allende foi derrubado através de um golpe de Estado promovido por uma conspiração militar, liderada pelo general Augusto Pinochet, e que envolveu todo o conjunto das instituições armadas. A partir do golpe, foi iniciada uma ditadura que durou até 1990 e impôs com mãos de ferro, nas palavras de Segovia, uma metamorfose da economia e da

sociedade chilena em um sentido diametralmente oposto ao predominante nas décadas anteriores (2010, pp. 128-129). Isto é, a ruptura completa com tendência à democratização política, a ampliação da participação popular no debate público e a luta por reformas sociais e econômicas vigentes no país desde a década de 1960 até a concretização do golpe de Estado.

A ruptura democrática promovida pela Junta Militar no país envolveu medidas como a expulsão dos representantes civis das instituições do Estado, a proibição da atividade dos partidos políticos, o controle dos meios de comunicação, a privação da autonomia das organizações da sociedade civil, e demais restrições severas às liberdades e direitos das pessoas (SEGOVIA, 2010). Além disso, o poder foi concentrado na Junta, que submeteu os três poderes e promoveu no marco da esfera judicial um imaginário de estado de guerra. Na sequência, o poder da própria Junta se concentrou nas mãos de Pinochet (2010, p. 129). No marco do estado de guerra e do terror de Estado promovido pelo Chile, houve a escalada da repressão com números alarmantes para a quantidade de pessoas no país⁸, destruindo por completo o modo de vida democrático existente até então e impondo uma ordem autoritária e excludente:

“El terror de Estado se desplegó como un proyecto sistemático, orientado a destruir un modo de vida política y socialmente democrático, profundamente arraigado en la historia de las pasadas décadas, para instalar sobre el miedo y la fragmentación un orden autoritario y excluyente” (SEGOVIA, 2010, p. 130).

O uso do terror pela ditadura chilena, de acordo com Segovia (2010), teve como fundação ideológica a “segurança nacional”, que fora fundamentada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN, enquanto marco ideológico do pensamento político e social imposto pela ditadura, era radicalmente anticomunista e oposta à democracia liberal no sentido político. A ideologia da segurança nacional se associou de forma crescente com um neoliberalismo extremo, que veio a se tornar a perspectiva econômica do Chile tanto internamente quanto em relação à sua inserção na economia global. A partir dessa perspectiva, a ditadura converteu a concepção anterior existente de estrutura e funcionamento da economia e da sociedade chilena em uma concepção que eleva

⁸ Entre 3.500 e 4.000 mortos e desaparecidos e cerca de 150.000 detidos e prisioneiros políticos dos quais muitos foram torturados, somando mais de 200.000 exilados em um país de 10 milhões de habitantes em 1973. (SEGOVIA, 2010, p. 129-130).

o mercado a elemento central não somente da economia, mas da própria integração social como um todo.

Manuel Antonio Garretón (2010) argumenta que o projeto contrarrevolucionário imposto pela ditadura militar chilena, em sua primeira década, representou um duplo processo: 1) a política repressiva e autoritária que minou a participação popular e social da política, marcada pela DSN abordada anteriormente; e, diante da concentração do poder político nas mãos de Pinochet e de seu grupo de poder, a 2) combinação deste poder político personalizado com a conduta socioeconômica do neoliberalismo, promovido pelo grupo de economistas conhecidos como Chicago Boys.

Os Chicago Boys, economistas tecnocratas da Universidade de Chicago ligados ao capitalismo financeiro, formaram a equipe que se tornou responsável pela condução socioeconômica do Estado chileno durante a ditadura, sobretudo a partir de 1975⁹. O projeto socioeconômico da ditadura, por sua vez, consistia em 1) reverter as relações entre a economia e o Estado, subordinando o segundo ao primeiro (sem retirar do Estado seu papel coercitivo, fundamental para a implementação e manutenção desse modelo); e 2) impulsionar um conjunto de transformações sociais e institucionais, chamadas de “modernizações”, que consistiram na privatização dos serviços públicos e das propriedades do Estado; e na atomização das relações sociais, que foram reduzidas a mecanismos de mercado e tiveram todo seu vínculo com a ação política retirado delas (GARRETÓN, 2010, p. 224).

Na política econômica da ditadura, o capital privado se tornou o agente central do processo econômico do país. As reformas adotadas no país, segundo Ffrench-Davis (2007), tinham como objetivo controlar os desequilíbrios macroeconômicos herdados do governo anterior (sobretudo a hiperinflação que, em 1973, a anual chegou a 600%) e combater as ineficiências do sistema econômico vigente. Dentre as reformas, destaca-se a eliminação dos controles de preços; a abertura indiscriminada de importações e a liberalização do mercado financeiro interno; a redução do tamanho do setor público e um amplo processo de privatizações, como do sistema previdenciário, parcialmente do serviço

⁹ Sobre o surgimento da tecnocracia neoliberal no Chile, a formação dos Chicago Boys e a adesão destes ao projeto político-econômico da ditadura chilena, ver: ROJO, Sebastián. *Chicago Boys en Chile: neoliberalismo, saber experto y el auge de una nueva tecnocracia* (2019).

nacional de saúde, de empresas públicas tradicionais; e a devolução de empresas e terras expropriadas aos seus antigos proprietários (2007, p. 32).

Dessa forma, como apontado por Segovia, inverte-se a lógica de funcionamento e estruturação da sociedade chilena tanto política quanto economicamente, posto que na ditadura o papel tradicional do Estado interventor e promotor da industrialização foi reduzido ao máximo possível, passando tal papel decisório a atores privados em mercados liberalizados e abertos ao exterior – que, em tese, seriam “neutros” (FFRENCH-DAVIS, 2007). No campo social, o papel do Estado se restringiu às políticas destinadas aos setores de extrema pobreza, transferindo a administração de demais setores vitais a grupos empresariais privados, como na saúde e na educação:

“En el ámbito social, el Estado focalizó sus políticas en los sectores de extrema pobreza, en tanto traspasó la administración de los fondos previsionales de los trabajadores a empresas con fines de lucro y fortaleció asimismo la participación del sector privado en salud y educación” (SEGOVIA, 2010, p. 130-131).

A fórmula neoliberal-autoritária, segundo Garretón (2010), representou a superação radical das fórmulas socioeconômicas que a antecederam – do capitalismo tradicional no início do século XX aos projetos alternativos e reformistas dos anos 1960 e 1970 – através da supressão da política perante a economia: além da reestruturação econômica do país, o modelo neoliberal interveio na política ao reduzir drasticamente o papel do Estado e ao reorganizar a ordem social, possibilitando a atuação do empresariado enquanto ator político em detrimento dos atores sociais e populares, dissolvidos pela ditadura (GARRETÓN, 2010). Ou seja, para além das mudanças econômicas, a ofensiva neoliberal no país impôs de forma autoritária a mudança dos valores culturais dos atores sociais e políticos ao reorganizar sua composição.

O grupo dominante da ditadura, por sua vez, concentrou-se entre os chefes militares subordinados a Pinochet, a elite econômica do país e os profissionais liberais e tecnocratas associados ao seu governo. Entre estes, tinha-se como objetivo a institucionalização de uma ditadura liderada por Pinochet até o fim do século, tendo como orientação política e social a formação de um regime de democracia restringida e tutelada por militares, de caráter permanente – evidenciando, novamente, a ruptura com o processo histórico, cultural, político e social chileno vigente até então, em nome de um projeto de

retomada e reafirmação do poder pelas elites dominantes do país através da legitimação do vocabulário conceitual do neoliberalismo e da segurança nacional:

“Esta nueva institucionalidad surgía en franca ruptura con la cultura política chilena histórica y se basaba en el propósito de proteger el modelo económico impuesto y asegurar de modo duradero el predominio de las elites económica y tecnoburocrática engendradas durante la dictadura” (SEGOVIA, 2010, p. 131)

Ffrench-Davis destaca, do período entre 1975 e 1979 – em que houve o predomínio de políticas contracionistas da demanda agregada sobre as políticas realocadoras dos gastos e da produção, que implicaram numa elevada subutilização promedio do PIB potencial no período – houve no Chile um elevado desemprego, redução dos salários, inúmeras falências e o desincentivo à formação de capital (2007, p. 34). Contudo, por meio de taxas significativas de aumento do PIB efetivo – apesar de uma elevação lenta do PIB potencial –, gerou-se a partir de 1977 uma imagem de êxito econômico e financeiro que contribuiu para a institucionalização da ditadura em 1980.

Tal institucionalização se deu pela Constituição de 1980, aprovada por um plebiscito sem registros eleitorais e que prolongou o governo de Pinochet até 1988. Havia a expectativa de um novo plebiscito que o reelegeria por mais 8 anos, mas a grave crise econômica enfrentada pelo Chile na década de 1980, assim como seus efeitos sociais no país, efervesceu a oposição no país – que, além de dar início a um longo confronto político e social no Chile, levou ao rechaço no plebiscito de 1988 (SEGOVIA, 2010).

De acordo com Ffrench-Davis (2010), a partir de 1979 o Governo adotou plenamente o enfoque monetário da balança de pagamento, tendo por exemplo o controle da inflação situada em nível internacional no início de 1982. Apesar disso, desequilíbrios induzidos pela excessiva expansão do gasto privado – estimulado pela liberalização financeira, pelas grandes entradas de capitais e pelo tal enfoque monetário – foram subestimados e conduziram ao desequilíbrio externo e à inversão em capital físico e humano. Destaca-se, por exemplo, a perda em $\frac{1}{3}$ do poder aquisitivo do câmbio real, a duplicação da dívida externa e o déficit em conta corrente superior em 21% ao PIB de 1981.

Nesse período, a economia chilena enfrentou a crise recessiva de maior magnitude na América Latina, tendo em 1982 uma queda de 14% do PIB, uma crise bancária generalizada, e em 1983 um desemprego massivo. O resultado

da crise foi uma quebra massiva nos setores produtivos do país, como a agricultura, a indústria e a construção; e a ascensão das manifestações de oposição à ditadura no país (FFRENCH-DAVIS, 2007).

O conflito social e político no Chile, por sua vez, tinha na oposição desde o PDC até o Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) e o Partido Comunista Chileno, que se uniam no combate à ditadura mas divergiam nas estratégias rumo à democracia (SEGOVIA, 2010, p. 132). Pelo lado do bloco da ditadura, foram formadas associações desde 1983 para defendê-la, como a Unión Demócrata Independiente (UDI) e o Movimiento de Unión Nacional (MUN) – que se tornou posteriormente o partido Renovação Nacional (RN). Contudo, o rechaço à continuidade de Pinochet no Plebiscito de 1988 deu início ao processo que, no ano seguinte, tomou a forma de um acordo entre governo e oposição em reformar parcialmente a Constituição em um sentido democrático.

Segovia argumenta que o rechaço representou também o triunfo do mandato do povo soberano contra a institucionalidade autoritária da ditadura e em direção à transição democrática; em outras palavras, um ato eleitoral de recuperação da cidadania. Considerando a ditadura como um retrocesso para a cidadania (2010, p. 136), Segovia aponta que o fundamentalismo de mercado esteve na base da negação da cidadania, uma vez que o neoliberalismo implicava a negação da própria ideia do bem público (p. 135).

O caráter autoritário da ofensiva neoliberal no Chile durante a ditadura evidencia, por sua vez, a forte aproximação entre o campo semântico e conceitual hegemônico da ideologia de segurança nacional, no campo político e social, e do neoliberalismo no campo econômico. O neoliberalismo, enquanto agenda política e econômica, promoveu no Chile uma ofensiva contra os projetos políticos que – mesmo limitados e condicionados pelas condições do capitalismo dependente analisadas no capítulo anterior – promoveram avanços políticos e sociais para os setores populares da população por um caminho democrático, como os desempenhados pela Democracia Cristã e pela Unidade Popular.

Em outras palavras, a ofensiva neoliberal no país representou um projeto reacionário de combate político e ideológico aos projetos reformistas democráticos conduzidos no Chile ao longo do século que, mesmo limitados pelas condições do capitalismo, possibilitaram avanços políticos e sociais para as camadas populares e marginalizadas da população.

A ofensiva neoliberal no Chile, contudo, não foi um fator isolado no continente, mas um projeto político e ideológico que se disseminou pela América Latina a partir da experiência chilena. Na seção seguinte, busco analisar como o Chile, uma vez “laboratório de teste” do neoliberalismo, se tornou também o “modelo” de aplicação das políticas econômicas da agenda neoliberal para o resto do continente, sobretudo a partir do Consenso de Washington de 1989.

Além disso, argumento que esse giro ideológico da centralidade do desenvolvimentismo para o do neoliberalismo no Chile, e consequentemente na América Latina, representou a dimensão semântico-conceitual da mudança política representada pela ofensiva neoliberal no continente. Tendo em vista que os conceitos articulam mudanças linguísticas com mudanças políticas e sociais, conforme defendido por Koselleck, a mudança política articulada com esta mudança linguística foi a estratégia reacionária do capitalismo internacional contra o avanço dos projetos reformistas e revolucionários no contexto da Guerra Fria¹⁰, que tomou a forma da ofensiva neoliberal na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990.

4.3: De laboratório a modelo: Consenso de Washington e o caso chileno para a América Latina

A primazia do indivíduo sobre o coletivo, a corporativização das relações de trabalho, a substituição do papel central do Estado pelo mercado e a inversão da prioridade nas políticas sociais e redistributivas para o aumento da eficiência e da austeridade – estes são alguns dos traços da reação e ofensiva burguesa do capitalismo internacional frente o avanço dos movimentos e lutas de reivindicação social no mundo desde a onda de descolonização após a Segunda Guerra Mundial.

O pensamento desenvolvimentista, central na década de 1950 para a América Latina, passou a ser questionado na década de 1960. Limitado pelas condições estruturais do capitalismo dependente, os projetos de desenvolvimento e modernização empenhados no decorrer do continente antecederam um período de graves crises econômicas, abrindo espaço para perturbações políticas

¹⁰ Conforme apresentado em outros momentos da pesquisa, a intensificação da “atenção” dos Estados Unidos para a América Latina na Guerra Fria se deu após os eventos da Revolução Cubana de 1959.

(recuperemos o exemplo das limitações do projeto da Democracia Cristã no Chile, por exemplo) (MARINI, 2022).

Tais perturbações políticas, provocadas tanto pelas limitações e falhas dos modelos desenvolvimentistas quanto pela oposição política conservadora e nacionalista, prepararam o terreno para o surgimento das ditaduras militares na América Latina: em troca da liberdade política, se propunha solucionar os problemas econômicos. (MARINI, 2022). A ditadura militar chilena, por ter sido o primeiro “laboratório de teste” do neoliberalismo ainda na década de 1970, foi um dos principais exemplos desse contexto de reação política conservadora às mudanças políticas e sociais da época, marcadas pela emergente doutrina econômica neoliberal.

Paulo Nogueira Batista (1994) argumenta que o discurso neoliberal passou a ser disseminado internacionalmente com o início da Administração Reagan nos Estados Unidos, sendo transmitido a partir de agências internacionais e do próprio governo norte-americano, com fartos recursos humanos e financeiros. Batista argumenta que tal discurso teve adesão entre parte substancial das elites políticas, econômicas, empresariais e intelectuais da América Latina.

O discurso neoliberal adotado por parte das elites latinoamericanas trazia a concepção de que as reformas neoliberais seriam as propostas modernizadoras adequadas para solucionar a crise vigente no continente – cujas causas seriam internas, não externas. Entre os atores que contribuíram para a consolidação de tal discurso e sua conversão em ação política, Batista (1994) destaca o grande número de economistas e cientistas políticos latinoamericanos formados em universidades norte-americanas que, adeptos de uma visão clássica e monetarista da economia, defendiam a política neoliberal – alguns destes que, como os Chicago Boys, alcançaram postos de governo no continente.

A ofensiva neoliberal na América Latina como um todo, no entanto, só tomou forma a partir da década de 1980, marcada sobretudo pela crise da dívida externa no continente. Enquanto os anos 1970 foram marcados pelo declínio do poder estadunidense, do bloco socialista e de outros centros capitalistas – que possibilitou um período de maior autonomia para os Estados latino-americanos e de desenvolvimento de um “latino-americanismo” –, a década de 1980 foi marcada pela contraofensiva estadunidense promovida pelo governo Reagan (MARINI, 2022) em seu processo de retomada de hegemonia. Nesse

processo, os Estados Unidos voltaram a destinar sua atenção aos vizinhos latino-americanos, dando início à política de reconversão econômica funcional desses países aos objetivos dos grandes centros capitalistas com a implementação das práticas de mercado do neoliberalismo – a retomada da dependência, por assim se dizer.

O principal mecanismo da institucionalização e consolidação desse giro ideológico no continente foi o Consenso de Washington (1989), nome informal dado às conclusões da reunião convocada pelo *Institute for International Economics* em novembro de 1989 em Washington D.C., entre funcionários do governo dos EUA e do FMI, do Banco Mundial e do BID, sob o título de “*Latin American Adjustment: How much has happened?*”. O Consenso consistiu em um conjunto de recomendações e diagnósticos acerca da situação da América Latina frente à crise vigente no continente, sendo suas propostas divididas em 10 áreas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação; e propriedade intelectual (BATISTA, 1994, p. 18).

De acordo com Batista (1994), as propostas do Consenso convergem em dois objetivos básicos: 1) a redução máxima do papel do Estado e a corrosão do conceito de nação, e 2) o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. O princípio central que norteia tais objetivos e propostas, segundo o autor, foi a soberania absoluta do livre mercado nas relações econômicas internas e externas (p. 18). Dessa forma, o Consenso foi responsável por apresentar o modelo de economia de mercado neoliberal como fórmula para a modernização na América Latina frente à crise da dívida externa.

As recomendações, por sua vez, representaram a moeda de troca da dependência nessa relação: a concessão de empréstimos e demais formas de cooperação financeira por parte dos Estados Unidos, assim como de organizações financeiras como o FMI, passou a ser condicionada pela adesão do país às recomendações ratificadas pelo Consenso de Washington. (BATISTA, 1994). Configura-se a partir desse processo, de acordo com Marini (2022), uma nova etapa do imperialismo estadunidense diante da América Latina e de aprofundamento da dependência desses países – não exclusivamente pela intervenção militar ou pela colonização, mas por meio de mecanismos próprios do

capitalismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM):

“Os Estados Unidos substituíram o Departamento de Estado e o Pentágono, como instrumentos de intervenção nos assuntos da América Latina, por seus departamentos do Tesouro e do Comércio, atuando estes em sintonia com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. [...] Ao assinarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo” (MARINI, 2022, p. 272).

Nessa nova etapa de subordinação internacional dos países latino-americanos, no marco do capitalismo financeiro, estes passam a abastecer os centros capitalistas com suas matérias-primas e manufaturas ao mesmo tempo em que ocorre o desmonte de suas estruturas produtivas e de seus mercados internos. Somado a essa forma de subordinação internacional, foram impostas sobre os países da América Latina a prática de políticas de privatizações, assim como a redução completa do Estado ao seu mero papel coercitivo: “ao Estado fica pouco mais que a função de reprimir as massas para garantir a consecução desses propósitos” (MARINI, 2022, p. 273).

A crítica de Marini (2022) às propostas neoliberais de reforma do Estado latino-americano reside no fato de que, os projetos de modernização capitalista defendida pelo neoliberalismo – por serem conduzidos por agentes privados, e não pelo Estado – não são destinados para as políticas sociais e para o aumento da participação popular na vida social e política, mas para a geração de lucro excedente através da transferência de recursos do setor público ao setor empresarial privado no marco das políticas de austeridade. Os esforços sociais de democratização e reformas sociais, por sua vez, não seriam o condutor do projeto político econômico, mas uma consequência da atuação do livre mercado.

No Consenso de Washington, por mais que a democracia e a economia de mercado fossem considerados como objetivos complementares, na prática se revelava uma inclinação a subordinar a política à economia – tendo em vista o caso do Chile, exaltado como *case* de sucesso pelo Consenso, em que a reforma neoliberal se deu sob uma ditadura militar – e da concepção da democracia não como um meio para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico, mas um subproduto do neoliberalismo. Nessa chave analítica, as

reformas sociais por sua vez são vistas como consequências naturais da liberalização econômica e da livre atuação do mercado. (BATISTA, 1994).

Dessa forma, é possível argumentar que o Consenso de Washington, enquanto conjunto de recomendações políticas e econômicas que se traduziu em discurso e em prática política na América Latina, representou o principal fator de difusão da ofensiva neoliberal na América Latina após o seu primeiro teste no Chile. Enquanto o Chile representou o primeiro “laboratório de teste” da recém-criada ideologia neoliberal, inicialmente disseminada pela Administração Reagan e aplicada no país pelos Chicago Boys em conluio com a ditadura militar, foi a partir do Consenso de Washington de 1989 que o seu “teste” se tornou o “modelo” a ser seguido pelo resto do continente.

As recomendações do Consenso de Washington, assim como a série de reformas econômicas e políticas aplicadas no Chile durante a ditadura, partem do arcabouço conceitual comum do neoliberalismo, que se posicionou entre as décadas de 1970 e 1980 como principal oposição ao conceito político básico de desenvolvimentismo na América Latina, nos termos de Koselleck.

Por mais que o giro ideológico promovido no Chile a partir do Golpe tenha representado um primeiro exemplo real da ofensiva neoliberal na América Latina – marcada pela centralidade do arcabouço semântico do conceito de neoliberalismo, no sentido em que ele se opõe à centralidade do Estado e às demandas sociais-populares vigentes no desenvolvimentismo, em favor da centralidade do mercado e da atomização das relações sociais –, foi a partir do Consenso de Washington de 1989 que esse giro ideológico se institucionalizou e se consolidou de forma mais ampla na América Latina.

Através do conjunto de recomendações contidas no Consenso, que reafirmam o discurso neoliberal de redução do Estado, liberalização da economia e austeridade fiscal, o giro ideológico no pensamento social (sobretudo das elites) latinoamericano – iniciado pelo golpe militar e o experimento neoliberal chileno – enquanto mudança semântico-conceitual se converteu também em mudanças políticas e sociais. Desta vez, sem necessariamente recorrer ao modelo autoritário da ditadura chilena, posto que houve adesão entre as elites como um todo ao pacote neoliberal e sua aplicação em seus respectivos países – levando também em consideração o caráter “irrecusável” de tais recomendações frente à condição de dependência imposta pelos EUA e pelos bancos internacionais.

Por fim, tendo em vista o processo de mudança conceitual no pensamento social latino-americano através do giro ideológico para o neoliberalismo iniciado no Chile, é possível identificar a relação entre esse processo de mudança com a adesão posterior das elites latino-americanas como um todo às recomendações do Consenso de Washington e a reformulação da dependência latino-americana a partir desse processo. Com o esgotamento do pensamento desenvolvimentista e o acirramento do debate conceitual entre desenvolvimentismo e neoliberalismo na América Latina, abordados aqui a partir do caso do Chile (1973-1990), a adesão das elites ao discurso neoliberal e o Consenso de Washington abriu espaço também para mudanças políticas e sociais mais amplas no continente. Tais mudanças, como apresentado no decorrer do capítulo, consistem na difusão das práticas políticas e econômicas neoliberais na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990, vigentes até hoje enquanto representação da ordem internacional liberal consolidada após a Guerra Fria.

4.4. Considerações finais sobre o caso do Chile

A partir da análise do caso do Chile durante a ditadura militar e sua relação com a ofensiva neoliberal na América Latina, é possível argumentar que a ofensiva neoliberal imposta na ditadura, para além de mudanças políticas e sociais, estabeleceu mudanças semântico-conceituais relevantes para a América Latina como um todo ao deslocar o desenvolvimentismo de sua posição como conceito político básico e estabelecer o conceito de neoliberalismo e o seu vocabulário político e social como centrais: primeiro para o Chile, como “laboratório” durante a ditadura; e depois para a América Latina como um todo, a partir das décadas de 1980 e 1990 através do Consenso de Washington, tendo o Chile desta vez como “modelo” de aplicação da agenda política e econômica do discurso neoliberal.

No contexto interno do Chile, os efeitos das políticas neoliberais foram drásticos e destrutivos para a vida social, estabelecendo uma ruptura completa com o modo de vida político e social institucionalizado no país ao longo de todo o século XX e estabelecendo um novo arcabouço conceitual e semântico para se analisar a realidade. Através deste, buscou-se inverter as relações entre mercado e Estado, suprimir a dimensão política das relações sociais e reduzi-las a

relações de mercado e promover um amplo pacote de privatizações e de liberalização da economia. Ao passo em que toda mudança linguística acompanha mudanças sociais, nos termos de Koselleck, a ofensiva neoliberal representou a mudança de um contexto de reformas populares radicais e de imaginário revolucionário para um contexto de terror de Estado, supressão da vida política e de uma imposição autoritária de práticas de mercado opostas aos interesses sociais e populares, mas guiadas pelo lucro e pela manutenção e intensificação do sistema capitalista vigente.

Uma vez que um conceito moderno, dentre suas outras características, se caracteriza pela democratização de sua circulação na sociedade, é possível analisar do caso chileno a relação entre a baixa democratização e a escalada autoritária na difusão de um conceito: em um contexto majoritariamente progressista no país, marcado pela centralidade dos conceitos de desenvolvimento e revolução, a difusão do arcabouço conceitual do neoliberalismo no Chile somente se deu a partir da política autoritária e repressiva da ditadura, que impôs a ofensiva neoliberal no país. Diante da centralidade e da democratização do conceito de desenvolvimentismo e seu arcabouço semântico na sociedade chilena, é possível identificar portanto uma relação entre a consolidação de conceitos políticos básicos que não foram democratizados na sociedade e a imposição de políticas autoritárias em contexto antidemocrático, tendo em vista o papel desempenhado pela ditadura chilena em deslocar o eixo do pensamento social e da organização político-ideológica do país de maneira autoritária e antipopular.

No contexto externo da América Latina como um todo, a aplicação do neoliberalismo no Chile fez com que este se tornasse o “modelo” a ser seguido pelos demais países do continente, uma vez que as recomendações do Consenso de Washington estavam diretamente interligadas com as políticas econômicas de mercado implementadas no Chile durante a ditadura chilena. Dessa forma, a difusão do neoliberalismo para a América Latina através do Consenso de Washington entre as décadas de 1980 e 1990 representou a mudança política almejada pelo giro ideológico do neoliberalismo no continente. Isto é, uma vez que a ofensiva neoliberal no Chile inverteu a lógica de organização política e social do país ao impor um novo arcabouço conceitual para o país (do desenvolvimentismo para o neoliberalismo), este giro ideológico do

desenvolvimentismo para o neoliberalismo possibilitou uma maior adesão das elites latino-americanas ao pacote de recomendações propostos para o continente, tendo em vista o contexto da crise da dívida externa dos anos 1980, que contribuiu para o esgotamento do discurso desenvolvimentista no continente.

Apesar das limitações do arcabouço político e conceitual do desenvolvimentismo, devido à sua defesa de uma perspectiva de modernização capitalista em um contexto dependente, este foi o principal eixo do pensamento social progressista latino-americano que mobilizou a luta por reformas sociais e econômicas no continente, ao lado dos defensores da perspectiva revolucionária do socialismo. O giro ideológico do neoliberalismo, por sua vez, representou uma nova estratégia política do capitalismo internacional que, além de combater o socialismo (que já era atacado pelo discurso anticomunista e pela oposição entre democracia e comunismo), estabeleceu uma nova perspectiva de projeto modernizador alternativo ao do desenvolvimentismo e com uma menor tendência à radicalização política e popular, uma vez que o neoliberalismo oculta a esfera política e social do debate público e restringe este ao fundamentalismo de mercado, conforme analisado no decorrer do capítulo.

5. Conclusão

Tendo sido expostos os argumentos e os estudos almejados no decorrer deste trabalho, a pesquisa buscou analisar a centralidade do conceito de desenvolvimentismo para a América Latina, sobretudo a partir do paradigma do (sub)desenvolvimento, entre as décadas de 1950 e 1960. Além disso, buscou analisar o seu declínio através da ofensiva neoliberal iniciada no Chile durante a ditadura militar (1973-1990) imposta no país, e sua posterior difusão na América Latina como um todo durante o marco do Consenso de Washington. Dois objetivos centrais conduziram a pesquisa elaborada até aqui:

1) Analisar o arcabouço conceitual do pensamento social vigente na América Latina entre as décadas de 1950 e 1960 e sua indissociabilidade das categorias pautadas em oposição assimétricas temporais de – por exemplo, – “subdesenvolvido/desenvolvido”, “atrasado/moderno” e “primitivo/avançado”; identificando as limitações de tal discurso tanto em suas premissas semânticas racistas-coloniais quanto em sua defesa da modernização capitalista, tornando-se incapaz de superar o modelo econômico vigente (recuperemos neste argumento, a crítica do desenvolvimentismo a partir do Imperialismo e da Dependência feita no capítulo 3).

2) Analisar como tal pensamento social, mesmo limitado pelo capitalismo, – ao mobilizar mudanças sociais e políticas democráticas e benéficas às camadas populares, por desafiar a dinâmica de poder capitalista e o discurso anticomunista (recuperemos a oposição assimétrica entre os conceitos de “marxismo” e “democracia”) – foi alvo de uma ofensiva reacionária na América Latina promovida semântico-conceitualmente pelo discurso político-econômico do neoliberalismo, somado a uma prática política e social autoritária alimentada pela Doutrina de Segurança Nacional, que teve seu primeiro experimento no Chile. Ofensiva neoliberal esta que, a partir do Consenso de Washington e do “modelo chileno”, foi difundida posteriormente para a América Latina como um todo. O Chile, por sua vez, foi escolhido como estudo de caso por dois motivos:

1) Analisar como o Chile, em seu contexto interno e em relação à sua postura internacional, atuou como “laboratório de teste” do pacote político-econômico da recém criada ideologia neoliberal, que foi aplicada durante a ditadura militar sobretudo pelo grupo de economistas conhecidos como Chicago

Boys. Diante dessa mudança política de um contexto progressista-democrático para uma ditadura marcada pela ideologia de segurança nacional e pela ofensiva neoliberal, busquei analisar a mudança semântico-conceitual no pensamento político e social vigente no país antes e após o golpe militar, marcado pelo giro ideológico da centralidade dos conceitos de desenvolvimento e revolução para o conceito de neoliberalismo.

2) Analisar como o caso do Chile, em sua repercussão internacional, se tornou o “modelo” de aplicação do conjunto de políticas econômicas do neoliberalismo a ser seguido pelo resto da América Latina, sobretudo a partir do conjunto de recomendações políticas elaboradas pelo Consenso de Washington, promovendo por sua vez a difusão do neoliberalismo no continente como um todo em uma ofensiva reacionária do capitalismo internacional – sobretudo a partir dos Estados Unidos – contra os avanços e conquistas políticas e sociais das classes trabalhadoras e marginalizadas durante a onda de descolonização e mobilização política após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No recorte da América Latina, que foi a ênfase deste trabalho, busquei analisar como essa ofensiva reacionária e neoliberal contra as conquistas das massas trabalhadoras e marginalizadas do continente se deu sobretudo após os eventos da Revolução Cubana de 1959 – vide o exemplo da criação da Aliança pelo Progresso e o apoio posterior dos EUA a golpes militares ao redor do continente – e efetivamente após a vitória de Salvador Allende e da Unidade Popular no Chile¹¹, deposta por um golpe militar contrarrevolucionário e que impôs uma ditadura militar no país apoiado pelo pacote de políticas econômicas do neoliberalismo. Desse contexto, busquei analisar a relação entre as mudanças políticas-sociais e as mudanças semântico-conceituais promovidas pelo giro ideológico no Chile e sua relação com a difusão posterior desse giro na América Latina como um todo entre as décadas de 1980 e 1990.

Giro ideológico este que, no decorrer da pesquisa, foi apresentado como a transição mais ampla da centralidade do conceito de desenvolvimentismo no pensamento social latino-americano nas décadas de 1950 e 1960 (somado às perspectivas revolucionárias vigentes também na época, sobretudo marxistas e

¹¹ Anterior ao golpe no Chile, não se pode desconsiderar o golpe militar de 1964 que ocorreu no Brasil. Apesar de ter sido anterior ao do Chile, enfatizei o caso do Chile devido ao seu fator inédito de ter sido a primeira aplicação prática do conjunto de políticas econômicas do neoliberalismo na América Latina.

anti-imperialistas) para o conceito de neoliberalismo a partir da ofensiva neoliberal iniciada no continente entre as décadas de 1980 e 1990.

Tendo em vista a crítica do conceito de desenvolvimentismo e a análise acerca de suas aplicações e sua destituição mais ampla a partir da ofensiva neoliberal imposta no continente – como continuidade do imperialismo a partir dos mecanismos de mercado do sistema capitalista financeiro internacional – estabelecidos neste trabalho de monografia, não se pode considerar o processo de modernização capitalista como capaz de conduzir melhorias da qualidade de vida nos termos do desenvolvimentismo e do neoliberalismo, se este crescimento econômico não se traduz em um avanço material das condições de vida das massas trabalhadoras do país.

Recuperando Koselleck, torna-se necessário a defesa de um conceito que consiga acomodar em seu vocabulário político e social as necessidades das massas trabalhadoras no plano material e que não parta das mesmas premissas semânticas e políticas constitutivas dos conceitos analisados no decorrer do trabalho. A mobilização popular em torno de um projeto alternativo que busque elevar as condições de vida das massas trabalhadoras, enquanto mudança política e social, passa necessariamente pela a mobilização de um conceito, enquanto mudança conceitual, que incorpore em seu vocabulário político as premissas dessa luta política. Tal conceito, por sua vez, deveria escapar e se distanciar das premissas políticas e conceituais da modernização capitalista – premissas que, conforme analisadas no trabalho, foram constitutivas tanto do conceito de desenvolvimentismo quanto neoliberalismo.

O crescimento econômico advindo da modernização capitalista resulta, na materialidade, na expansão do processo de concentração de renda e de capital e a deterioração das condições de vida das massas trabalhadoras em um processo brutal de exploração do trabalho e de ampliação da desigualdade social.

Não é possível, dentro dos marcos teóricos e conceituais deste trabalho, conceber um projeto alternativo e popular em defesa da combate ao “subdesenvolvimento”, à dependência e do aumento da participação política e social das massas trabalhadoras e populares da América Latina, sem levar em consideração a superação do sistema político econômico e social do capitalismo e o combate ao imperialismo internacional, na atual forma do neoliberalismo, através de um projeto radical de soberania popular.

Diante desse processo de análise crítica dos processos reformistas e modernizantes reduzidos aqui ao desenvolvimentismo, dentro dos limites deste trabalho, este teve como foco central analisar o papel da ofensiva neoliberal no Chile como aspecto essencial desse processo de contraofensiva reacionária do capitalismo internacional frente ao avanço das conquistas sociais e políticas das massas trabalhadoras e oprimidas após a Segunda Guerra Mundial, e que reafirmou e consolidou a ordem internacional liberal vigente conduzida política e economicamente pelo neoliberalismo e o fundamentalismo de mercado até hoje na América Latina e no sistema capitalista internacional como um todo.

6. Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. **A invenção de Nossa América**: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

AZEVEDO, João de; DUARTE, Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 8, p. 70-90, abr. de 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em:
<<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>>. Acesso em: 8 de dez. de 2024

BETHELL, Leslie. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, p. 289-321, 2009.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento** – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed., 1978.

DEVÉS, Eduardo; PINEDO, Javier; SAGREDO, Rafael (org.). **El pensamiento chileno en el siglo XX**. Ministerio Secretaría General de Gobierno, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Fondo de Cultura Económica. México, 1999.

DOS SANTOS, Theotônio. Teoria da Dependência: um balanço. *In*: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL, Oswaldo (org.). **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Editora FGV, 2012. p. 154-161.

FERES JR, João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**: reformas y políticas económicas desde 1973. J. C. Sáez Editor, 4 ed., 2007.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Sentido, régimen y actores de la política.

Cambios, continuidades y perspectivas. *In*: ESCOBAR, Ricardo L. **Cien años de luces y sombras**: Tomo 1. Taurus. Santiago de Chile, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o GG. *In*: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR, João (org). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO; Edições Loyola e IUPERJ, 2006b.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR, João (org). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO; Edições Loyola e IUPERJ, 2006.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema del indio. *In*: GILLER, Diego (org). **7 ensayos sobre socialismo y nación**: incursiones mariateguianas. Ed. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caterva Editorial, 2018

MARIÁTEGUI, José Carlos. La unidad de la América Indo-Española. *In*: GILLER, Diego (org). **7 ensayos sobre socialismo y nación**: incursiones mariateguianas. Ed. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caterva Editorial, 2018

MARIÁTEGUI, José Carlos. Lo nacional y lo exótico. *In*: GILLER, Diego (org). **7 ensayos sobre socialismo y nación**: incursiones mariateguianas. Ed. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caterva Editorial, 2018

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência (1992). *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (org.). **Ruy Mauro Marini**:

“Dialética da dependência” e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 261-266

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina (1991). *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (org.). **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos.** São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 267-278

MIRANDA, Mario Ângelo. Democracia, Povo, legalidade e o triunfo da “via chilena” em 1970. *In*: **Povo, democracia e legalidade nas linguagens políticas do Brasil (1945-1964) e do Chile (1939-1973) no contexto das experiências democráticas de massa.** 2014. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Pontifícia Universidad Católica de Chile, Rio de Janeiro; Santiago de Chile, 2014. Capítulo 3, p. 186-241.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. João Goulart: um Brasil a ser construído. *In*: _____ (orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Contraponto Editora, 2006 p. 7-36.

OLIVEIRA, Juliano Diniz. GÓMEZ, José María. O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e debates (Capítulo 3). *In*: _____ **Order, Institutions and Governance: an analysis on the discourse of development in the United Nations System and the construction of international order.** Rio de Janeiro, 2010. 124p. MSc Dissertation. Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. p. 49-69.

PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. *In*: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Contraponto Editora, 2006. p. 69-92.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. *In*: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR, João (org). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO; Edições Loyola e IUPERJ, 2006.

SEGOVIA, Alfredo R. Una república entre dos centenarios. *In*: ESCOBAR, Ricardo L. (ed.). **Cien años de luces y sombras**: Tomo 1. Taurus. Santiago de Chile, 2010.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. Introdução. *In*: _____ (org.). **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 31-71.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. *In*: MARTINS, Paulo Emilio Matos; MUNTEAL, Oswaldo (org.). **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Editora FGV, 2012. p. 230-237.